

**LÍBIA MARA S. SARAIVA**

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS NA ESCRITA  
CULTA DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO E NOS INQUÉRITOS  
DO PROJETO NURC:  
UMA ANÁLISE CONTRASTIVA**

**BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
2008**



Líbia Mara S. Saraiva

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS NA ESCRITA CULTA DO  
DOMÍNIO JORNALÍSTICO E NOS INQUÉRITOS DO PROJETO  
NURC:  
UMA ANÁLISE CONTRASTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2008



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos**

Dissertação intitulada “*A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do Projeto NURC: uma análise contrastiva*”, de autoria da mestrandia Líbia Mara S. Saraiva, aprovada em 02 de setembro de 2008 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha  
Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Guieiro Ramalho de Alkmim – UFOP  
Titular

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Maria Beatriz Nascimento Decat – UFMG  
Titular

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros – PUC/MG  
Suplente

## OBRIGADA

A Deus, pela supremacia de Sua onisciência, onipresença e onipotência com a qual me tem agraciado, desde sempre.

Aos meus pais, por me terem apresentado o mundo, que ora ocupo. À mãezinha, perfeita em toda a sua plenitude, pelo exemplo de amor e fé espontâneos, que cuidou de mim em todos os momentos; ao meu pai, cujas presenças-distantes e distâncias-presentes concedem-me força para continuar e vencer, sempre...

Ao vovô Sebastião (*in memoriam*), de quem a lembrança presenteia-me com os sentimentos de perseverança e prudência.

À vovó Margarida, pelo carinho e pelos vários “*Senhor Jesus que te abençoe!*”, porque Ele abençoou mesmo, vovó!

Ao Juninho, meu amor, que cumpre o papel de esposo-perfeito, por tudo o que constituímos.

Ao meu querido tio Baltazar, por acompanhar com carinho e apoiar todos os meus projetos, e ao primo João Paulo, por encurtar os caminhos. Aos tios Dário e Delvando, pela força de espírito, e ao primo George, pelas “senhas”.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Rocha, orientador por que todos deveriam passar, por acreditar em mim e aprovar o projeto inicial desta pesquisa, pela confiança, competência e compreensão com que me atendeu, e pelo seu ser profissional que não se desvincula de seu ser humano.

Aos professores da FaLe, especialmente à Beatriz Decat, pelas sugestões e pelo apoio incondicional (inclusive aqueles das madrugadas...), ao Prof. Dr. Luiz Francisco, atual coordenador do PosLin, pela solicitude e pelo carinho com que sempre me atendeu, à Reinildes Dias, pela atenção carinhosa, quando falávamos da(s) segunda(s) língua(s), e ao Prof. Rosalvo, por todas as “filigranas”.

Aos professores da PUC Minas: Dr. Eduardo Soares, pela extensão dos atendimentos, iniciados em 2001..., Dr. João Henrique Totaro, por todas as correções inscritas no “Manual”, as quais me incentivaram a pesquisar os pronomes, e à Dr<sup>a</sup>. Ev’Ângela Barros, que me apresentou o “Rochinha” – veja no que isso resultou...

Às colegas e amigas Thati Ane (minha consultora de todas as coisas, em todos os momentos), Maria Lucia e Margarete, que iniciaram comigo esta jornada – por todas as conversas!

À Virgínia Prudente, pelo apoio virtual; à Veneranda, pelo carinho dos bons agouros; ao Clemeson, que interrompeu o indispensável “ritual letárgico”, por minha causa; e ao Paulo Biet, pelo coleguismo em “L2”.



À Ana Karla (ela sabe por que) e ao seu pai, Sr. Dercílio, pelas “corridas”.

À Carol Vilela, por todas as referências e à Bruna Karla (da *convergência*), pela ajuda com os “protocolos”...

À Prefeitura Municipal de Betim, pela licença, principalmente à Lala, à Claudinha e à Samara, pelo atendimento. Ao prof. Márcio Gontijo, por toda a ajuda, enquanto diretor, quando iniciei este trabalho, e à colega Mônica, que esteve torcendo por mim.

À Escola Estadual Professor Osvaldo Franco, nas pessoas de César, Neide, Regiane e Cristiano, equipe com a qual pude contar, em diversas circunstâncias. Aos colegas Adilson e Helí, por me socorrerem quando precisei; ao colega e amigo Jefferson, pelas conversas, pelas revistas e por me “conduzir”, gratuitamente.

À Escola Municipal José Salustiano Lara, um “obrigada” especial à Rosângela e à Cirlei, à Marlene, à Silvaninha e aos colegas Luiz, Mara, Ataíde e Ana Lúcia.

A todos os meus alunos, queridos, que sempre me receberam com atenção e carinho, especialmente à Sharlene, minha fiel monitora de todas as horas, e ao Jesse Braiam, por todas as perguntas.

À Biblioteca da FaLe, em especial aos funcionários Rosângela e Júlio, pela presteza com que sempre me atenderam.

Ao PosLin – Geralda, Cida, Carol e Joyce –, e ao CNPq, pelos apoios.



*Apanhar, na seara dos clássicos, constantes nos fatos é simples, quando uniformes. Quando, porém, contraditórios, ou divergentes, como generalizar em norma o que neles houver de comum e permanente?*

*(A. de Sampaio DÓRIA, 1959. Prefácio.)*



## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma análise comparativa da colocação de pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico atual e em inquéritos do Projeto NURC/Norma Lingüística Urbana Culta, para verificar se há interferências da língua falada na língua escrita. Foi também investigado o grau de coincidência (ou não) entre os exemplos colhidos e as prescrições gramaticais tradicionais, com vistas a identificar quais motivações lingüísticas justificariam suas respectivas ocorrências. Os dados obtidos indicaram sinais de desaparecimento da colocação mesoclítica e apontaram diferenças entre as duas modalidades pesquisadas (oral e escrita), atestando a preferência pela colocação proclítica em ambas as amostras, causada pela atração vocabular. Além disso, os resultados confirmaram a premente necessidade de uma revisão nas gramáticas tradicionais quanto ao item **colocação pronominal**, em referência ao português hodierno e ao ensino da norma culta no Brasil.

**Palavras-chave:** colocação pronominal, fala-escrita, gramática, ensino.



## ABSTRACT

This paper is a comparative analysis of the placement of unstressed pronouns in two types of formal texts: those that have been produced in the actual journalistic mastery and those produced by NURC Project to check interference of the spoken language in the written language. It was also investigated the coincidence degree (or not) among the caught examples and the traditional grammar prescriptions to identify which linguistic reasons justify their occurrences. The obtained data indicated signs of disappearance of the tmesis and pointed to differences between the two investigated modalities of language (oral and written) attesting preferences to proclisis in both kinds of samples, caused by vocabulary attraction. Moreover, the results confirmed the pressing need of a review in traditional grammars regarding pronoun placement, taking into account the current form of written Portuguese and to the teaching of the standard norm of the language in the Brazil as well.

**Key-words:** Pronouns, spoken-written, grammar, teaching.

## LISTA DE QUADRO, TABELAS E GRÁFICOS

### QUADRO

1 – Os pronomes átonos .....	15
------------------------------	----

### TABELAS

1 – Relação de suportes, quantidade e datas.....	62
2 – Classificação: <i>Corpus</i> NURC.....	68
3 – Colocação nos dois <i>corpora</i> em relação à GT.....	76
4 – Casos de Próclise (dados escritos).....	79
5 – Próclise (dados escritos).....	81
6 – Próclise por pronome.....	82
7 – Critérios de Ênclise (dados escritos) .....	83
8 – Ênclise por pronome.....	85
9 – Próclise por critério (dados do NURC) .....	91
10 – Ênclise por critério (dados do NURC) .....	92

### GRÁFICOS

1 – Total de pronomes pesquisados.....	74
2 – Pronomes pesquisados: total geral.....	75
3 – Total geral: escrita e fala de acordo com a GT.....	75
4 – Colocação <i>Corpus</i> escrito.....	76
5 – O <i>Corpus</i> Escrito & a GT.....	77
6 – Próclise de acordo com a GT.....	78
7 – Próclise de acordo com a GT - % .....	79
8 – Próclise por critério .....	80
9 – Ênclise por cada critério gramatical .....	83
10 – Ênclise por pronome – dados escritos .....	84
11 – Relação pronominal: <i>Corpus</i> escrito .....	86
12 – Porcentagem pronominal <i>Corpus</i> oral.....	88
13 – O <i>Corpus</i> Oral & GT.....	88
14 – Próclise de acordo com a GT.....	89



15 – Próclise por critério (dados orais).....	90
16 – Próclise por pronome - dados falados (NURC).....	91
17 – Critérios de ênclise: dados orais .....	94
18 – Mesóclise: comparação entre <i>corpora</i> .....	95
19 – Próclise: comparação entre <i>corpora</i> .....	96
20 – Ênclise: comparação entre <i>corpora</i> .....	96
21– Os <i>Corpora</i> & a GT.....	97

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – OS PRONOMES ÁTONOS: OBJETO DESTE ESTUDO</b> .....	15
1.1 Os oblíquos átonos no quadro geral dos pronomes pessoais: localização gramatical.....	15
1.2 A história da colocação: contextos e contradições .....	16
1.2.1 Como tudo começou.....	16
1.2.2 As sintaxes que se seguiram.....	23
1.2.3 Um pouco das contradições e dos problemas de ontem e hoje .....	29
1.3 As regras de colocação pronominal em cinco gramáticas selecionadas para esta pesquisa.	36
1.4 Demais estudos acerca dos átonos.....	39
1.5 Em síntese.....	44
<b>CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS TEÓRICAS</b> .....	46
2.1 Concepções de língua e linguagem .....	46
2.2 Acerca da noção de texto como materialização lingüística.....	48
2.3 O <i>continuum</i> fala-escrita.....	49
2.4 Sobre o conceito de norma utilizado neste trabalho .....	52
2.5 Concernente aos gêneros textuais (formais).....	54
2.5.1 A questão do estilo .....	57
2.5.2 Definições metodológicas para este estudo .....	58
<b>CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	61
3.1 Da constituição dos <i>corpora</i> .....	61
3.1.1 Quanto ao <i>corpus</i> de língua escrita .....	61
3.1.2 Quanto ao <i>corpus</i> de língua falada .....	65
3.2 Do processo de análise .....	69
3.2.1 Critérios .....	70
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS</b> .....	72
4.1 Tratamento dos <i>corpora</i> : informações genéricas .....	72



4.2 Dados obtidos: distribuição no quadro geral .....	74
4.3 O corpus de língua escrita: os textos jornalísticos e as regras da GT.....	76
4.3.1 Os casos de próclise.....	77
4.3.2 Os casos de ênclise .....	82
4.3.3 O (único) caso de mesóclise .....	85
4.3.4 Algumas conclusões .....	86
4.4 O corpus de língua falada: os inquéritos do NURC segundo as prescrições gramaticais ....	87
4.4.1 Ocorrências proclíticas .....	88
4.4.2 Ocorrências enclíticas.....	92
4.4.3 Resultados.....	94
4.5 Os dois <i>corpora</i> : resultados contrastáveis? .....	95
4.5.1 Resultados: indicadores para o ensino.....	97
<b>CONCLUSÃO</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103

## INTRODUÇÃO

A questão da colocação pronominal tem sido foco de atenção de vários estudiosos, que buscam compreendê-la desde os seus usos mais antigos até os atuais, uma vez que os manuais que disso tratam não apresentam uma postura categórica sobre o assunto, ao contrário, as alegações são, por vezes, conflitantes. Qualquer consulente pode ter acesso às normas estabelecidas pela Gramática Tradicional (doravante GT) e permanecer em dúvida quanto à colocação de um ou outro pronome em situações diversas.

Nesse sentido, muitas dúvidas surgem sobre como efetuar essa colocação, em que momento priorizar a anteposição (“A blindagem do veículo evitou que as balas o atingissem.”, *Folha de S. Paulo*, 31/12/07) ou a posposição (“Grenouille passa a assassinar para roubar-lhes as emanções.”, *Veja*, jan./2007) e, ainda, quando e como utilizar a construção mesoclítica (“... por serem inúteis, transformar-se-ão numa total aceitação.”, *Estado de Minas*, 05/08/07). Perguntas referentes à colocação enclítica são tão frequentes quanto às que dizem respeito à próclise. O critério, é força reconhecer, diz respeito tão-somente à hipótese da atração vocabular, sobre o que se faz pertinente interrogar:

- a) É a atração de partículas a causa que mais incute a colocação pré-verbal?
- b) E quando não há termos atratores, é a ênclise a posição a dar destaque ou a próclise segue como a preferência corrente?
- c) Em contextos propícios para a mesóclise, é ela a colocação que ocorre ou os usuários estão dela se afastando? Se dela se afastam, que construção estará predominando em seu lugar?
- d) Todas as vezes em que há palavras atratoras é a próclise que de fato ocorre?
- e) Na ausência das expressões ditas atrativas, as posições usadas são a intra e a pós-verbal, ou permanece a anteposição?
- f) As três formas de colocação previstas pela GT ocorrem tanto na escrita quanto na fala? Em que nível textual e com que frequência isso acontece?

Para responder a essas e a outras questões, procedemos a uma pesquisa acerca da colocação dos átonos em textos considerados cultos, do domínio jornalístico, e em inquéritos do Projeto NURC, que representa a fala culta da Língua Portuguesa no Brasil.

Já está provado que as regras contidas nos compêndios gramaticais são incoerentes e pautam-se em usos arcaicos, em textos literários, que não podem servir como modelo para a sociedade atual, como nos diz Rocha (2002):

Se a língua literária se caracteriza pela ruptura, pela inovação e pela rebeldia, conclui-se que ela não pode servir de modelo para a chamada língua padrão, que é essencialmente conservadora. [...] Também não faz sentido eleger a língua literária dos séculos anteriores como modelo da língua padrão atual, como fazem as gramáticas tradicionais. (p. 59-60).

Em razão disso, optamos por uma análise em gêneros nos quais acreditamos ser possível encontrar um formato adequado ao que corresponde a norma culta deste país, escrita e oral, na tentativa de contribuir para a caracterização do que constitui o uso culto na atualidade, em termos de colocação pronominal. Buscamos, ainda, fornecer subsídios para o ensino de língua, quanto a esse uso específico, pois, se se faz necessário possibilitar ao discente o conhecimento das diversas manifestações lingüísticas, a fim de ampliar sua competência no trato com a Língua Portuguesa, é imprescindível que isso se realize com base em usos autênticos e atuais.

Queremos, com isso, contribuir com o ensino das duas modalidades de língua, que, comumente, diferem-se do linguajar dos alunos.

Sob esse prisma, adotamos, com Possenti (1996), “sem qualquer dúvida, o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” (p. 17).

Partindo do pressuposto de que nos *corpora* selecionados para esta pesquisa faz-se possível encontrar usos regulares e sistemáticos daquele fato lingüístico, objetivamos analisar o comportamento dos átonos a fim de contribuir para a revisão, de uma forma geral, e para a prática docente, no que respeita ao ensino do que pode vir a constituir o padrão escrito e falado. Além disso, investigamos se o que tem ocorrido na fala já se configura como uso, de fato, na escrita culta, no que tange à colocação dos pronomes átonos, e se isso ocorre consoante os critérios tradicionais. Pretendemos verificar até que ponto os textos do domínio jornalístico podem servir como base para o ensino de língua padrão escrita e o Projeto NURC como ensino de fala culta.

Desse modo, este trabalho constitui-se, fundamentalmente, de uma análise sincrônica da colocação dos pronomes átonos em textos escritos e falados na linguagem culta, considerando-se o que propõem as gramáticas tradicionais a esse respeito. Acreditamos que a atração vocabular, ainda que criticada por alguns autores, permaneça como a motivação

lingüística para a preferência proclítica, em ambos os *corpora* pesquisados, que a posição enclítica esteja limitada aos usos da escrita, com pouca frequência na língua falada, e que a mesóclise apresenta tendências à extinção. Hipotetizamos, também, que os usos escritos, mais do que os orais, atestam maior concordância com as regras da GT.

Assim, este trabalho organiza-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresentamos o objeto deste estudo em seu contexto histórico e gramatical, apontando as contradições e os problemas que a literatura sobre ele delata, seguidos de um breve apanhado de algumas pesquisas realizadas no Brasil sobre o assunto, com base no que tecemos alguns comentários.

A seguir, no capítulo dois, esboçamos um pequeno resumo das teorias que circundam este trabalho, ressumando conceitos e terminologias que direcionam nosso processo de análise. No terceiro capítulo, descrevemos os passos desta pesquisa, caracterizando nossa amostra, bem como os critérios por nós utilizados durante o levantamento dos dados.

O quarto capítulo trata da análise propriamente dita, em que testamos nossas hipóteses e fazemos as devidas comparações e/ou os confrontos necessários.

Por último, apresentamos as ilações às quais nossa análise permitiu chegar, sobre toda a pesquisa realizada, em uma parte a isso destinada.

# CAPÍTULO 1 – OS PRONOMES ÁTONOS: OBJETO DESTE ESTUDO

*“Problema de lengua, problema de pasión. De veras, lo que excita a las gentes es el conflicto: el problema, a unos pocos. Yo quisera ahora ponerme a discurrir sobre el tema separando con cuidado de los valores y poderes afectados sus intereses teóricos. El conflicto se vive, el problema se contempla. Ya la busca de las bases auténticas del problema es de por sí placer y recompensa suficiente, aun descontando la ventaja práctica que se pueda derivar para nuestra actitud ante el conflicto.”*

(Amado Alonso)

## 1.1 Os oblíquos átonos no quadro geral dos pronomes pessoais: localização gramatical

Vistos como objeto ou complementos, os pronomes pessoais do caso oblíquo átono são assim situados pela GT:

**QUADRO 1 – Os pronomes átonos**

Pessoas	No singular	No plural
1 <sup>a</sup>	me	nos
2 <sup>a</sup>	te	vos
3 <sup>a</sup>	se, lhe, o, a	se, lhes, os, as

Alguns desses pronomes assumem formas distintas, de acordo com os verbos que acompanham, a saber:

### Os pronomes o, a, os, as:

- associados a verbos terminados em *-r, -s* ou *-z*, e à palavra *eis = lo, la, los, las* (formas antigas em que caem aquelas consoantes).

Exemplo: “Estimulá-*los* a trabalhar (e pagar a eles por isso) é uma medida correta.” (Veja, jan./07).

- associados a verbos terminados em ditongo nasal (*-am, -em, -ão, -ões*) = *no, na, nos, nas*

Exemplo: “Repreendam-*no* caso o peguem no ato”.

Esses pronomes são considerados formas próprias do objeto direto.

Os pronomes *lhe, lhes* = formas próprias do objeto indireto.

Exemplo: “Este período *lhe* traz uma onda de relaxamento e tolerância.” (*O Globo*, 04/01/08).

Os pronomes *me, te, nos e vos* = podem empregar-se como objeto direto ou indireto.

Exemplo: “Isso *nos* leva a um corpo mais pesado e sinuoso.” (*Criativa*, jan./07).

Podem, ainda, todos esses pronomes, assumir posição de sujeito (como no caso do infinitivo) e de reflexivos.

De um modo sintético, podemos dizer que o emprego dos pronomes oblíquos átonos, no quadro geral dos pronomes pessoais, é tratado, pois, como função de objeto, em que esses pronomes desempenham, então, o papel de complemento. Todavia, ainda que pareça claro e definido esse papel dos átonos, muitos são os questionamentos e contradições que os cercam, haja vista, conforme mencionado na introdução deste trabalho, a postura contraditória que as GTs sobre eles expõem. Postura essa que remete aos primeiros indícios de normalização desses pronomes, embutidos já em sua origem, conforme veremos a seguir – o problema é histórico.

## **1.2 A história da colocação: contextos e contradições**

### **1.2.1 Como tudo começou**

A história da colocação pronominal parece remontar a oito séculos, aproximadamente, quando, no português antigo, foram observados traços de possíveis regularidades, conforme estudos realizados por Huber (1986) e Silva (1989), por exemplo. Analisaram esses autores textos do português arcaico, o que resultou em compêndios gramaticais. Nestes, se podem encontrar documentos, poesia e prosa medievais em que a colocação pronominal, assim como tantos outros itens, aparece em posições sistemáticas, ao lado de suas variantes também freqüentes.

Baseando-se em textos produzidos em português a partir do início do século XIII até o fim do XV, Silva (1989) elenca uma série de casos em que os pronomes aparecem comumente em distribuições gramaticais no *corpus* analisado, apresentando “uma descrição organizada dos fatos lingüísticos”, o que ela considerou como resultado de “várias sincronias”

(p. 44-5). Tudo isso forneceu “elementos para uma tipologia” dos textos escritos da época. (SILVA, 1989, p. 22).

Com “um *corpus* representativo para uma gramática do português arcaico”, esta autora considerou, então, como especificidades desse tipo de gramática, o seguinte:

Um fato histórico é aceitável para estabelecer sincronias na história de uma língua, enquanto não se tenha estabelecido a cronologia relativa de fatos lingüísticos que possam ser indicadores dessas sincronias. É o que ocorre com a língua portuguesa: a cronologia relativa dos fenômenos lingüísticos está por ser feita. Nas gramáticas históricas apenas se encontram informações dispersas e determinadas assistematicamente de datação de certos fenômenos lingüísticos. (SILVA, 1989, p. 37-8).

Sobre o material que coletou, Silva declara que “essa documentação escrita é também anterior a uma ‘normativização’, o que conduz à diversidade não só ortográfica como gramatical”, já que, na ausência de “normas de uso explícitas”, o que havia, então, eram apenas “diretrizes que conduziam a execução da escrita e das cópias dos textos manuscritos, quer traduzidos, quer originariamente portugueses”. Assim, “quando falamos na construção de uma gramática do português arcaico, entendemos por isso a apreensão, a partir da documentação disponível, das regras que governam a organização dos enunciados documentados.” E essa organização se refere, inclusive, à colocação pronominal na escrita dos séculos XIII a XV, sobre o que a autora afirma “que se está trabalhando com documentação escrita, em uma fase histórica em que não havia [sequer] normas ortográficas gerais e obrigatórias”. (SILVA, 1989, p. 41-2, 47).

No quadro dos pronomes pessoais, Silva apontou as diversas formas da sínclise pronominal no *corpus* analisado, considerando as três posições em que os átonos se distribuem “a propósito das mudanças fônicas”. A partir daí, listou os contextos e suas respectivas regras, ratificando a regularidade do uso desses pronomes já no português antigo. (SILVA, 1989, p. 213).

Huber (1986), que realizou um estudo similar ao de Silva (1989), assim constatou acerca da sínclise pronominal: “Os pronomes-complemento átonos podem estar antes ou depois do verbo do qual dependem”, pois, para esse autor, “têm como consequência serem átonos, aparecem, portanto, imediatamente depois de uma palavra fortemente acentuada. A

sua relação com algo precedente fá-los deslocar-se o mais possível para o começo da frase.”. Conclui esse autor que a posição dos átonos, como regra geral, é a enclítica, “para o antigo sentimento da língua”. (HUBER, 1986, p. 177-8).

Do estudo do *corpus* antigo, esse autor deduziu vários casos de colocação, expondo diversos contextos em que cada caso se fazia comum, porém suas indicações se referiam, por vezes, apenas ao que se fazia freqüente nos documentos, independentemente de porquês. Citamos: “Não é fácil explicar por que razão o pronome umas vezes se encontra depois do sujeito, outras depois do predicado. Talvez se encoste à palavra de acento mais forte.” (HUBER, 1986, p. 178). Aí, o autor já discutia alguns casos de contradição.

Ao apontar os contextos de colocação encontrados no *corpus*, Huber assim fazia somente como uma descrição do que observara, sem nenhum tom prescritivo. Ou seja, ele não formularizou regras, apenas exibiu o comportamento dos átonos nos textos por ele analisados.

Segundo Lobo, Lucchesi e Mota (1991) – que nos permitem uma leitura de Huber (1986) e Silva (1989) –, “a norma observada em textos do português antigo coincide em grande parte com a norma contida nas gramáticas, [contudo] perceber-se-á na primeira uma maior flexibilidade na colocação pronominal.” (p. 155). Isso porque, diferentemente do que ocorreu no português de Portugal, em que normalmente o pronome viria posposto ao termo ao qual se ligava, por dele fazer parte, no Brasil, o pronome tornou-se cada vez mais semitônico, no decorrer dos anos, deslocando-se, assim, para antes do verbo. (LOBO, LUCCHESI e MOTA, 1991).

Sobre a evolução do português, assim se manifesta Cunha (1976, p. 67): “Era ainda no século XVI uma língua de ‘homens assentados’, na frase pitoresca de Fernão de Oliveira; é hoje, na elocução europeia, uma língua acelerada, pelo obscurecimento das vogais pretônicas e postônicas.”

Isso fez com que

esse enfraquecimento das vogais em distribuição não-acentuada [fosse], então, o principal fator para a fixação, no português europeu, do modelo de colocação pronominal contido nas gramáticas, [já que], em Portugal, “a pronúncia tende a incorporar” os pronomes oblíquos – então, realmente átonos – ao verbo, deles “fazendo uma espécie de sufixos numa palavra morficamente complexa”. “A partícula pronominal átona enclítica é, então, por assim dizer, um sufixo a mais, ao lado de sufixos temporais e modais, cuja insignificância fonética não perturba seu alto valor semântico.” (LOBO, LUCCHESI e MOTA, 1991, p. 155).

Explicam estes autores que no Brasil a situação foi inversa, pois, “ao invés de ter ocorrido o enfraquecimento das vogais não-acentuadas, houve na pronúncia brasileira o seu fortalecimento.”. Logo, aqui, os átonos converteram-se, por assim dizer, em “partículas semitônicas”, e não “realmente átonas”. Fato que fez com que os pronomes fossem deslocados para antes do verbo, “pela tendência, na pronúncia brasileira, de ‘intensificação da primeira consoante do vocábulo fonético, que nele funciona como um corte na cadeia da fala.’”. (LOBO, LUCCHESI e MOTA, 1991, p. 155-6).

Como se pode notar, algumas “tendências” de colocação foram, de fato, encontradas em *corpora* antigos, mas isso precisava ser melhor estruturado, porque os textos não paravam de ser produzidos e sobre sua organização muitas dúvidas iam surgindo, das quais a questão da colocação pronominal não pôde escapar.

Em Figueiredo (1917), tudo começou por causa de um soneto. Mais especificamente, devido a um verso: “*Um soneto pediste-me, criança*”. Pequena e aparentemente modesta esta frase, tanto por sua estrutura como por seu conteúdo, serviu de motivação para uma das primeiras sistematizações das regras de colocação pronominal, formuladas por esse autor. Conforme Figueiredo, em 1899, aproximadamente, alguém que sempre lhe consultava sobre o funcionamento da linguagem solicitou sua opinião acerca de alguns versos, inclusive esse, para o que o consultado emitiu o seguinte parecer: “Tal verso não estava construído portuguesmente, e que em português se deve dizer – *um soneto me pediste*, ou *pediste-me um soneto*.” (FIGUEIREDO, 1917, p. 15). Ou seja, Figueiredo privilegiou, na primeira opção, a posição proclítica em relação ao sujeito nominal expresso e antecedido por um pronome, e, na segunda, a posição enclítica em início de oração, mesmo “sem saber por quê”.

Declara Figueiredo que nas *Gramáticas* nada se encontrava a respeito, o que lhe permitiu formular suas próprias regras, baseadas todas elas em escritos portugueses. Ao que tudo indica, a intenção do autor era regularizar a sínclise pronominal no Brasil, assim como corrigir alguns erros no escrito português. Diz ele: “Evidentemente, o assunto interessa especialmente ao *Brasil*; mas não se suponha que *Portugal* está isento de incorreções sobre a *colocação de pronomes*.” (FIGUEIREDO, 1917, p. 17).

Ainda que vejamos o trabalho desse autor como formulação de regras para a sínclise pronominal, não é bem assim que ele próprio o define, a saber:

Não formulando propriamente regras sobre a matéria, mas consignando os fatos, de que os gramáticos, para doutrinação dos estudiosos, facilmente

deduzirão o que é *regra*, o que é *exceção* ou anormalidade, e o que é *indiferente* ou facultativo, distribuirei o trabalho documental em vários capítulos, consoante a vária categoria de vocábulos, locuções e circunstâncias, que influem na colocação de pronomes pessoais. (FIGUEIREDO, 1917, p. 135).

Para tanto, o autor analisou exemplos “de entre os mais afamados escritores brasileiros”, “os modernos escritores portugueses” e “os mestres antigos”. Entre os séculos XV e XVIII, foi considerado um total de quatorze obras, sendo uma de cada autor, as quais Figueiredo pesquisou “registrando *todas* as passagens em que, por influência de determinados vocábulos, locuções ou circunstâncias, há próclise ou ênclise de pronomes atônicos”. (FIGUEIREDO, 1917, p. 133-4).

Como palavras atrativas, Figueiredo considerou: *os adjetivos, as proposições negativas, os pronomes entre si, os advérbios, as conjunções, as preposições, o predicado composto e demais complementos (circunstanciais)*. Além dessas, registrou – como hipóteses diversas da atração que faz a colocação proclítica e/ou enclítica – a influência da distância na interrupção da atração, a atração por natureza (especial), a entonação e a pausa, a inversão dos pronomes pessoais e a eufonia.

Segundo o autor, a pouca discussão que havia sobre a colocação pronominal até aquele momento não condizia com a “escrita corrente dos mestres antigos e modernos”, o que justifica a análise por ele realizada: “Portanto, o processo definitivo, e talvez único, para a solução do problema, está na exibição e apreciação de fatos *regulares* e *irregulares* da língua portuguesa.” (FIGUEIREDO, 1917, p. 133). Sobre isso afirma:

Pareceu-me que uma dúzia de escritores primaciais, antigos e modernos, portugueses e brasileiros, observados minuciosamente na maneira que usaram normalmente e anormalmente quanto à disposição dos pronomes pessoais objectivos e terminativos, nos terá indicado, sem controvérsia possível, o que, a tal respeito, e em português de lei, é positivo e seguro, o que é duvidoso ou incerto, e o que é facultativo. (FIGUEIREDO, 1917, p. 133).

O autor denunciou, em sua obra, a ausência de exatidão nos manuais escolares da época quanto a diversos fatos da língua, inclusive os pronomes. Algumas vezes, questão de nomenclatura, outras, classificação, enfim, tarefa difícil era a de situar-se “em meio desta

babel.” Ironicamente, Figueiredo delata a falta de univocidade entre diversos gramáticos contemporâneos seus:

... é que a classificação das palavras, locuções e complementos, tal como ela se consigna nas *Gramáticas* escolares, em vez de rigoroso e demonstrado fundamento filológico, tem geralmente por base o arbítrio, um determinado uso, uma praxe, seguindo cada *Gramática* processos que divergem dos seguidos por outras. (FIGUEIREDO, 1917, p. 130).

Aponta, assim, Figueiredo, desacordos entre os textos dos escritores que tornavam complexa uma possível precisão do comportamento de vários aspectos da língua, nesse caso, da colocação pronominal, para o que sugere: “O mais simples, e talvez o mais conveniente, sobretudo nas escolas primárias, seria tornar a terminologia do vocabulário português a menos numerosa possível.” (FIGUEIREDO, 1917, p. 131). De fato, as inúmeras e diversas classificações, terminologias, dificultam o entendimento e até mesmo uma melhor formalização daquilo que realmente é efetivo na língua. Acerca de sua posição, esclarece o autor:

Mas eu não venho reformar as escolas e o ensino; e, para que melhor se entendam as relações, que eu registro, entre os pronomes e as outras categorias de palavras, procurarei seguir, sem discussão, a mais generalizada nomenclatura gramatical, acostando-me preferentemente à *Nova Gramática Portuguesa* de A. A. Cortesão (7. ed., 1907). (FIGUEIREDO, 1917, p. 131).

Apreciado por muitos, Figueiredo não pôde deixar de replicar as inúmeras críticas a ele feitas pelo então professor e jornalista, Sr. Paulino de Brito, que contra as regras de colocação pronominal estabelecidas pelo autor muito contestou. Brito via essas regras como “uma luva lançada aos publicistas brasileiros”, e relutava em aceitá-las, alegando ser as mesmas contrárias ao que de fato ocorria no Brasil. Além disso, criticava também os autores analisados por Figueiredo, aludindo, inclusive, à ausência de Gonçalves Dias em seus estudos,

o que, para Brito, era uma contravenção. Mas segundo Figueiredo, essa acusação – assim como as demais – não se mostrava verdadeira, uma vez que:

As regras, que eu aventurei, e algumas das quais foram reforçadas pelo prestigioso gramático João Ribeiro, basearam-se exatamente, não só na maneira, de que em Portugal usaram e usam os mestres incontestados, representantes da lídima linguagem nacional, senão também na maneira, de que usam os bons escritores brasileiros, incluindo o citado Gonçalves Dias. (FIGUEIREDO, 1917, p. 23).

Como prova disso, Figueiredo listou, no decorrer de seu livro, os exemplos de que se valeu para suas formulações, acompanhados de seus respectivos autores e obras, portugueses e brasileiros, evidenciando que em sua grande maioria esses autores observavam as regras de colocação que ele já defendia.

Tais regras diziam respeito, inclusive, à atração vocabular, assim como à intenção e à entonação, sendo estas duas últimas consideradas, por diversas vezes, como exceção à primeira. Isso pode explicar, por exemplo, a posposição do pronome ao verbo na presença de alguma palavra atrativa. Elucida o autor:

O que é capital e meu principal escopo é mostrar que, de acordo com os fatos incontestáveis da língua portuguesa, há várias categorias de palavras e locuções, que *arrastam* necessariamente consigo os pronomes pessoais objetivos e terminativos; como há outras, que normalmente os atraem, embora anormalmente se afastem deles com interposição do predicado; havendo outras ainda, as quais, mais ou menos indiferentemente, atraem ou não atraem os referidos pronomes. (FIGUEIREDO, 1917, p. 129-130).

Almejava Figueiredo que fossem observadas apenas “as formas, mantidas pelos mestres contemporâneos, baseadas na história da língua, na fatal e indispensável evolução da linguagem, e nos ditames inconcussos da ciência filológica.” (FIGUEIREDO, 1917, p. 72).

Defendendo-se assim, o autor conseguiu desfazer os questionamentos suscitados por Brito, e ponderou:

Eu não sei se isto é dizer tudo com a clareza e o rigor que são de desejar. Estou desbravando terreno inculto, onde não achei antecessores, que me orientassem e me auxiliassem; e, além de que certamente ainda não observei nem ponderei tudo, possível é que o alvião do arroteador não descubra todas as raízes do escalracho que mina o terreno.

Figura-se-me todavia que não trabalho inutilmente, porque os que vão passando pela estrada batida e clara, e disponham de braço mais robusto, ânimo mais persistente, e espírito mais alumiado, talvez sintam a tentação de me ir no encalço, e talvez consigam levar ao campo das demonstrações filológicas as observações e os conceitos que eu vou formulando timidamente, sem desmedida fé no êxito evidente das minhas modestas convicções. (FIGUEIREDO, 1917, p. 66-7).

E aqui estamos, a aceitar o desafio, indo “no encalço” de Figueiredo (1917) para tentar demonstrar o que tem sido observado na escrita e na fala formais do século XXI.

### 1.2.2 As sintaxes que se seguiram

Góis (1940) também destacou o difícil manejo com os pronomes átonos, na nossa língua, em termos de colocação, considerando-a como “instável”, mas com uma “topologia [que] obedece a fatores de fácil percepção: a atração, a distância, a pausa (ou parada), a eufonia, a eustomia, a clareza”. Para o autor, essa liberdade de colocação “produz alternativas topológicas que tornam a frase menos rígida, isto é, mais plástica e maleável.” (GÓIS, 1940, p. 94).

Em termos de atração, segundo Góis (1940, p. 99), é o advérbio “a palavra que mais atrai o pronome pessoal oblíquo átono”, de tal modo que, mesmo vindo após o verbo, “arrastará consigo o pronome”, que deverá, então, pospor-se ao verbo.

Defensor da posição enclítica como regra geral em português, o autor diz ser a anteposição “a mais enfática das formas sinclíticas”, fato pelo qual seu uso não deve ser mal empregado, tampouco excessivo, já que, conforme o autor, ela “constitui exceção em português”. Tanto que, se facultativa for a sínclise pronominal, é a ênclise que, via de regra, deverá prevalecer, na visão do autor. (GÓIS, 1940, p. 106).

Sob uma perspectiva sinótica, podemos dizer que esse autor estabelece, para o sinclitismo pronominal, um total de quinze casos de próclise, quinze de ênclise e seis de mesóclise – sem considerarmos as demais notas e observações –, e um total de cinco colocações facultativas. Vejam-se a seguir:

## A) Casos de próclise diante de:

- Palavra negativa
- Advérbio anteposto ao verbo
- Conjunção de 2ª classe
- Pronome relativo
- Gerúndio regido de *em*
- Tudo, todo(s), toda(s)
- Isto, isso, aquilo, este, esse, aquele
- Verbo proparoxítono
- Oração optativa
- Sujeito não determinado por artigo
- Verbo intercalado
- Verbo essencialmente pronominal, com sujeito claro
- Verbo no infinito pessoal
- Verbo no futuro do indicativo com sujeito claro
- Verbo no condicional imperfeito com sujeito claro

## B) Casos de ênclise diante de:

- Período iniciado por verbo
- Verbo no gerúndio não regido de *em*
- Verbo no imperativo afirmativo com sujeito oculto
- Verbo no infinito impessoal regido da preposição *a*
- Advérbio depois do verbo
- Pausa depois do advérbio
- Pronome complemento pleonástico
- Locução verbal infinitiva seguida de pronome, compl. do infinito
- Orações interrogativas com o verbo no infinito impessoal
- Infinito impessoal determinado pelo artigo
- Advérbio *eis*
- Verbo no infinito impessoal, regido do auxiliar *haver*, seguido da preposição *de*
- Verbo no infinito impessoal apassivado pelo *se*, regido de outro verbo no modo finito
- Verbo no infinito impessoal em função subjetiva a um verbo unipessoal

- Verbo isolado entre parênteses

C) Casos facultativos de ênclise/próclise diante de:

- Conjunção de 1ª classe (aditiva, alternativa, adversativa, continuativa, conclusiva)
- Infinito impessoal regido de qualquer preposição (exceto *a*)
- Verbo essencialmente pronominal com pronome-sujeito oculto
- Ausência de qualquer fator determinante da próclise
- Ausência de qualquer fator determinante da ênclise

D) Casos de mesóclise diante de:

- Futuro do indicativo
- Modo condicional
- No meio do tempo composto (*Havia-me chamado*)
- Entre um verbo no modo finito e outro no modo infinito, quando o pronome for sujeito do segundo
- Entre verbo no modo finito e o particípio presente
- Entre dois verbos distintos com regência diferente, quando o pronome for objeto indireto do primeiro

Para embasar suas prescrições, o autor em questão vale-se de documentos clássicos. Documentos esses colhidos de textos escritos por autores portugueses, especialmente literários.

Após uma quantidade numerosa de notas adicionais acerca do assunto, Góis (1940) apresenta vinte exercícios, todos baseados em excertos literários e até mesmo em poemas inteiros.

Em 1959, Dória analisou obras de dez escritores, compreendidas entre os séculos XV e XX, estendendo assim tanto o período selecionado anteriormente por Figueiredo (1917) como a quantidade de ocorrências de colocações pronominais atônicas encontradas, ainda que, em sua grande maioria, Dória tenha considerado os mesmos escritores estudados por Figueiredo.

De acordo com esse autor, diferentemente do que muitos já haviam postulado – como o fez Góis, em 1940, que acabamos de ler –, a posição predominante do pronome não é a ênclise, mas sim a próclise, determinada pela eufonia e pela a ênfase – e não pela atração

(como constatou FIGUEIREDO, 1917): “O que está na índole da língua portuguesa é a eufonia por princípio inspirador na colocação de pronomes. É por eufonia que o pronome átono precede sempre o verbo...”. (DÓRIA, 1959, p. 425). Nesse sentido, o autor critica a hipótese da atração vocabular, pois, para ele, “o que inspira em geral a colocação de pronomes é a eufonia e a ênfase, e não o imaginário poder magnético de umas palavras sobre as outras.”. (DÓRIA, 1959, p. 349).

Ao final de seu estudo, Dória definiu “doze constantes” de colocação: três de próclise, três de ênclise, quatro facultativas, entre próclise e ênclise, e duas específicas, sendo uma preferência de próclise e outra de mesóclise em tempo futuro. Ei-las, pois:

#### A) Constantes

- De próclise:
  1. Diante dos verbos em modo finito
  2. Com gerúndio precedido da preposição *em*, de negativa, ou em locução
  3. Ao infinito de que o pronome átono seja sujeito (“E com um punhal a cada um nos peitos *os fez jurar...*”)
- De ênclise:
  1. Em início de oração
  2. Verbo no gerúndio não precedido da preposição *em*, de negativa, ou em locução
  3. Na abertura de proposição não precedida de conjunção coordenada, não intercalada como explicativa em outra proposição, ou sem sujeito idêntico ao da oração anterior

#### B) Indiferença: próclise ou ênclise

1. Verbo no infinito regido de preposição
2. Verbo da oração principal imediatamente precedido de oração subordinada
3. Verbo que abra proposição, se precedido de conjunção coordenada, ou quando intercalada como explicativa em outra proposição, ou com sujeito idêntico ao da oração anterior
4. Nas locuções do verbo *ser*, sem regência preposicional, complemento do verbo regente

#### C) Eufonia ou ênfase:

- Próclise ao verbo no imperativo, ou no indicativo, presente, ou pretérito, sem negativa (clássicos modernos X clássicos antigos = Ênclise)
- Mesóclise no futuro indicativo ou condicional

Pode-se dizer que Dória defendia o critério da frequência, digamos assim, porque acreditava ser esse aquilo que poderia tornar norma determinado fato lingüístico, do mesmo modo que o caráter eufônico e o enfático determinam, para esse autor, a preferência por um uso específico, em detrimento de outro:

É o que cumpre em qualquer fato da língua, como a colocação dos pronomes. Quando os fatos se repetirem na mesma cadência, a lei gramatical é o que houver entre eles de comum. Quando, por não se harmonizarem, forem os fatos passíveis de generalizações divergentes, o jeito, o tino, o bom gosto, se não bastar o senso comum, está na preferência das formas predominantes em clareza e beleza. (DÓRIA, 1959, p. 9).

Logo, de acordo com esse autor, se não for por razões freqüentes que determinada forma predomine na língua, será por algo que soe bem aos ouvidos.

Já para Ali (1996, p. 33), os pronomes átonos “são regimens que se acostam diretamente ao verbo”, por isso, ele os considera “positivos”, já que “se encostam ao verbo, ou a outro vocábulo anterior”, e declara:

Posposto ao verbo, o pronome átono ocupa lugar que na construção usual compete aos complementos, singularizando-se apenas por vir foneticamente unido ao verbo e a ele subordinado. Consideraremos portanto esta como a colocação normal. Antecipando-se porém ao termo regente, por solicitação de outro vocábulo, a que se submete e liga, haverá o que eu chamarei uma deslocação, uma atração puramente fonética. (ALI, 1996, p. 33).

O autor critica a forma como a atração dos pronomes é vista comumente. Para ele, “trata-se de uma metáfora, porque em todo o vocábulo da língua não existe uma única palavra dotada de força imanente que determine a aproximação de outras palavras.”. Ele é contra,

inclusive, a atração dos pronomes pessoais em relação aos átonos, e, alegando que “não é na categoria gramatical que a atração consiste”, defende a atração fonética. (ALI, 1996, p. 34, 36).

Justificando sua postura quanto ao deslocamento do pronome por força da pronúncia, Ali apresenta diversos motivos, entre os quais a questão da necessidade. Ao que tudo indica, na visão desse gramático, o pronome não se desloca porque é atraído, mas sim, porque se faz necessária a sua aproximação a outro termo a fim de que lhe seja valorizada a pronúncia:

Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas. (ALI, 1996, p. 36).

Assevera o autor, ainda, que, se a pronúncia do falar lusitano difere-se da nossa pronúncia brasileira, não se faz possível, então, “haver entre nós identidade de colocação”. Portanto as regras devem ser também distintas, para uma e outra linguagem: “Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é em geral diversa da fonética lusitana.” (ALI, 1996, p. 56-7).

Sobre isso acrescenta Ali (1996, p. 58) que o fato de a colocação brasileira ser distinta da portuguesa não a torna “errônea”, a menos que os gramáticos insistam em assim considerar, desconsiderando – e temendo – o processo de “mutabilidade” por que passa o idioma. Cita, para isso, o filólogo Sayce, que defende o *costume* como o único critério de correção da linguagem, que pode determinar o que é certo e errado.

Tece o autor diversos comentários acerca das formas como as colocações têm sido efetuadas, chegando a alcunhar uma delas de “orgia de colocação”, quando se trata do caso do infinitivo. Baseando-se em várias obras literárias por ele analisadas, conclui, a respeito da ênclise e da próclise, que “ocorrem profusa e promiscuamente os dois modos de construir.” Além disso, pontua a liberdade, digamos assim, da anteposição e/ou da posposição como uma situação que carece de ser resolvida, não por imposições apenas, mas por análises cuidadosas dos fatos. Diz o autor:

Tais dúvidas nunca foram satisfatoriamente resolvidas, graças à facilidade com que certa regra cômoda, sem dúvida, mas não derivada da observação escrupulosa dos fatos, conseguiu impor-se e dominar no espírito de gramáticos pouco dados a investigações. (ALI, 1996, p. 62).

Estaremos, aqui, pois, isso a investigar!

### 1.2.3 Um pouco das contradições e dos problemas de ontem e hoje

Quando o processo de formalização das regras para a sínclise pronominal foi iniciado por Figueiredo, ele fez questão de expor sua consideração pelos escritores brasileiros. Entretanto, não há dúvidas de que tais regras, de um modo geral, foram fixadas com base no uso da língua de Portugal, o que nos permite, aqui, uma crítica, pois que, como também já se sabe, há claras diferenças entre a língua de Portugal e a do Brasil, em diversos aspectos, inclusive no caso da colocação pronominal. Vejamos isso nas palavras de Cunha (1975):

A colocação dos pronomes átonos no Brasil difere apreciavelmente da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Em Portugal, esses pronomes se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e ensurdecimento de sua vogal. Já no Brasil, embora os chamemos de átonos, são eles, em verdade, semitônicos. E essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entoação e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica, etc.), possibilita-lhes uma grande variabilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu. (CUNHA, 1975, p. 312).

Assim como Cunha (1975), Bechara (2001) e Ali (1927, *apud* BECHARA, 2001), Lima (2003b), Cegalla (2002) e André (1990), entre outros, também defendem a existência de dessemelhanças entre o português de Portugal e o português do Brasil. Embora conscientes

desse fato, esses mesmos autores mantêm, em suas obras, inúmeras prescrições acerca da colocação pronominal estabelecidas ainda por Figueiredo, em 1909<sup>1</sup>.

Não há dúvidas de que ocorreram modificações, das quais parece o início datar de 1959, quando Dória efetuou o mesmo estudo que Figueiredo realizou em 1909, chegando, porém, a conclusões diferentes, conforme verificamos no item anterior. Todavia, ainda que essas diferenças, além de se referirem ao estabelecimento da posição considerada normal, apontaram um novo fator que poderia influenciar a preferência proclítica – a eufonia –, muitas das prescrições atuais ainda se valem do critério da atração para o posicionamento dos átonos.

Natural seria que, a partir de Dória (1959), não somente a natureza sintática, como também o caráter fonético-psicológico passasse a determinar as posições dos pronomes átonos nas Gramáticas, uma vez que esse autor explicitou os motivos de sua discordância concernente às palavras que Figueiredo, em 1909, classificou como atrativas. Pretendia Dória justificar possíveis ocorrências proclíticas na ausência de palavras consideradas atratoras, ao invés das enclíticas que Figueiredo defendia. Assim alegou esse autor:

Ora, se a próclise fosse consequência de atração, onde não houvesse atração, não haveria próclise. Mas, se ausentes as palavras que atraem, ainda se verifica a próclise, força é concluir que nenhuma relação de causalidade há entre a próclise e palavras que se dizem atrativas. (DÓRIA, 1959, p. 15).

Mas não foi isso que ocorreu. Em vez de tomarem partido, digamos assim, os gramáticos insistiram, cada qual, em conservar um caráter ou outro em suas inúmeras prescrições, fazendo permanecer a histórica contradição da colocação pronominal.

Em um aspecto somente podemos dizer que os gramáticos são unânimes: na censura contra a colocação desses pronomes em início de período, conforme a Lei Tobler-Mussafia<sup>2</sup> que foi, conseqüentemente, apregoada por Figueiredo. Sobre essa colocação, declara Nascentes (1960):

<sup>1</sup> Data referente à primeira edição do livro *“O problema da colocação de pronomes”*, utilizado por nós, no decorrer deste trabalho, em sua terceira edição, datada de 1917.

<sup>2</sup> Lei Tobler-Mussafia: generalização proposta em 1875 por Alfred Tobler ao observar que as línguas neo-latinas medievais não apresentam elementos átonos em início de frase, em que a ênclise se faz obrigatória. Proíbe, então, um pronome clítico de aparecer em posição inicial de frase já que um elemento sem acento próprio não deve ocupar a primeira posição absoluta da sentença. (SOUSA, 2004, p. 26 e GALVES e ABAURRE, 1996).

Neste particular, a língua falada se divorcia da escrita, pois, ao passo que na fala a forma oblíqua vem constantemente em primeiro lugar, os escritores, com exceção de um ou outro, mais jovem e desassombrado que os demais, evitam com o maior cuidado esta colocação. (p. 152).

Segundo ele, “não há colocações erradas, exceto as que raiarem pelo absurdo. Há colocações elegantes ou deselegantes, conforme o critério de cada um.” Critica, ainda, o autor, a falta de acordos, por assim dizer, entre os que do assunto tratam: “Livros há e numerosos, a respeito do assunto; suas inumeráveis regras apresentam apenas um resultado prático: estabelecer a confusão na mente do leitor.” (NASCENTES, 1960, p. 152-3).

Todos os autores condenam, pois, a anteposição do pronome ao verbo em início de período, como em: “*me* desculpe... então você tem... você tem paciência” (NURC/SA, D2, INQ. 98), afirmando ser a ênclise a posição indicada para esse caso: “bom... parece-*me* que o nome genérico de macacos é... naturalmente de uma expressão... vulgar pra abranger todos aqueles que têm algumas semelhanças...” (NURC/RJ, D2, INQ. 374).

Para os gramáticos que consideram a hipótese da atração vocabular como um fenômeno fonético-sintático, a preferência pela posição proclítica atende a necessidades também eufônicas e enfáticas e não apenas sintáticas. É Bechara (2001) quem declara:

Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos... o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia. (BECHARA, 2001, p. 587).

Note-se que o autor, além de enfatizar a questão eufônica, também critica a Gramática Tradicional por se fundamentar na tradição literária, aparentando, com isso, tender a uma consideração do falar culto brasileiro, pelo que anuncia, acerca de sua obra: “Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas.” (p. 587). Resta-nos saber se essas normas são, a um só tempo, realmente comuns à fala e à escrita cultas.

De maneira um tanto mais ousada, por assim dizer, ressalta Nascentes (1960, p. 152) que “as formas oblíquas dos pronomes pessoais colocam-se onde o escritor quiser, antes ou depois do verbo, [uma vez que] em todas as línguas essas formas apresentam colocação natural, de acordo com o gênio das mesmas línguas.”.

Ainda nessa mesma vertente, Dória (1959), valendo-se, inclusive, de exemplos portugueses, conclui:

Coloca-se o pronome antes do verbo regente, depois do verbo regido, ou entre um e o outro, conforme soe melhor, questão de eufonia, que é afinal a suprema inspiradora na colocação de pronomes, [pois] fora da eufonia, tudo é arbítrio hostil à clareza e à beleza do idioma. (p. 103 e 425).

Conforme a maioria dos autores pesquisados<sup>3</sup> – com exceção de Lima, que nada menciona acerca da mesóclise –, a colocação dos pronomes átonos possui três formas de apresentação:

1. a proclítica: “... eu gosto muito de moda... gosto de acompanhar moda... mesmo que eu não *a* siga...” (NURC/RJ, DID, INQ. 317),
2. a enclítica: “... então nós tínhamos MUIto mais dificuldade... porque não tinha MUIto meio de comunicação como o estudante tem hoje... então a cultura da gente geral era/ tornava-se muito mais difícil” (NURC/SA, DID, INQ. 231),
3. e a mesoclítica: “... com o tempo, por serem inúteis, transformar-se-ão numa total aceitação.” (*Estado de Minas*, 05 de agosto de 2007).

Para a posição proclítica, os gramáticos em questão estabelecem, como Figueiredo (1917) e Dória (1959), um grupo de palavras que devem fazer com que o pronome seja

---

<sup>3</sup> São eles: Ali, Almeida, André, Bechara, Cegalla, Cunha, Cunha & Cintra, Dória, Figueiredo, Góis, Lima e Nascentes.

atraído. Entretanto, ressaltam que os termos atrativos apenas exercem tal função em casos em que não haja pausa entre eles e o verbo, pois que, se assim o for, deverá ocorrer a ênclise.

Importa questionar aqui os exemplos utilizados por esses gramáticos, quando da prescrição da regra. Segundo Lima (2003a, p. 450), “quando o sujeito – substantivo ou pronome (que não seja de significação negativa) – vier antes do verbo, assim nas orações afirmativas como nas interrogativas”, deverá ocorrer a ênclise. Mas, duas páginas depois, o autor prescreve (na letra *e*) a obrigatoriedade da próclise “com advérbios e pronomes indefinidos, sem pausa”, o que permite a dúvida, em frases como: *Naquele exato momento, alguém (se?) aproximava (-se?) de nossa casa*. Ora, sabe-se que o termo “alguém”, exposto acima como sujeito, é classificado como pronome indefinido e não possui significação negativa. Situação similar poderíamos encontrar em: *Durante a semana, ele (se) aproximou (-se) do resultado*, em que o pronome *ele* – dentre muitos outros –, classificado pela GT como pessoal reto, também não possui significação negativa.

E ainda temos Góis (1940) que prescreve a próclise na presença desses pronomes, ao contrário de Lima (1992a) que dita a posposição na presença de sujeito pronominal ou expresso por um substantivo antes do verbo.

Diante de tantas contradições e complicações, é natural que surjam incertezas por parte dos consulentes desses gramáticos. Obviamente, se se tomarem esses autores como referência, não será possível definir uma regra precisa, daí, talvez, o motivo de uma explicação de Lima (2003b) logo abaixo da regra: “Motivos particulares de eufonia ou de ênfase podem concorrer para a deslocação do pronome.” (p. 450), o que contribui para uma maior insegurança, por assim dizer, do usuário da língua.

Na seqüência, há um outro tipo de exemplo – de Eça de Queirós<sup>4</sup> –, em que o autor:

cumpre reconhecer, com Said Ali, que não há “linha de demarcação rigorosa entre o termo comum e termo enfático. A noção predominante pode atribuir-se às vezes tanto ao sujeito como ao predicado ou algum complemento verbal. A colocação do pronome átono depende, em tais casos, tão-somente da intenção e maneira de sentir da pessoa que fala.” (LIMA, 2003a, p. 451).

<sup>4</sup> “\_ Ah! *o Melo* conhece-os? exclamou Pedro. \_ Sim, meu Pedro, *o Melo* os conhece.”

Agindo assim, o autor parece permitir o uso do pronome onde quer que seja. A liberdade é tamanha, tanto quanto as inúmeras regras que contra ela o próprio autor prescreve em outras passagens.

Observa-se, outrossim, nas pregações de Cegalla (2002) acerca da posição proclítica diante de termos atrativos, uma das regras em que o autor pontua “o rigor” da próclise na presença de “certos advérbios” (letra *d*, p. 494), mas não explicita quais deles não são tidos como atrativos. O autor, inclusive, faz referência às páginas em que trata dos advérbios, mas lá se podem encontrar praticamente todos eles: devemos inferir, então, que o gramático não trabalha com todos os advérbios na seção a isso destinada? Estaria ele sugerindo uma busca, por parte do usuário, em outras obras? Não se sabe. Sabe-se, apenas, que a regra não está clara, tampouco objetiva – que é o que procura, em termos práticos, qualquer escritor competente.

Com efeito, merece realce a exposição de Cunha (1975, p. 306), no início de sua discussão acerca da colocação pronominal, em que o autor exhibe:

Em relação ao verbo, o pronome átono pode estar:

a) enclítico, isto é, depois dele:

“O mar atira-lhe a saliva amarga.” (C. Alves, OC, 75.)

b) proclítico, isto é, antes dele:

“O céu lhe atira o temporal de inverno...” (C. Alves, OC, 75.)...

Note que o autor simplesmente lança duas posições distintas para o mesmo pronome sem explicação alguma sobre o fato – o que pode ser conferido da leitura completa sobre o assunto em sua Gramática. Seria o caso de se considerar a questão fonética e/ou usual dessa posição? Atemo-nos a uma de suas considerações finais:

Infelizmente, certos gramáticos nossos, esquecidos de que esta variabilidade posicional, em tudo legítima, representa uma inestimável riqueza idiomática, preconizam, no particular, a obediência cega às atuais normas portuguesas, sendo mesmo inflexíveis no exigirem o cumprimento de algumas delas, que violentam duramente a realidade lingüística brasileira. (CUNHA, 1975, p. 312).

Mais um caso de liberdade. Será?

Válido é pontuar, quanto à posição enclítica, que, mesmo que alguns dos autores consultados afirmem ser a ênclise a posição normal – assim como o fez Figueiredo (1917) –, para o que pregam, a todo o momento, a “posposição” ou a “não posposição” em relação aos verbos, a maioria deles parece demonstrar preferência pela posição proclítica, como o faz Bechara (2001), por exemplo, que, já na primeira regra de colocação em relação a um só verbo – em que prescreve a posposição quando do início do período –, observa:

Ainda que não vitoriosa na língua exemplar, mormente na sua modalidade escrita, este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado, e, como diz Sousa da Silveira, em alguns exemplos literários, a próclise comunica “à expressão encantadora suavidade e beleza.” (BECHARA, 2001, p. 588).

Fato curioso a esse respeito é a afirmação de Cegalla (2002) que, ao contrário da maioria dos outros gramáticos em pauta, ressalta o caráter eufônico – e enfático – da ênclise e não da próclise. Para isso, o autor destina um tópico intitulado “Ênclise eufônica e enfática”, em que preceitua:

Em certos casos, a ênclise é justificada por exigências da eufonia ou da ênfase... “Era verdade que Dom Augustin *excedera-se* um pouco.” (Viana Moog); “Acontecia às vezes que uma das éguas xucras *arrumava-lhe* um coice.” (Vivaldo Coaraci). (CEGALLA, 2002, p. 498).

Para Dória (1959), em contraposição a Cegalla (2002), a posição enclítica como opção eufônica ou enfática refere-se aos *clássicos antigos*, visto que, na visão desse autor, a tendência dos *clássicos modernos* é a posição proclítica.

Todos os autores em discussão apresentam casos em que há liberdade para a posposição e/ou anteposição do pronome átono em relação ao verbo, fato mais corrente em locuções verbais.

Para onze dos doze autores aqui considerados, há unanimidade em considerar a colocação intraverbal com os tempos verbais futuro do presente e futuro do pretérito, desde que não haja termos atrativos, o que – por imposição – exigiria a próclise.

Cegalla (2002) observa, inclusive, que:

A mesóclise é colocação exclusiva da língua culta e da modalidade literária. Na fala corrente, emprega-se a próclise: Eu *lhe* direi a verdade. Eles *se* arrependem (ou *vão se arrepender*). Ela *o* chamaria de louco. Ao meio-dia, *nos* sentaríamos à mesa. (p. 496).

Da leitura, como aqui fizemos, de alguns estudiosos que constituíram a história da colocação, podemos perceber que as regras preconizadas pelos gramáticos “atuais” (?) são praticamente as mesmas formuladas há séculos atrás, conforme nos acrescenta a síntese apresentada no item seguinte.

### **1.3 As regras de colocação pronominal em cinco gramáticas selecionadas para esta pesquisa**

Como base para este trabalho, tomaremos apenas cinco das gramáticas consultadas, a fim de melhor estruturarmos nossa análise. São elas as escritas por Cunha & Cintra (2001), Bechara (2001), Lima (2003b), Cegalla (2005) e Almeida (1995). Vale lembrar que esta análise diz respeito tão-somente às formas simples, isto é, às colocações com um só verbo, conforme costumam mencionar as gramáticas tradicionais. Logo, serão apontadas somente as regras de colocação dessas formas, sem consideração das locuções verbais e/ou das formas compostas. Importa dizer que optamos por aquelas formas e não por estas, pelo fato de terem, as últimas, uma maior liberdade de uso, por assim dizer, respaldada pelas regras gramaticais.

Para quatro desses autores, há três posições que o pronome átono assume em relação ao verbo: a enclítica, a proclítica e a mesoclítica. Apenas Lima não menciona a colocação intraverbal.

Logo de início, na seção que trata da colocação pronominal, Cegalla (2005), após listar as três posições assumidas pelos átonos, expõe diversos contextos de próclise, alguns de

mesóclise e outros de ênclise, justificando nossa preferência proclítica devido à pronúncia do Brasil.

Para a posição proclítica, a obrigatoriedade dá-se diante de palavras que atraem o pronome, citadas assim pelo autor: de sentido negativo; pronomes relativos; conjunções subordinativas – ainda que elípticas –; certos advérbios (*sempre, já, bem, aqui, onde, mais, talvez, ainda, por que e como*), desde que depois deles não haja pausa; pronomes indefinidos (*tudo, nada, pouco, muito, quem, todos, alguém, algo, nenhum, ninguém, quanto*); a palavra *só*, no sentido de *apenas, somente*, e as conjunções coordenativas alternativas *ou... ou, ora... ora, quer... quer*. Deve ser também de rigor a anteposição do pronome ao verbo nas orações optativas, com sujeito antes do verbo; nas orações exclamativas iniciadas por palavras ou expressões exclamativas e nas orações interrogativas iniciadas por advérbio ou pronome interrogativo.

A posição intercalada do pronome deve ocorrer nos futuros do presente e do pretérito, desde que não haja, antes do verbo, palavra que exija a anteposição. É vedada, segundo o autor, a posposição ao futuro do indicativo e a mesóclise é restrita ao linguajar culto e à modalidade literária, ao contrário do falar corrente, em que se emprega a próclise.

Como contextos de ênclise, Cegalla (2005) aponta as orações reduzidas de gerúndio, excetuando-se essa colocação na presença de palavras atrativas e da preposição expletiva *em*, em que indica a próclise. O autor prescreve, ainda, a posição enclítica em início de frase, observando ser a anteposição permitida nesse contexto apenas na fala coloquial. Ademais, a ênclise é prevista nas orações imperativas afirmativas, como também junto ao infinitivo não-flexionado, precedido da preposição *a* (com os pronomes *o, a, os, as*). Se o infinitivo estiver flexionado e regido de preposição, deve ocorrer a próclise e, junto ao infinitivo impessoal regido da preposição *para*, a colocação se faz indiferente, antes ou depois do verbo, mesmo com o advérbio *não*.

Na Gramática de Cunha & Cintra (2001) a próclise é de regra nas orações: com as negativas *não, nunca, jamais, ninguém, nada*, etc., sem pausa; iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos; iniciadas por palavras exclamativas e nas que exprimem desejo (optativas); subordinadas desenvolvidas, mesmo com conjunções elípticas; e com o gerúndio regido da preposição *em*. Segundo os autores, são de tendência proclítica, na língua portuguesa: o verbo antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez*, etc.) ou expressões adverbiais, sem pausa; a oração, invertida, iniciada por objeto direto ou predicativo; o sujeito, anteposto ao verbo, com o numeral *ambos* ou algum dos pronomes

indefinidos (*todo, tudo, alguém, outro, qualquer*, etc.); e as orações alternativas. Se houver pausa, poderá ocorrer a ênclise.

Com verbo no futuro do presente e do pretérito é facultativo o uso da próclise ou da mesóclise, assim como é facultativa a ênclise ou a próclise com os infinitivos soltos, ainda que haja a presença da negação. Aí, os autores destacam a tendência enclítica.

Assim como a próclise, a ênclise não pode ser usada com os participios, mas é de rigor com os pronomes *os, as* e com o infinitivo regido da preposição *a*. A posposição do pronome ao verbo é obrigatória, em Cunha & Cintra (2001), quando a palavra atratora não se referir ao verbo.

Bechara (2001) lista diversos contextos “contra” a posposição, deixando transparecer duas possibilidades de certa negação: ou como efeito de exceção às regras previstas para ênclise, ou como regras apenas para a próclise. É como se o gramático estivesse alegando, ainda que considere a tendência proclítica: “não utilize a ênclise nesses contextos, apenas, mas sim, nos demais aqui não listados”, ou: “a ênclise é a posição normal do pronome, com exceção desses casos”. Assim, segundo esse autor, o pronome átono não deve iniciar períodos, não deve ser posposto ao verbo flexionado em oração subordinada, a menos que se trate de orações subordinadas coordenadas entre si, em que poderá ocorrer a ênclise na segunda oração subordinada. Se se intercalam palavras ou oração na subordinada, exigindo uma pausa antes do verbo, a posição enclítica é permitida. O pronome não deve ser posposto, também, a verbo modificado diretamente por advérbio, sem que haja pausa, indicada ou não por vírgula, ou a verbo precedido de negação. Não sendo o pronome inicial, ele pode vir, inclusive, antes da palavra negativa. Caso ocorra a pausa naquele contexto, torna-se facultativa a próclise ou a ênclise.

Não deve ser posposto o pronome com verbos no futuro do presente e do pretérito, e, mantendo-se os princípios acima, tem-se a opção de próclise ou mesóclise. Por fim, a posposição, assim como a intercalação do pronome átono, é vedada junto a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa.

Conforme Lima (1992a), a ênclise é a posição normal do pronome, ainda que se faça obrigatória a próclise em alguns contextos, a saber: orações interrogativas e subordinadas, exclamativas, negativas e optativas, além dos advérbios e pronomes indefinidos que atraem o pronome, desde que não haja pausa, o que levará à ênclise. Para os infinitivos, a regra geral é a posição enclítica, ainda que o costume seja a preferência proclítica. Porém, se não flexionado o infinitivo e precedido de preposição ou palavra negativa, a colocação se torna

facultativa. Para os pronomes *o*, *a*, *os* e *as*, diante de infinitivo regido da preposição *a*, a regra é a posposição.

Para colocações com o gerúndio, permanece a posposição como regra geral, e a anteposição se faz obrigatória se precedido for o gerúndio da preposição *em* e de advérbio, sem pausa.

Também se faz imposta a ênclise no início de período ou de orações, a menos que estejam intercaladas, onde a próclise poderá ocorrer. Na presença de sujeito pronominal ou expresso por um substantivo antes do verbo, a regra é a posposição.

Almeida (1995, p. 494), para quem os pronomes oblíquos átonos atuam basicamente como complementos verbais, defende a eufonia como princípio motivador da colocação dos átonos e mantém a preferência enclítica como a posição normal do pronome, devido à obediência à norma canônica (verbo-complemento). De acordo com o autor, usa-se, obrigatoriamente, a ênclise em: início de oração, em orações reduzidas de gerúndio, em orações imperativas afirmativas e junto ao verbo do infinitivo, precedido da preposição *a*.

Prescreve, como contextos de próclise, em que perdem, segundo o autor, alguns verbos, “sua força enclítica”: palavra de negação, pronomes relativo e indefinido, advérbios e conjunções subordinativas, orações alternativas e gerúndio precedido da preposição *em*, e com o verbo no infinitivo impessoal – caso facultativo de próclise e/ou ênclise. (p. 494-5, 498).

Com os tempos verbais futuro do presente e do pretérito, deve ocorrer a colocação intraverbal, desde que não haja partículas que atraiam o pronome.

#### **1.4 Demais estudos acerca dos átonos**

Em 1981, Pereira analisou “*A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*”, considerando dados de língua falada – informantes de escolaridades e sexos diferentes de várias regiões do País, principalmente do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Alagoas – e de língua escrita: textos jornalísticos, crônicas e manuscritos de séculos anteriores. As amostras de língua falada incluíram informantes analfabetos e semi-escolarizados e as de língua escrita consideraram textos formais e informais.

Divida em duas fases, a pesquisa de Pereira levou em conta tanto a atração vocabular (como fenômeno sintático), quanto a eufonia e a ênfase (como fenômeno fonético/psicológico) como hipóteses acerca da sínclise pronominal. Esperava a autora um

maior número de ocorrências proclíticas em dados de língua falada e na escrita coloquial, e a ocorrência das três posições estabelecidas pela GT em dados de língua escrita culta, apenas.

Baseando-se na Teoria da Variação, a autora constatou, em seu estudo, a existência da variação pronominal desde os séculos passados até os dias atuais, condicionada por fatores lingüísticos e extralingüísticos. Conclui Pereira (1981):

Os resultados obtidos com os dados de língua escrita mostram que (...) a única posição a dar demonstração de desaparecimento é a mesóclise; a próclise e a ênclise estiveram e continuam presentes. Sempre houve e ainda há, entretanto, a predominância da próclise sobre a ênclise...

(...)

Mediante a análise realizada, verificamos que a variação na colocação dos pronomes átonos na modalidade de língua falada quase não existe mais. A próclise é o processo mais geral e a ênclise encontra-se restrita a determinadas formas lingüísticas cristalizadas. (p. 81-2, 118).

Além disso, o trabalho de Pereira permitiu observar obediência às regras da GT na escrita, o que, segundo a autora, faz com que a variação permaneça.

Outro trabalho que analisou a colocação dos átonos em contraposição a prescrições da GT foi o realizado por Lobo, Lucchesi e Mota, publicado em 1991, como resultado parcial de uma versão intitulada “*Gramática e Ideologia*”. Os autores investigaram a colocação desses pronomes junto a formas verbais simples em dezoito inquéritos do Projeto NURC, das capitais Salvador e São Paulo, considerando as gramáticas de Bechara (1982), Cegalla (1981), Cunha (1981), Cunha & Cintra (1985) e de Lima (1976). Foram considerados, na análise, 09 inquéritos de cada cidade, assim distribuídos: um número de três inquéritos do tipo EF e seis do tipo DID do *corpus* de Salvador, e seis EFs e três D2 do *corpus* de São Paulo.

Encontraram os autores um total de 247 de ocorrências no *corpus*, registrando-se os contextos em que é prescrita a posição enclítica pelas gramáticas. Desse total, 174 ocorrências são proclíticas, isto é, 70%, em média, e 73 encontram-se na posição pós-verbal, perfazendo uma média de 30% dos dados. Para a posição intraverbal não foi encontrado nenhum caso. Em contextos previstos para a próclise – que predominou em 90% das ocorrências totais –, “houve uma quase total consonância entre os dados observados e as prescrições gramaticais”. (LOBO, LUCCHESI e MOTA, 1991, p. 150).

Posto que grande parte das ocorrências esteja em conformidade com as regras da GT, esses autores concluem que “existe para a sínclise pronominal uma significativa disparidade entre o modelo prescrito pelas gramáticas normativas – que aqui representam a norma padrão – e o modelo encontrado no *corpus*, aqui considerado como amostra da norma culta.” (p. 153-154). Tal conclusão deve-se ao tratamento dado por esses autores aos conceitos de norma padrão e norma culta, baseados na “visão expressa por Coseriu (1961)”, na qual o padrão “compreenderia os modelos apresentados e prescritos pelas gramáticas normativas” e “a norma culta compreenderia os modelos comuns à fala das pessoas possuidoras da cultura do tipo formalizado, isto é, a cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal.” (LOBO, LUCCHESI e MOTA, 1991, p. 147-8).

Na seqüência, temos o estudo de Lucchesi e Mota, em igual período, para o que foram considerados um total de 21 inquéritos, doze da capital Salvador e nove de São Paulo, junto aos três tipos de texto do Projeto: três EFs, nove DIDs (Salvador) e seis EFs, três D2 (São Paulo). Analisando as mesmas cinco gramáticas do estudo anterior, sob os mesmos critérios, os autores encontraram, nas 988 ocorrências, 88,9% de posição pré-verbal contra 11,1% de ênclise. Sobre isso comentam:

Nos contextos sintáticos em que as gramáticas normativas prescrevem a ênclise, os números são expressivos e indicam uma desobediência à prescrição, na norma culta, em mais de 70% das ocorrências.

Sendo a anteposição do pronome átono ao verbo o procedimento lingüístico normal entre os falantes cultos, nos contextos sintáticos em que a gramática reforça essa colocação, os proclíticos alcançam 97,3% das ocorrências. (LUCCHESI e MOTA, 1991, p. 161).

Consideraram, ainda, em suas análises, as variáveis sociolingüísticas naturalidade e faixa etária do informante e a categoria de texto (NURC), acerca do que deduziram:

- a) não há diferença marcante no comportamento lingüístico dos falantes considerados cultos de Salvador e de São Paulo em relação à sínclise pronominal

- b) quanto mais idoso o falante, mais obediente à regra ele se mostra, nesse caso específico, maior é o uso que ele faz da posição enclítica, preconizada preferencialmente pelas gramáticas
- c) entre os diálogos (D1D e D2) os dados do *corpus* são semelhantes no tocante à colocação pronominal, uma vez que não há diferença significativa nos percentuais de ocorrência de ênclise entre um ou outro tipo de inquérito
- d) em inquéritos do tipo EF o percentual de uso da posição enclítica, em conformidade com as gramáticas analisadas, atinge o dobro do que ocorre nos diálogos.

Numa vertente similar, temos a investigação de Rocha (1998) acerca da colocação pronominal em textos orais e escritos em comparação às regras da GT. Confrontando dois *corpora*, a autora hipotetizou a preferência proclítica, de um modo geral, considerando-se, inclusive, as variáveis lingüísticas e extralingüísticas.

O primeiro *corpus* é o resultado de uma pesquisa de mestrado da própria autora que analisou a sínclise utilizada por estudantes pré-universitários com idade entre 16 e 18 anos, e o segundo é composto de entrevistas colhidas entre informantes com 30 a 45 anos, com curso superior completo, todos moradores da cidade de Alagoinha, Bahia.

Tomando como base dados de língua escrita – um total de 256 – versus língua falada – com um número de 461 –, Rocha apanhou 717 dados no primeiro *corpus*, com 70 textos produzidos pelos informantes, entre narrações-descrições e dissertações, e dez horas de gravação de conversas informais. Foram encontradas, aí, 448 ocorrências proclíticas e treze enclíticas e nenhuma mesoclítica nos dados de língua falada, que foram os únicos considerados no trabalho que ora resenhamos, haja vista o paralelo que quis a autora estabelecer, com destaque, em *corpora* dessa modalidade. No *corpus* seguinte, a autora examinou sessenta minutos de gravação com 14 informantes, que resultaram em 1024 ocorrências pronominais, sendo 979 proclíticas, 43 enclíticas e 02 mesoclíticas.

De toda a análise, concluiu Rocha a preferência pré-verbal que, de fato, aparece em altos percentuais, a saber: 97,18% no primeiro *corpus* e 95,60% no segundo, sendo gradativo o aumento da posição pós-verbal no segundo *corpus* (4,19%) em relação ao primeiro (2,82%).

Silva (2002) também analisou a variação no posicionamento dos pronomes clíticos em 150 textos escritos – 30 jornalísticos e 120 redações escolares – da cidade de Juazeiro, Bahia, considerando fatores lingüísticos e extralingüísticos que estariam condicionando a preferência proclítica.

Na crença de que os textos escolhidos refletiriam a norma padrão, a autora buscou confrontar a posição dos clíticos nesses textos com o que preconizam as gramáticas sobre o assunto, a fim de estabelecer fatores que influenciam as ocorrências pré-verbais e de verificar se há ou não mudança em curso na escrita padrão da região escolhida.

Com um total de 433 ocorrências de clíticos junto ao verbo, a pesquisa de Silva firmou a preferência proclítica – assim como a variação, em desacordo com as normas gramaticais – nos textos selecionados, com um percentual de 74% sobre a colocação pós-verbal, e sinais de desaparecimento da interposição pronominal, com apenas um dado registrado. Salientou a autora uma maior importância dos fatores lingüísticos (ou internos) do que as variáveis extralingüísticas na conclusão da análise realizada.

Os resultados sugerem, ainda, uma baixa frequência dos pronomes em estudo, que estão mais próximos dos usos orais, naquela região. Encerra Silva (2002):

Embora os estudos variacionistas venham contribuindo de forma significativa para o ensino da língua, identificando as formas pouco usuais e quais as superadas, há necessidade de revisão das gramáticas pedagógicas, principalmente com relação ao padrão escrito da língua ... (p. 147).

Ao estudar “*a norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico-científicos*”, Lima (2003c) encontrou um total de 620 pronomes átonos, sobre os quais ela teceu algumas considerações, a saber:

1. a próclise é a ordem com maior uso nos textos consultados
2. em sua quase totalidade, a colocação se faz em consonância com as regras da GT
3. a mesóclise é colocação eventual em textos escritos formais e inusitada na fala comum.

De acordo com essa autora,

... deverão ser eliminadas as regras que se baseiam no que não mais se usa de forma produtiva atualmente. O supérfluo está, por exemplo, na obrigatoriedade de emprego

da mesóclise, facilmente “driblada” por meio de recursos comuns. (LIMA, 2003c, p. 314).

Tema de um trabalho de monografia, a colocação intraverbal também foi analisada por Vilela (2004), dentro do quadro geral da sínclise pronominal, que buscou determinar, principalmente em textos acadêmicos, *a frequência, as estratégias de esquiva, como também a avaliação dos falantes* em relação à mesóclise. Como *corpus* escrito, a autora examinou nove teses de doutorado – sendo cinco da área de Ciências Humanas e quatro de Ciências Exatas – e uma dissertação de mestrado, desta última área, todas compreendidas entre os anos 1990-2003 e defendidas no Brasil, a partir de 1996. Estendendo o *corpus*, Vilela verificou, outrossim, textos documentais e literários de séculos anteriores: XVII a XIX. Quanto à avaliação dos falantes, foram considerados, em duas fases de teste, grupos heterogêneos, de informantes com faixa etária entre 15 e 56 anos, no geral, do Ensino Médio ao Curso Superior.

Com 1863 dados – 1374 do *corpus* de textos científicos e 489 do *corpus* antigo –, os resultados confirmaram a baixa frequência da posição intraverbal dos átonos (apenas 06 ocorrências nos 10 textos científicos = 5% do índice de presença), que é, por diversas vezes, substituída pela próclise, na presença de palavras atrativas. Até mesmo pelos falantes é a mesóclise evitada e rejeitada, conforme avaliação que dela fazem, “considerando-a uma construção pedante e formal.” Segundo a autora, “há manuais de redação que condenam o emprego da mesóclise e até aconselham os redatores a se esquivarem dela.” (VILELA, 2004, p. 117).

Desse modo, os textos observados nesse trabalho refletem a diminuição da posição intraverbal na escrita formal, em que a próclise tem sido a preferida como estratégia de esquiva, sobre o que “os falantes mostraram uma tendência a estigmatizar a construção mesoclítica”, julgada por Vilela “como um estereótipo lingüístico”, que assim desfecha seu estudo: “a mesóclise deixará de ser obrigatória, visto que o emprego do pronome oblíquo átono, proclítico aos verbos no futuro em início de oração ou depois de pausa, passará a ser aceito como correto.” (VILELA, 2004, p. 117, 119).

## 1.5 Em síntese

Como se pode notar, diversos são os trabalhos que tratam da colocação dos átonos, e muitos outros poderiam ser aqui referenciados. Entretanto, optamos por mencionar apenas alguns dos que se guiam sob uma perspectiva análoga à traçada por nós, neste trabalho.

Sob uma visão panorâmica do assunto “*colocação de pronomes átonos*”, podemos dizer que muitas são as contradições expressas desde as gramáticas antigas até os estudos atuais. Para uns, a ênclise predomina, segundo outros, é a próclise a posição a dar destaque, além das hipóteses diversas acerca da interposição: sinais de desaparecimento ou restrita a textos específicos? Oscilam os estudiosos em firmar as hipóteses da possível (ou não) atração vocabular que desloca (ou não) o pronome. Dividem-se, ainda, entre postulações que permitem uma maior liberdade ou que restringem, por assim dizer, a colocação tanto na escrita quanto na fala, em seus níveis formais e informais. Tantos outros são os que vêem a variação como característica da escrita ou da fala, ou, ainda, das duas modalidades.

Afinal, parece-nos evidente a complexidade do assunto, em seu estado de arte. O fato é que, em termos práticos, não se tem um posicionamento claro e preciso do que constitui, por exemplo, a escrita e a fala cultas de todo o país, a um só tempo, em termos de colocação. Os desacordos e as incoerências são inúmeros. Maiores, inclusive, daquilo que coabita o ambiente, ou os vários ambientes da sínclise pronominal.

É nesse sentido que se fazem justificáveis os intentos deste trabalho que busca exatamente uma maior formatação daquilo que realmente constitui o português hodierno de nosso país, no que respeita à colocação pronominal em textos do nível formal.

## CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS TEÓRICAS

*“A evolução de uma língua não está ligada com exclusividade à ação dos níveis e das forças que se verificam e desenrolam somente no âmbito do fonema isolado ou de fonemas entre si, pois esta é determinada, também, pelas leis e forças que partem das unidades superiores ao fonema (sílabas, palavras, grupo fônico, frase)...”*  
(GUTIÉRREZ, 1966, p. 143-4)

Neste capítulo, apresentaremos, brevemente, algumas noções que permeiam a pesquisa aqui realizada, para fazer nítida a vertente teórica que seguimos no decorrer de nossas especulações, quando tratamos de conceitos comuns à linha a que este trabalho está vinculada.

### 2.1 Concepções de língua e linguagem

Temos clara aqui a natureza sócio-cultural da linguagem e do sistema simbólico que é a língua, considerando-se toda sua historicidade. Isso significa dizer que esses conceitos, para nós, estão inter-relacionados às *práticas funcionais* da comunicação verbal, em que a língua é o sistema e, a linguagem, o uso que dele se faz.

Segundo nos diz Britto (2003, p. 35), “a forma da linguagem objetivamente realizada será diferente conforme o espaço em que se dá a interação”. A língua passa a ser vista, então, “como enunciação, discurso, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização.” (SOARES, 1998, p. 59).

Nessa mesma vertente, Bronckart (2006), citando Saussure (2002), reconhece o sistema lingüístico como subordinado ao sistema social, que lhe assegura a continuidade:

É somente o sistema de signos que se tornou coisa da coletividade que merece o nome de sistema de signos, que é um sistema de signos [...]. Por isso, em nenhum momento, ao contrário da aparência, o fenômeno semiológico, qualquer que seja ele, deixa fora de si o elemento da coletividade social: a coletividade social e suas leis são um dos elementos *internos* e não *externos*, esse é o nosso ponto de vista. (Saussure, 2002, p. 289-290 *apud* Bronckart, 2006, p. 134).

É também assim que os PCN (2000) definem o termo língua, como

um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. [Por isso], aprendê-la é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (p. 20).

Câmara Jr. (2004), ao discutir a relação entre língua e cultura, afirma ser a primeira parte da segunda: “A LÍNGUA, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la.” (p. 290). Nem por isso, segundo o autor, deixa a língua de ter seu caráter independente, pois, ainda que seja “parte da cultura”, ela “se destaca do todo e com ele se conjuga”, pelo que “é inegável que a língua constitui uma estrutura autônoma em face da cultura global (...), o que permite o seu estudo estrutural, da sua forma”. (p. 289, 292-3).

Assim, como uma “estrutura especialmente favorável para ser apreendida e explicada”, a língua é definida, portanto, como “um modelo magnífico de estruturação cultural”, com “uma individualidade própria, que deve ser estudada em si”, pois que “apresenta um progresso que é o seu reajustamento incessante com a cultura, é uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura.” (CÂMARA JR., 2004, p. 293).

Diante disso, entendemos não ser a língua um bloco compacto e homogêneo, ou apenas um código, mas a vemos, sim, sob uma perspectiva enunciativa, que a constitui por meio de usos autênticos. E essa autenticidade se refere tanto ao seu funcionamento interacional, cognitivo, quanto estrutural, conforme salientou Costa Val (1996):

Nesses termos, considero adequadamente contemplada a inegável dimensão estrutural da língua: não se a reduz à gramática, mas, reconhecendo a realidade de sua configuração gramatical, compreende-se essa gramática como *sistematização* resultante do trabalho lingüístico social e historicamente elaborado, que acaba por

estabelecer regularidades de uso, nos níveis fonológico, morfossintático e textual, em termos formais, semânticos e pragmáticos. (p. 90).

A ser assim, podemos afirmar que a língua se constitui tanto por seu caráter sistêmico como processual, tendo em vista o fato de que a utilizamos como um sistema de regras que se encontra em um constante processo de transformação, a depender de suas situações de uso, as quais condicionam seu funcionamento.

Desse modo, compreende-se que trabalhar aspectos regulares que constituem a língua, por assim dizer, consiste em um exame dos elementos que comporiam uma reflexão lingüística acurada, tal como sua gramática como um sistema que permite a fixação de algumas regras. Trata-se, então, de refletir sobre aquilo que permite a constituição da língua em si, como também sua realização em contextos de interação, como uma atividade de linguagem que se consubstancia ativamente, para o que citamos Bakhtin (1997), em que:

O estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso tem uma importância fundamental para superar as noções simplificadas acerca da vida verbal, a que chamam o “fluxo verbal”, a comunicação, etc., noções estas que ainda persistem em nossa ciência da linguagem. Irei mais longe: o estudo do enunciado, em sua qualidade de *unidade real da comunicação verbal*, também deve permitir compreender melhor a natureza das *unidades da língua* (da língua como sistema): as palavras e as orações. (p. 287).

## **2.2 Acerca da noção de texto como materialização lingüística**

Ao considerarmos a língua como um processo ativo de comunicação verbal, estamos, automaticamente, aliando a noção de texto verbal – dentro da *Lingüística Textual* – a uma manifestação lingüística, em que o discurso escrito e/ou falado é materializado. Assim,

o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social. (KOCH, 2003a, p. 26).

Na visão dessa autora, o sentido nocional de texto está intrinsecamente ligado à atividade de interação social, em que se busca atingir um objetivo específico em uma dada circunstância. “Como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados” por seus interlocutores, o texto pode ser explicado “no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.” (KOCH, 2003a, p. 26-7).

Mainueneau (2002), por sua vez, define *texto* como “produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a circularrem longe de seu contexto original”, como “unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso.” (p. 57). Semelhantemente, Costa Val (2004) firma o conceito de texto como “qualquer produção lingüística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução.” (p. 1).

Valendo-nos desses autores, rejeitamos, aqui, a visão de um produto pronto e acabado e abordamos o texto “como o correspondente empírico/lingüístico de uma determinada ação de linguagem”, dependente dos procedimentos que possibilitam sua existência enquanto tal, como “uma *unidade comunicativa*” que é. (BRONCKART, 2006, p. 139-140). Temos clara a idéia de que “um texto só é um texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global.” (PCN, 2000, p. 21).

### **2.3 O *continuum* fala-escrita**

A proposta de considerar a modalidade escrita como participante do *corpus* de análise para se compreender como determinado aspecto da língua se manifesta em instâncias particulares dá-se, por um lado, devido à preocupação que há em se poder esclarecer, de fato, se o que se tem apresentado como variação na fala já se constitui como mudança na escrita. Por outro lado, essa proposta se justifica porque há, ainda, em meio à sociedade letrada, certa cobrança em relação a alguns usos que se diferenciam em âmbitos mais ou menos formais e/ou informais, além daquilo que causa, por vezes, certo distanciamento entre as modalidades escrita e falada, mesmo se consideradas à luz de um *continuum*.

Tanto para Marcuschi (2003) como para Decat (2002), tais modalidades diferenciam-se de acordo com seus usos em contextos variados, uma vez que derivam de práticas sociais, em condições específicas de produção. Por isso, faz-se necessário

... considerar as diferenças entre *situação de fala* e *situação de escrita*, ou seja, entre as *condições de produção* textual nos diferentes contextos de uso, ou nas diferentes práticas sociais (a família, o dia-a-dia, o telefonema, o escritório, a escola, o trabalho, etc.) (DECAT, 2002, p. 92),

já que, para esta autora, “...as diferenças de uso vão levar a diferenças textuais”.

É exatamente nesse mesmo sentido que Lemle (1984a) propõe, para o sucesso do “alfabetizador”, a precisão de “idéias claras quanto à relação entre língua falada e língua escrita, [uma vez que] a língua escrita, na nossa sociedade complexa, é uma entidade autônoma, diferente da língua falada por quem quer que seja.” (1984b, p. 81).

Também Risso (1994), ao discutir as relações entre língua falada e língua escrita, afirma que (LE para Língua Escrita e LF para Língua Falada)

regidas por um mesmo sistema léxico-gramatical, LE e LF organizam diferentemente os seus padrões de construção, sempre a partir de especificidades de processamento, transmissão e recepção ajustadas a diferentes situações comunicativas e a diferentes condições de produção (p. 62).

Ou seja, há, de acordo com esta autora – tanto para a língua escrita, assim como para a língua falada –, perfis de organização que as estilizam de acordo com o evento e/ou objetivo comunicativo a que se propõem, haja vista que, nas duas modalidades, faz-se possível

observar a manifestação da variação formal/informal... portanto, podemos ter uma LF formal (por exemplo, em certas entrevistas e conferências) e uma LE informal (em cartas pessoais, bilhetes, em certas seções de revistas que procuram um toque de informalidade no “diálogo” com o leitor). (RISSO, 1994, p. 59).

Tratando dessa “variação formal/informal”, Britto (2003) pontua a questão da “mudança de registro” e declara:

Neste sentido, a noção de *registro* fica mais bem estabelecida se for compreendida... como a expressão de mudança no uso da língua conforme a situação. O registro de uma situação doméstica será diferente de uma conversação entre estranhos, que, por sua vez, será diferente de uma situação de trabalho, que será diferente de cerimônia religiosa. A diferença entre registros ocorre em todos os aspectos lingüísticos – prosódicos, lexicais e sintáticos. (p. 33).

Para Koch (2003a, p. 77), “fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua. Embora se utilizem, evidentemente, do mesmo sistema lingüístico, elas possuem características próprias”. E, tomando-as “ao longo de um contínuo tipológico”, reconhece:

O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao pólo da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários. (p.78).

Sob o olhar dessa autora, fala e escrita possuem alguns traços que lhes são peculiares, sim, já que se realizam no decurso de acontecimentos por vezes distintos, pois “a escrita é o resultado de um processo, portanto estática, ao passo que a fala é processo, portanto, dinâmica”, o que não as torna dicotômicas. (p. 80).

Conforme Gnerre (1985), o valor das produções lingüísticas depende da adequação dessas ao contexto em que são produzidas e vale considerar, aí, as influências que ocorreram na história da língua e que foram determinantes para as diferenciações lingüísticas. Tais influências também promoveram uma transformação da variedade lingüística em registro escrito e desse à tradição gramatical, por isso é possível afirmar que a escrita foi e sempre será diferente da fala.

Para analisar a colocação dos pronomes átonos na modalidade escrita em contraposição ao seu comportamento no *corpus* de língua falada, tomaremos como base o registro considerado formal, uma vez que todo linguajar, todo falar, todos os modos de escrita, toda comunidade lingüística tem sua norma.

## 2.4 Sobre o conceito de norma utilizado neste trabalho

*“Quando o agente é inexperiente, há todo interesse em que se inspire nos modelos existentes e que aprenda as regras de seu funcionamento. É principalmente nessa perspectiva didática que são úteis as classificações e as análises propostas pelos pesquisadores: trata-se, portanto de conduzir os aprendizes a um domínio das regras-padrão em uso, corrigindo eventualmente as produções que mostrarem falta desse domínio.”*

*(BRONCKART, 1999, p. 216)*

Muita discussão há em torno do que se pode chamar de norma, na Língua Portuguesa, o que é acirrado quando se faz presente a denominação *culta*, razão pela qual consideramos oportuno explicitar o conceito com o que trabalhamos aqui. Para isso, tomaremos como base algumas definições de Faraco (2002), que, debatendo a questão da “*Norma-padrão brasileira*”, afirma:

... numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas lingüísticas, como, por exemplo, a norma característica de comunidades rurais tradicionais, aquela de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, a norma característica de grupos juvenis urbanos, a (s) norma (s) característica (s) de populações das periferias urbanas, a norma informal da classe média urbana e assim por diante. (p. 38).

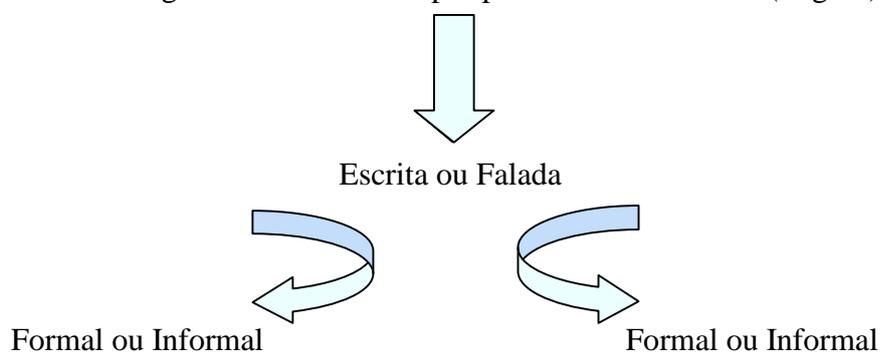
Uma vez que cada grupo social possui sua própria norma, entendemos, com esse autor, que “... a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas lingüísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas.” (p. 39). Por isso, haverá tantas normas quantos grupos houver.

Tendo em vista o fato de que lidamos, aqui, com *corpora* compostos por textos – escritos e orais – considerados cultos, isto é, produzidos por pessoas escolarizadas, utilizaremos a expressão *norma culta* para caracterizá-los. Servindo-nos das acepções do autor em questão, estamos convictos de que essa expressão se refere à “... norma lingüística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita”. (p. 40).

Na visão de Faraco, a norma culta não pode ser confundida com o que ele considera *norma padrão*, pois “o padrão jamais conseguirá suplantar a diversidade, porque, para isso, seria preciso o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história.” (p. 42). Isso porque Faraco associa norma padrão à GT, como “um fenômeno relativamente abstrato”, que teve o “modelo lusitano de escrita” como referência e que diz respeito ao resultado de “... um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança... [como uma] norma estabilizada.” (p. 40-3).

De fato, é a GT que tem servido de modelo para o padrão de escrita, na Língua Portuguesa, ainda que esta possua suas variações formais e informais, tanto na escrita como na fala, além de suas normas populares, designações que nos permitem o seguinte esquema:

- Língua padrão = Gramática Tradicional = modelos de escrita
- Língua culta = utilizada por pessoas escolarizadas (3º grau)



- Variedades populares = grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura oral

Desejamos frisar aqui nossa discordância em ser a GT a representante do ideal a ser alcançado, ou o nosso padrão de língua, por se basear em textos literários e não condizentes com nossa realidade (cultura) atual. Defendemos, então, que a língua padrão se espelhe, por assim dizer, na norma culta atual, considerando-se suas tendências, motivo pelo qual, no decorrer deste trabalho, os termos *padrão*, *culto* e *formal*, serão, por diversas vezes, abordados como sinônimos.

## 2.5 Concernente aos gêneros textuais (formais)

*“Puede hablarse de tipos específicos de realización de géneros del lenguaje cotidiano sólo donde existan formas de intercambio comunicativo cotidiano que sean de algún modo estables, fijadas por el hábito y las circunstancias. [...]”*

*Cada situación fija de la vida corresponde a una organización particular del auditorio y, en consecuencia, a un repertorio de pequeños géneros cotidianos. El género de la vida cotidiana se ubica siempre en el cauce del intercambio comunicativo social, y es el reflejo ideológico de su tipo de estructura, su objetivo y su composición social.”*

*(Voloshinov, 1993 [1930], p. 248-249)*

É comum, quando lemos ou produzimos um texto, sermos rodeados por questionamentos, que nos vêm à mente, tais como: “Que texto é esse?”, ou, “Que tipo de texto é esse?”, “O que estou lendo?”, “Que tipo de texto devo produzir?”. Normalmente, esses questionamentos são seguidos de outros, que costumam se referir ao contexto de produção e circulação dos textos, ao local onde são produzidos, ou onde irão circular.

Pressupõe-se que todo texto verbal encontra-se inserido em uma noção de gênero, isto é, toda vez que nos comunicamos verbalmente estamos participando da produção de um gênero textual. Mas a definição desse termo não se afigura como uma tarefa simplista, ao contrário, diversos são os autores que têm se empenhado em realizá-la. Tentaremos, então, abordar algumas das muitas concepções que se nos apresentam, a fim de explicitarmos a perspectiva sob a qual esta pesquisa se realiza.

Segundo Bakhtin (1997), pode-se dizer que a noção de gêneros textuais está relacionada às diversas esferas da atividade humana, uma vez que são nas e das várias utilizações da língua – em que os enunciados se efetivam – que surgem e se realizam esses gêneros. Assim diz esse autor que os textos pertencentes a um mesmo gênero possuem, de certo modo, três aspectos em comum: a *temática*, que representa os temas e o tratamento mais usual dado a eles; a *forma composicional*, que diz respeito à estruturação global e à organização em partes; e o *estilo*, que abrange as escolhas sintáticas e lexicais, os recursos lingüísticos mais habituais.

Esse autor apresenta-nos duas noções de gêneros textuais como “o gênero de discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo)”, para o que explana:

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios... (p. 281).

Sobre isso, declara Rodrigues (2005) que

o papel da escrita indicado pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários. (p. 169).

Os gêneros textuais são assim (re)criados dentro de parâmetros e são restritos também, pois há para eles limitações. Logo, definem-se como a elaboração dos “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” pelas diferentes esferas de utilização da língua. (BAKHTIN, 1997, p. 279). O que configura um determinado gênero, então, são tanto seus aspectos formais, assim como sua funcionalidade, haja vista o fato de que todo gênero possui também sua gramática, isto é, seu conjunto de regras subjacentes, o que faz com que o reconheçamos como tal durante o processo de comunicação. Nessa perspectiva, temos a postura de Schneuwly & Dolz (2004), em que

o gênero, assim definido, atravessa a heterogeneidade das práticas de linguagem e faz emergir toda uma série de regularidades no uso. São as dimensões partilhadas pelos textos pertencentes ao gênero que lhe conferem uma estabilidade de fato, o que não exclui evoluções, por vezes, importantes. (p. 75).

Ao tratar das “formas estáveis” dos gêneros, Bakhtin (1997) tece algumas considerações acerca do que podemos chamar aqui de uma espécie de modelo de padronização que temos em mente, quando da constituição de um gênero, o que viabiliza nossa comunicação, uma vez que “se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.” (p. 302).

Ou seja, faz-se necessária certa padronização para que possamos, inclusive, reconhecer um gênero em detrimento de outro, quando da exigência de produções e/ou usos determinados – como ocorre por diversas vezes na formulação de documentos ou de outros gêneros consagrados tipicamente na escrita e também na fala, especialmente formais. Isso acontece com frequência em redações acadêmicas, científicas, etc. e também em situações de fala em que algumas formas já se encontram padronizadas pelo falante, que as realiza consoante os usos costumeiros, por exemplo.

Assim sendo, “todos os nossos enunciados se baseiam em formas-padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo”. (KOCH, 2003b, p. 54). E é assim que os gêneros vão sendo reconhecidos, praticados pela sociedade, que os legitima, a saber:

A prova da existência desse modelo [*comum*, sancionado pelo uso] nas diferentes práticas de linguagem é, precisamente, o fato de que o gênero é imediatamente reconhecido como uma evidência, pela maneira como se impõe para aquele que se sente à vontade na prática em questão, como uma forma evidente que seu enunciado deve tomar – salvo, bem entendido, se ele quiser, calculando conscientemente os efeitos possíveis, suprimir as marcas do gênero, o que será encarado como desvio, tanto por ele próprio quanto pelos outros atores da prática visada. (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 74-75).

Em outras palavras, esses gêneros textuais, “resultantes de tendências dominantes”, são determinados pelas diferentes esferas sociais, as quais constituem esses modelos relativamente estáveis. São como uma gramática do discurso, pois possuem funcionamento social, sistematização e estruturação, quando da sua organização, e regras normativas. Assim como temos frases agramaticais, comumente assinaladas pelo asterisco (\*), podemos ter também formações discordantes de gêneros, que podem decorrer de erros estruturais,

organizacionais, como também de inadequações, quando de seu (não) funcionamento em uma determinada instância discursiva e/ou esfera social. Para alguns gêneros, pesa mais o “relativamente estáveis”, enquanto para outros, somente o “estáveis”: tudo irá depender do contexto situacional de uso dos mesmos.

### 2.5.1 A questão do estilo

*“Muito do que se tem entendido como norma não passa, na verdade, de uma opção de estilo que se constitui em função do próprio gênero textual.”*  
(BRITTO, 1997, p. 59)

Há que se considerar, então, a questão do estilo, que pode propiciar ou não a reflexão do individual quando do processo de produção de um determinado gênero, uma vez que “o estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso.” (BAKHTIN, 1997, p. 283). Segundo a leitura de Rodrigues (2005, p. 168), “o *estilo* do gênero diz respeito ao uso *típico* dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua.”.

Bakhtin diz serem menos favoráveis ao estilo individual “os gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada”, enquanto os gêneros literários tendem mais a uma reflexão da individualidade: “Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado.”. Ou seja, encontra-se pouca ou quase nenhuma individualidade em gêneros do discurso formalizado, por assim dizer, já que possuem essas formas padronizadas um tanto exteriores ao indivíduo, ao *pessoal*. (BAKHTIN, 1997, p. 283).

No que ainda concerne às características regulares dos gêneros textuais e de seus tipos, Bronckart (2006) destaca os processos de *adaptação* e de *adoção* quando da produção dos gêneros de textos por seus agentes, e enuncia:

Para a implementação desses mecanismos [de adaptação e de adoção], esse agente necessariamente progride em seu conhecimento dos gêneros que são adaptados a uma situação de interação, com o conjunto de restrições lingüísticas que lhes são próprias, ao mesmo tempo em que também aprende a gerenciar as indexações sociais de que cada gênero é portador; inscrevendo-se, assim, na rede de

significações cristalizadas nos modelos preexistentes e aprendendo a se situar em relação a eles. (p. 154).

Nesse sentido, temos que a padronização dos gêneros ocorre de acordo com seu uso e possui duração segundo o mesmo também. Não pode ser essa padronização simplesmente ignorada: ela existe, configura-se como fato nas relações cotidianas.

### 2.5.2 Definições metodológicas para este estudo

Com vistas a uma organização teórica que direcione este trabalho, conforme o objetivo em pauta: analisar como se comportam os pronomes átonos, em termos de colocação, em gêneros escritos e orais da linguagem culta, serão consideradas, aqui, as acepções de Marcuschi (2002), quando do tratamento dos *gêneros textuais*, definidos por ele

como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica... os gêneros são inúmeros. (p. 22-3).

Da mesma maneira, os *tipos textuais*, são considerados por esse autor como uma expressão que designa

uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), em geral, *os tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. (p. 22).

Nessa abordagem, Marcuschi (2002) vale-se da

expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc, já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. (p. 23-4).

Para haver a circulação do gênero, em seus variados tipos e domínios, é necessário que haja, também, um suporte que com isso contribua. Afirma Marcuschi (2003, p. 10) que todo “gênero exige um suporte especial”, através do qual a sociedade é atingida, visto que, para que um (ou mais) gênero se materialize em um suporte definido, é necessário que haja um objetivo específico para sua fixação em um formato delimitado.

É dessa maneira que esse mesmo autor define “suporte de um gênero”, como sendo

**...um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto.** Numa definição sumária, pode-se dizer que **suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.** (p. 11).

Desse modo, entende-se, com o referido autor, que, para cada domínio discursivo, há determinados gêneros – que se fixam em suportes específicos –, assim como determinados tipos que os compõem, o que Bronckart (1999, p. 138) caracteriza como “segmentos no nível dos quais se podem identificar regularidades de organização e marcação lingüística.”.

Cabe dizer que, segundo Marcuschi (2003), embora haja claras distinções dentro de cada conjunto supracitado – os gêneros, os tipos, os domínios e os suportes –, não se faz possível estabelecer uma hierarquia; tudo irá depender dos propósitos de cada uso.

Por isso, foram considerados, nesta pesquisa, gêneros partícipes da atividade humana de comunicação, de acordo com suas configurações no contexto de seus usos, como também sua funcionalidade em situações particulares, uma vez que

o estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material lingüístico concreto – a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua, etc. – lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação... (BAKHTIN, 1997, p. 282).

## CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

*“A norma lingüística é uma realidade que se constata através de pesquisas, e estas hoje se baseiam, como já vimos, no critério de freqüência. O que é freqüente no uso de uma variedade da língua é que constitui a norma. [Chega-se] a isso pela observação, análise e interpretação dos fatos.”*  
(SENA, 1986, p.75).

### 3.1 Da constituição dos *corpora*

Para emprendermos esta pesquisa sobre o comportamento dos pronomes átonos em textos escritos e falados considerados cultos, valemo-nos das prescrições gramaticais sobre esse item lingüístico, com vistas a verificarmos se há ou não interferências da fala na escrita quanto à colocação pronominal. Optamos por um cotejo entre duas modalidades de um mesmo registro – o formal – por entendermos, com Bechara (1986), que “cada valor lingüístico que a descrição científica depreende só se opõe realmente a cada outro valor dentro de uma mesma língua funcional.” (p. 15). Queremos, com isso, contribuir com o ensino da Língua Portuguesa e com a revisão, de um modo geral, referente ao uso formal de um determinado aspecto da língua, por acreditarmos caber à escola a faculdade de possibilitar ao aluno o conhecimento e a capacidade de lidar com as diversas manifestações lingüísticas, a fim de amplificar seus saberes acerca de sua língua.

#### 3.1.1 Quanto ao *corpus* de língua escrita

Retiramos, para a realização deste trabalho, dados de textos veiculados em suportes que representam publicações de grande circulação e importância nacionais. Iniciamos nossa pesquisa com um total de 10 títulos periódicos, mas fechamos com um número de 06, para não deixar desproporcional a quantidade de dados em relação à amostra de língua falada. Em vista disso, buscamos selecionar, no caso das revistas, títulos que se referiam a diferentes públicos, com números de tiragens significativos, quais sejam, as Revistas *Veja* (grande número de tiragens), *Superinteressante* (público-alvo especialmente juvenil) e *Criativa* (público-alvo especialmente feminino). Em relação aos jornais, elegemos aqueles que

apresentam números de tiragens expressivas, com uma ampla variedade de gêneros representantes da língua culta: *Estado de Minas*, *Folha de S. Paulo*, e *O Globo*.

Investigamos as revistas dos meses de janeiro e agosto do ano de 2007, que perfizeram um total de 13 edições. Entre os jornais, consideramos diferentes meses, a saber: o jornal *Estado de Minas* dos meses de janeiro e agosto do ano de 2007, o jornal *Folha de S. Paulo* dos meses de dezembro do ano de 2007 e janeiro do ano de 2008, e duas edições do jornal *O Globo* do mês de janeiro do ano de 2008, o que resultou em 06 edições.

A tabela seguinte ilustra esses dados:

**TABELA 1 – Relação de suportes, quantidade e datas**

<b>Títulos dos Periódicos</b>	<b>Quantidade e Tipo de Edições pesquisadas</b>	<b>Datas pesquisadas</b>
Revista <i>Veja</i>	09 (impresso e <i>on line</i> )	janeiro e agosto/2007
Revista <i>Superinteressante</i>	02 (impresso e <i>on line</i> )	janeiro e agosto/2007
Revista <i>Criativa</i>	02 (impresso e <i>on line</i> )	janeiro e agosto/2007
Jornal <i>Estado de Minas</i>	02 (impresso e <i>on line</i> )	dia 1º de janeiro e dia 5 de agosto/2007
Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	02 (impresso e <i>on line</i> )	dia 31 de dezembro/2007 e dia 31 de janeiro/2008
Jornal <i>O Globo</i>	02 (impresso e <i>on line</i> )	dias 4 e 31 de janeiro/2008
<b>Total</b>	19	-

Ao contrário das outras duas revistas pesquisadas, que possuem edições mensais, a Revista *Veja* é publicada semanalmente, o que gerou um número de exemplares excedente ao das demais, ainda que tenha sido considerado o mesmo período, conforme nos mostra a tabela acima.

Por serem periódicos diários, selecionamos, entre os jornais, dois exemplares de cada título, pois isso já representava uma quantidade de textos considerável, além do que percebemos um estilo similar entre a linguagem dos dois tipos de periódicos – tanto os jornais como as revistas representam o domínio jornalístico, já que possuem objetivos comuns, como a informatividade, por excelência.

Nesses suportes, procuramos examinar os textos escritos no registro formal, que consideramos aqui como gêneros textuais formais (ou gêneros da linguagem culta), impressos

e *on line*, participantes do domínio jornalístico. Por termos claro o fato de que esse domínio abriga uma série de gêneros de diferentes tipos e registros, procedemos a uma análise apenas daqueles que retratam a linguagem da revista e do jornal, de acordo com a norma culta. São eles: as notícias, as reportagens, os editoriais, as matérias assinadas por articulistas que representam a opinião do jornal, etc. Não foram pesquisados textos propagandísticos, tampouco as entrevistas, as cartas de leitores, os horóscopos, etc., por fazerem parte do que representa a escrita informal, mais passível a não observância dos padrões tradicionais, uma vez que possuem outros objetivos, que não o meramente informacional, fugindo, portanto, ao escopo desta pesquisa.

Decidimos analisar a mídia impressa e a *on line* porque esperávamos encontrar o mesmo estilo de escrita em ambos os tipos de publicação, uma vez que muitos jornais e revistas são praticamente reproduzidos na internet, e porque não poderíamos simplesmente ignorar a nova era da comunicação, que é o meio eletrônico. A escrita midiática, em dias atuais, não se resume mais ao impresso, ela ocorre quase que na mesma medida no meio *on line*, e é assim, também, que seus usuários-leitores têm acesso aos textos atuais.

Importa declarar que a escolha daqueles gêneros não se fez por meio de acepções normativas, tampouco preconceituosas. Ocorre que, conforme comentários anteriores, acreditamos que para o estudo da norma culta deve ser levado em consideração o uso de textos nessa norma, considerando-se a situação em que foram produzidos. Como presumimos certa regularidade na escrita dos gêneros selecionados, compreendemos que os mesmos podem servir a esse fim: ao estudo da norma culta, de maneira proveitosa, segundo defende Possenti (1996, p. 41): “Haveria certamente muitas vantagens no ensino de português se a escola propusesse como padrão ideal de língua a ser atingido pelos alunos a escrita dos jornais ou dos textos científicos, ao invés de ter como modelo a literatura antiga.”.

Inegável é o fato de que a literatura antiga não tem se mostrado como participante do dia-a-dia da maioria dos alunos, como sujeitos educandos que dedicam, comumente, uma minúscula parte do tempo à escola, propriamente dita. Também não parece fazer, esse tipo de literatura, parte da rotina diária do cidadão comum, por não o representar – tampouco o envolver – em suas ações cotidianas. Por isso, não se considera plausível um ensino de Língua Portuguesa que, a fim de facultar a prática da escrita formal, tome como base textos literários antigos. Sugere-se, para isso, que sejam utilizados textos da mídia impressa e *on line* atuais que podem ser vistos, facilmente, como integrantes do âmbito social – meios de comunicação altamente acessíveis.

Torna-se importante ressaltar, que, há muito, os gêneros jornalísticos encontram-se inseridos na sociedade, pois que

a escola recebe crianças que, desde cedo, convivem com a linguagem escrita em diversos suportes, dentre eles, os jornais. Mesmo que as interações sejam limitadas..., esse veículo de comunicação está presente no dia-a-dia do cidadão que vive na zona urbana, seja por curiosidade para ler uma manchete, seja para procurar emprego ou algo para comprar e vender... Por prioridade aos fatos sociais que ocorrem em determinada sociedade, o jornal constitui excelente material didático para o ensino de leitura e produção de texto. (SOUZA, 2002, p. 58).

Veículos de variados gêneros, os jornais, assim como as revistas, podem ser vistos como elementos também sociais, haja vista que constituem o “mundo discursivo” do cotidiano social. Ademais, alguns desses suportes – os que circulam mais frequentemente na esfera social – parecem apresentar certas regularidades quando lançam mão de determinados gêneros, no registro formal, como aparentam os gêneros citados, nos quais se acredita que podem ser encontradas representações da norma culta escrita. Esses gêneros são assim considerados por Pinto (2004, p. 284), como

... artefatos textuais ritualizados que estabelecem uma forma de contrato de leitura entre jornal/jornalista e leitores. O leitor, ao manusear um jornal, sabe de antemão onde localizar o texto (ou os textos) que lhe interessa e, ao lê-lo, aceita implicitamente as normas estabelecidas por esse contrato socialmente aceito.

Ou seja, tidos como “ritualizados” em um “contrato de leitura”, os gêneros jornalísticos parecem estar, então, sujeitos a regras e regulamentos que os constituem em sua materialização, neste caso, escrita, sobre o que declara Rodrigues (2005):

Entre o processo da produção e o da interpretação dos enunciados na comunicação jornalística, há o espaço do trabalho de mediação da esfera jornalística, que “regulamenta” as diferentes interações nesse espaço, “filtra”, “interpreta” (impõe um acento de valor) e põe em evidência os fatos, acontecimentos, saberes, opiniões etc. que farão parte do universo temático-discursivo jornalístico. O trabalho

de seleção e divisão desse universo em cadernos, seções, rubricas e suplementos já é um ato temático, estilístico e composicional, pois esse ato de segmentação, além de selecionar e “rotular” o que pode fazer parte de cada caderno, seção, é um índice de produção e interpretação indispensável dos enunciados individuais e dos gêneros. (p. 170-1).

Por suas “peculiaridades de formas e funções” (PINTO, 2004, p. 293), assim como por seus usos rotineiros, esses gêneros são vistos como “textos da vida diária com *padrões sócio-comunicativos característicos*” (MARCUSCHI, 2003, p. 16-7) que habitam, organizadamente, o meio social.

Para analisarmos a colocação pronominal nos textos em questão, servimo-nos da “oração, como unidade da língua”, considerando-se sua “natureza gramatical [que] tem fronteiras, um acabamento, uma unidade que se prendem à gramática”, segundo Bakhtin (1997, p. 297). Sob esse aspecto, abordamos (assim como o fez SILVA, 2002) apenas a estrutura superficial linear da língua, valendo-nos da posição de Perini (1998), quando alega que “qualquer descrição sintática, mesmo analisando a estrutura profunda, tem como um de seus objetivos produzir o traço da estrutura superficial.” (p. 18).

### 3.1.2 Quanto ao *corpus* de língua falada:

Nossa amostra de língua falada foi composta pelos inquéritos do Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta), “implantado no Brasil a partir de 1969, [o qual] visa a proceder à descrição dos padrões reais de uso na comunicação oral adotados pelo estrato social composto por indivíduos de escolaridade superior.” (MOTA e ROLLEMBERG, 1994, p. 11). Ou seja, nesse projeto podemos encontrar exemplos do que constitui a língua falada culta no Brasil.

Vinculado ao “*Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*”, o Projeto NURC contou com a colaboração de diversos pesquisadores, entre eles, Nelson Rossi, coordenador geral do Projeto no Brasil em vários períodos, o qual sugeriu que

diferentemente do que se havia determinado para os outros países – fossem cinco as cidades selecionadas, escolhendo-se entre as fundadas no século XVI – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo – ou no século XVIII – Porto Alegre –, com

população aproximada de um milhão de habitantes ou mais e “distribuídas harmoniosamente por nossa extensão territorial mais densamente povoada”, com o que se teria “uma amostra relativa a uma população urbana estimada em 1969 para doze milhões e meio de habitantes aproximadamente”, o equivalente a cerca de um sétimo da população do país naquela ocasião.” (MOTA e ROLLEMBERG, 1994, p. 12).

Vejamos, sinteticamente, os seis objetivos aprovados, em reunião nacional, para este Projeto no Brasil:

1. possibilitar o estudo da modalidade oral culta da língua em seus mais variados aspectos
2. ajustar o ensino da língua portuguesa a uma realidade lingüística concreta
3. estabelecer a norma culta real
4. fornecer subsídios científicos para o ensino da língua
5. detectar as normas tradicionais vivas e as já superadas
6. corrigir distorções do sistema tradicional da educação brasileira

O Projeto constitui-se de informantes de três faixas etárias distintas, de ambos os sexos: 1<sup>a</sup>- de 25 a 35 anos, 2<sup>a</sup>- de 36 a 55 anos e 3<sup>a</sup>- de 56 anos em diante. São esses informantes:

- todos nascidos na cidade em estudo ou que tenham nela residido desde os 5 anos de idade
- moradores da cidade há pelo menos três quartas partes de sua vida
- os que cursaram na cidade o 1º e o 2º grau
- possuidores do curso superior completo
- filhos de falantes nativos de língua portuguesa (de preferência nascidos na cidade em questão).

Seu *corpus* é dividido em três categorias de texto diferentes, a saber: EF (Eloquções em situações formais, doravante EFs = aulas, conferências), DID (Diálogos entre informante e documentador) e D2 (Diálogos entre dois informantes).

Segundo Preti e Urbano (1986-1990, p. 142),

O Projeto NURC representa uma notável mudança de rumo dos estudos dialetológicos: deixou-se de privilegiar o falar residual de pequenas comunidades e partiu-se para a linguagem padrão das grandes comunidades urbanas.

No mundo latino-americano, aparentemente foi José Pedro Rona (1958) o primeiro a reclamar a necessidade de um novo tipo de Dialetologia, que explorasse as relações entre língua culta e ideal de língua. Ele hipotetizou que na Europa o ideal da língua coincide com a língua culta, enquanto na América esses conceitos se afastam, expondo-se o nível superior à fala popular, dialetando-se mais acentuadamente que na Europa.

Tendo em vistas essas considerações, procedemos, aqui, ao mesmo tipo de análise que fizemos com a língua escrita, agora em alguns inquéritos desse Projeto, em que buscamos exemplos de próclise, mesóclise e ênclise em transcrições das cinco cidades que o constituem, com suas respectivas categorias textuais, levando em conta, em cada texto pesquisado, as faixas etárias e o sexo dos informantes.

Almejávamos um *corpus* balanceado, não somente em relação ao *corpus* de língua escrita, mas também às diversas variáveis de que se constituem os inquéritos coletados. Entretanto não nos foi possível o equilíbrio entre as cidades, tampouco entre as categorias estudadas, porque ainda há grande parte do material a ser publicada e alguns exemplares de difícil acesso. Sendo assim, buscamos eliminar as variáveis sexo e faixa etária, e tentamos equiparar, com o maior número de coincidências que nos foi permitido, a quantidade de inquéritos por cidade pesquisada, junto às suas respectivas categorias. Mas como não é nosso objetivo, aqui, possíveis confrontos entre as variáveis, procuramos manter correspondências apenas entre a quantidade de dados coletados, já que se fazem, esses, representantes da norma culta de todo o país.

Visualizemos isso na tabela abaixo, na página seguinte:

TABELA 2 – Classificação: *Corpus* NURC

Nº	CIDADE	INQUÉRITO	CATEGORIA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	INQ. POR CIDADE
1	PA(Porto Alegre)	291	D2	2º	mas/mas	3
2	PA	45	DID	2º	fem	
3	PA	278	EF	2º	fem	
4	RE (Recife)	5 (Rec5)	D2	2º	mas/mas	23
5	RE	131	DID	2º	mas	
6	RE	337	EF	2º	fem	
7	RE	339	EF	1ª	fem	
8	RE	345	EF	2ª	fem	
9	RE	343	EF	3ª	fem	
10	RE	005 (Inform. 2 nº 006)	D2	2ª	mas/mas	
11	RE	027	D2	2ª	fem/mas	
12	RE	151	D2	1ª	mas/mas	
13	RE	174	D2	1ª	fem/mas	
14	RE	266	D2	3ª	mas/mas	
15	RE	279	D2	2ª	fem/fem	
16	RE	340	D2	1ª	fem/fem	
17	RE	004	DID	1ª	mas	
18	RE	99	DID	2ª	mas	
19	RE	108	DID	1ª	fem	
20	RE	150	DID	1ª	fem	
21	RE	191	DID	3ª	fem	
22	RE	216	DID	3ª	mas	
23	RE	270	EF	1ª	mas	
24	RE	341	EF	1ª	mas	
25	RE	171	EF	2ª	mas	
26	RE	344	EF	3ª	mas	
27	RJ (Rio de Janeiro)	355	D2	2ª	mas/mas	23
28	RJ	147	D2	1ª	fem/fem	
29	RJ	269	D2	2ª	fem/fem	
30	RJ	374	D2	3ª	fem/fem	
31	RJ	158	D2	1ª	mas/mas	
32	RJ	296	D2	3ª	mas/mas	
33	RJ	355/Bob 116	D2	2ª	mas/mas	
34	RJ	12/Bob 25	DID	1ª	fem	
35	RJ	317	DID	3ª	fem	
36	RJ	328	DID	2ª	fem	
37	RJ	373	DID	3ª	fem	
38	RJ	12/Bob 05	DID	1ª	mas	
39	RJ	12/Bob 36	DID	3ª	mas	
40	RJ	233	DID	2ª	mas	
41	RJ	261	DID	1ª	mas	
42	RJ	356	EF	1ª	fem	
43	RJ	382	EF	3ª	fem	
44	RJ	379	EF	2ª	fem	
45	RJ	251	EF	1ª	mas	
46	RJ	341	EF	3ª	mas	
47	RJ	364	EF	2ª	mas	
48	RJ	135	DID	2ª	mas	
49	RJ	369	D2	3ª	fem/mas	
50	SA (Salvador)	98	D2	2º	mas/mas	7
51	SA	231	DID	3º	mas	12
52	SA	49	EF	2º	fem	
53	SA	94	DID	3ª	mas	
54	SA	283	DID	3ª	mas	
55	SA	159	DID	3ª	fem	
56	SA	356	DID	3ª	fem	
57	SP (São Paulo)	360	D2	2ª	fem/fem	
58	SP	234	DID	2ª	fem	
59	SP	405	EF	2ª	fem	
60	SP	18	DID	1ª	mas	
61	SP	251	DID	1ª	fem	
62	SP	137	DID	2ª	mas	
63	SP	242	DID	3ª	fem	
64	SP	250	DID	3ª	mas	
65	SP	255	D2	2ª	mas/mas	
66	SP	343	D2	1ª	mas/fem	
67	SP	377	EF	1ª	fem	
68	SP	396	D2	3ª	mas/fem	
<b>Total geral</b>						<b>68</b>

Com um total de 68 inquéritos, conseguimos equilibrar os dados de língua falada com os de língua escrita, coletados em 19 edições periódicas. Isso porque cada inquérito aparece, comumente, em números de páginas inferiores à quantidade de páginas que possui cada edição jornalística.

Na análise desse *corpus* de língua falada, apoiamos-nos na definição de “unidade de análise” proposta por Ataliba Teixeira de Castilho (*apud* GALEMBECK e GOSUEN, s.d.), como uma “unidade discursiva (U.D)” que compreende

um segmento de texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processamento informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas.

Isso porque “a frase, enquanto unidade característica da língua escrita, nem sempre se aplica à fala, dadas as particularidades dessa forma de realização lingüística (pausas, truncamentos, repetições, anacolutos, falsos começos, falta de limite entre os enunciados).” (GALEMBECK e GOSUEN, s.d.).

Ademais, entendemos com Koch (2003a) que o texto falado “... tem uma estruturação que lhe é própria, ditada pelas circunstâncias sócio-cognitivas de sua produção e é á luz dela que deve ser descrito e avaliado.” (p. 81).

### **3.2 Do processo de análise**

A coleta dos dados foi feita à medida que esses apareceram no texto, conforme a sua ordem de ocorrência, com levantamentos qualitativos e quantitativos. Subseqüentemente, passamos à análise de cada *corpus*, em relação às regras da GT. De posse dessa análise, fizemos a comparação entre a amostra de texto escrito e a do Projeto NURC, que representa a língua falada, para verificarmos se há ou não semelhança entre a colocação nos gêneros selecionados, escritos e orais, considerando, para isso, os critérios descritos nas gramáticas tradicionais para conferir se ocorre variação ou não.

Considerando, aqui, o arrazoado: “é o uso que legitima a norma”, procuramos observar de que maneira os pronomes átonos têm-se apresentado na linguagem culta escrita

em contraposição à falada e se o que caracteriza a sua frequência refere-se ou não à norma tradicional.

### 3.2.1 Critérios

Ainda que alguns gramáticos apresentem contextos e prescrições similares, podemos perceber a existência de várias diferenças e mesmo contradições entre eles, fato que dificulta listar as regras sumariamente. Todavia, para a realização deste trabalho, houve a necessidade de uma categorização dos contextos determinados e/ou permitidos para cada colocação, com o fito de verificar como têm ocorrido as sínclises pronominais nos *corpora* pesquisados, se elas estão ou não em consonância com os ditames tradicionais, ou se se apresentam de forma(s) distinta(s) e quais motivações lingüísticas nos servem de justificação.

Para tanto, estabelecemos determinados ambientes em que se espera que ocorram as três colocações básicas: a próclise, a ênclise e a mesóclise. Tais ambientes foram delimitados de acordo com as prescrições gramaticais encontradas em maior número, entre os cinco autores escolhidos, isto é, aquelas que nos parecem mais comuns tanto na escrita como na fala. Isso porque, como se trata da fala culta, acreditamos ser mais coerente analisá-la sob as mesmas prescrições acerca da escrita, também culta, para, inclusive, conferirmos o grau de coincidência (ou não) entre uma modalidade e outra, já que se encontram, essas duas modalidades, no mesmo tipo de registro – o formal.

Pontuamos, então, que nos valem dos mesmos contextos para analisarmos tanto os dados de língua escrita como da falada, com exceção de apenas um, aquele em que a anteposição é vedada em início de oração ou período, por ser esse, aliás, um contexto respaldado entre os gramáticos, quando se trata da língua falada. Mas não podemos deixar de observar a forma como os especialistas se referem a esse contexto, pois, para eles, o pronome inicia período ou oração na língua falada informal, diferente da pesquisada por nós. Tal observação permite-nos inferir que, se forem encontrados exemplos desse tipo em nossos dados, não poderemos considerá-los consoantes com as regras gramaticais.

Uma última observação a respeito dos critérios de análise: em casos considerados facultativos pelos gramáticos selecionados, optamos por mencioná-los nas duas colocações em questão.

Considerando-se o fato de que pesquisamos apenas as formas simples de colocação (conforme explicitado no item 1.3 do capítulo 1 deste trabalho), aquelas com apenas um verbo, utilizaremos, como critério de análise, os seguintes contextos:

A) Para a colocação proclítica:

1. verbo precedido de palavras atradoras (negações, pronomes, conjunções subordinativas, advérbios não separados por pausa, conjunções coordenativas alternativas, frases exclamativas, orações inversas, gerúndio precedido da preposição *em*, infinitivo pessoal e impessoal precedido de preposição)
2. verbos no futuro do pretérito e do presente

B) Para a colocação enclítica:

1. verbo iniciando período ou oração assindética
2. quando não houver palavras ou expressões de valor atrativo
3. na presença de pausa entre o verbo e o termo antecedente que provoque a próclise
4. pronomes *o, a, os, as* com verbo no infinitivo regido da preposição *a*
5. demais orações reduzidas de gerúndio sem a preposição *em*
6. verbo no imperativo afirmativo
7. verbo precedido unicamente por conjunção coordenativa
8. verbo imediatamente precedido por sujeito nominal
9. verbo infinitivo impessoal regido ou não da preposição *para*

C) Para a colocação mesoclítica:

1. com verbos no futuro do pretérito e do presente, na ausência de palavra atrativa

Sob as perspectivas explicitadas acima, buscamos analisar vários exemplos de próclise, mesóclise e ênclise para verificar se há atração de partículas ou não, e se nos *corpora* escolhidos é empregada uma modalidade lingüística padronizada, que pode contribuir para a caracterização da norma culta escrita deste país. Ou seja, procuramos observar, em amostras em reais condições de funcionamento, se o que é constante nesses gêneros jornalísticos admite intervenções sintáticas das construções da língua falada, no que concerne à colocação pronominal: até que ponto esses textos constituem base para o estabelecimento da língua padrão escrita.

Apresentados os passos da execução desta pesquisa, passamos ao capítulo referente ao tratamento dos dados, seguido da análise dos resultados obtidos.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

*“O sistema lingüístico do Português, como entidade social que é, deve, pois, ser objeto de um trabalho persistente de sistematização objetiva, coerente e uniforme, alicerçado numa atitude científica de análise dos fatos gramaticais, sem o qual o ensino da nossa gramática continuará sendo deficiente e improdutivo.”*  
(HAUY, 1994, p. 4).

### 4.1 Tratamento dos *corpora*: informações genéricas

De acordo com o que propomos em nossa metodologia, consideramos a análise baseada em alguns critérios gramaticais lá selecionados por nós. Devido à extensão vocabular dos mesmos, optamos por grafá-los numérica e abreviadamente, registrando-os do seguinte modo:

- Próclise - critérios:
  1. Palavras Atrativas = AV (de acordo com as prescrições gramaticais)
  2. Casos de verbos no futuro do pretérito e do presente = PVF (PVF Sim = conforme a GT: diante de palavras atrativas, em que o verbo não esteja em início de oração e nem depois de pausa & PVF Não = em desacordo às regras da GT: início de oração e depois de pausa)
  3. Ausência de palavras ou expressões de valor atrativo = devido a outros fatores lingüísticos (em desobediência à GT = P X GT)
  
- Ênclise - critérios:
  1. verbo iniciando período ou oração assindética = VIP/OA
  2. quando não houver palavras ou expressões de valor atrativo = S/At
  3. na presença de pausa entre o verbo e o termo antecedente que provoque a próclise = Pausa
  4. pronomes *o, a, os, as* com verbo no infinitivo regido da preposição *a* = Prep. -a-
  5. demais orações reduzidas de gerúndio sem a preposição *em* = ORG
  6. verbo no imperativo afirmativo = VIA
  7. verbo precedido unicamente por conjunção coordenativa = CC

8. verbo imediatamente precedido por sujeito nominal = SN
9. verbo infinitivo impessoal regido ou não da preposição *para* = Inf. Imp.

Para a amostra de dados orais, consideramos um critério a mais: Critério 10 = Casos de ênclise em desacordos com a GT = Enc. X GT. Esse critério foi mencionado apenas nessa amostra porque todos os casos de ênclise encontrados no *corpus* escrito apresentam-se de acordo com as regras gramaticais.

Havíamos mencionado, ainda na metodologia, o critério “verbos no futuro do pretérito e do presente, na ausência de palavra atrativa” para a colocação mesoclítica. Entretanto, após a análise de todos os *corpora*, constatamos apenas 01 caso dessa colocação registrado na amostra de língua escrita, razão pela qual decidimos não incluí-lo nos critérios gerais, apenas analisá-lo separadamente, com a propriedade que lhe cabe.

Assim, cada número representa o seu critério respectivo, abreviado, como motivações lingüísticas para a ocorrência de cada colocação, em acordo e/ou desacordo com as regras gramaticais. No caso dos critérios estabelecidos para a próclise, há uma correspondência de concordância/discordância em relação à GT em cada um deles. Ou seja, o próprio número do critério já diz se a colocação classificada ocorre ou não conforme o que prescreve a GT.

Avultamos, ainda, que o critério de número 2 do caso proclítico foi subdividido em duas partes – Sim & Não – porque é apresentado na GT como caso facultativo, passível de mesóclise também, a depender da presença ou ausência de termos atratores. Desse modo, quando a próclise ocorria nesse caso por motivos de atração ou no meio da oração, era considerada como 2 Sim, por ser pela GT amparada. Mas quando ocorria em início de oração, ou depois de pausa, era a colocação proclítica registrada como 2 Não, já que contrariava as regras gramaticais que, nesse caso, pregam a mesóclise pela proibição de orações iniciadas pelos átonos (conforme a generalização da Lei Tobler-Mussafia) e pela não ocorrência destes depois de pausa.

Pontuemos outra informação: para uma maior exatidão de nossa análise, trabalhamos com números redondos, isto é, desconsideramos as casas decimais, salvo em relações percentuais.

Convém destacar, ainda, que em todas as publicações do Projeto NURC são apresentadas as normas junto aos sinais utilizados na transcrição de seus materiais. Todavia não nos cabe aqui reproduzi-las por completo, ainda que as tenhamos considerado no decorrer de nosso estudo. Fazemos menção apenas a uma delas, que teve interferência direta em nossa análise: o sinal de reticência, que, segundo Castilho e Preti (1986), “indica qualquer tipo de pausa.”. Embora haja controvérsias em relação à forma como esse sinal é utilizado durante as

transcrições, adotá-lo foi visto como “uma solução evidentemente discutível, mas a que se chegou por uma medida de economia no trabalho, dada a dificuldade em se cronometrar as pausas.”. Além disso, “o cálculo aproximado (pausa longa/média/breve) tornou-se impraticável, gerando discussão e dúvida, não só pela subjetividade, mas também pela influência que a língua escrita e a sua pontuação tradicional exercem sobre o transcritor.” (p. 9).

#### 4.2 Dados obtidos: distribuição no quadro geral

Foram coletados 8642 exemplos de colocação pronominal nos dois tipos de *corpora* pesquisados, dos quais 4311 referem-se aos textos escritos e 4331 aos textos orais. Desse total geral, 6932 ocorrências representam a colocação proclítica, 1709 a enclítica e 01 a mesoclítica, dados que nos indicam a preferência proclítica, a permanência, ainda que em parte, da posição enclítica e grande tendência de desaparecimento da construção mesoclítica na língua culta – oral e escrita, como ilustram os gráficos:

GRÁFICO 1

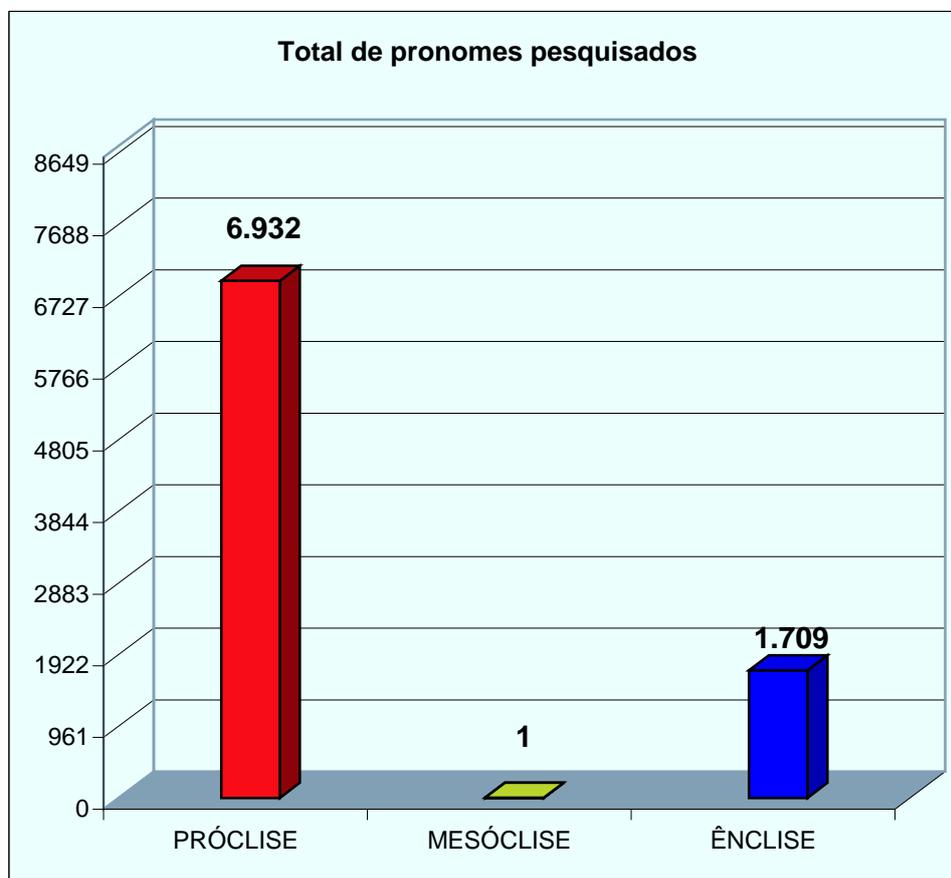
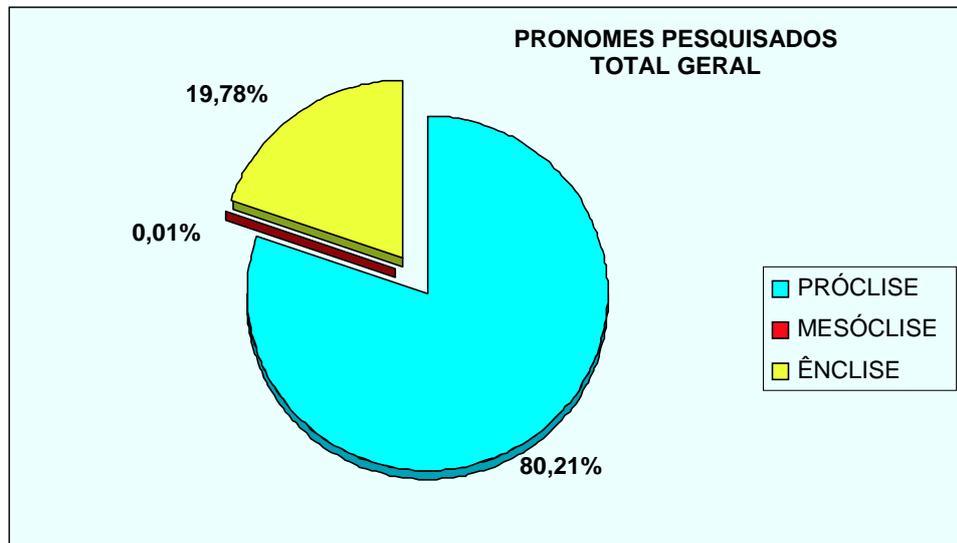


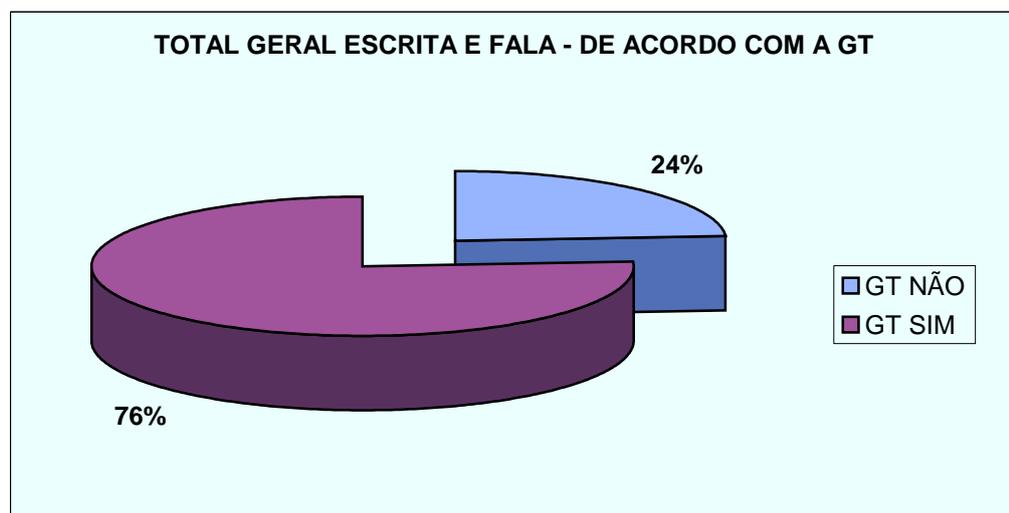
GRÁFICO 2



Os resultados confirmam nossas hipóteses acerca das três posições dos átonos: a próclise é a posição a dar destaque na fala e na escrita, de um modo geral, a ênclise, ainda que pouco utilizada no texto oral, permanece como uma opção de colocação no texto escrito, e a mesóclise tem sido evitada, de fato, tanto pela escrita como pela fala culta brasileiras.

Em relação ao que prescreve a GT para a colocação pronominal, temos, nos dois *corpora* pesquisados, uma proporção de 76% de dados concordantes com a GT, que significa um total de 6580 exemplos, contra 24% em desacordo, igual a 2062 dados. Esses valores também ratificam nossas hipóteses aventadas quanto à sistematicidade gramatical com que os átonos são utilizados em textos formais, de um modo geral, conforme nos diz o seguinte gráfico:

GRÁFICO 3



Considerando ainda a concordância ou não com a GT, conforme cada colocação, temos a seguinte tabulação:

**TABELA 3 – Colocação nos dois *corpora* em relação à GT**

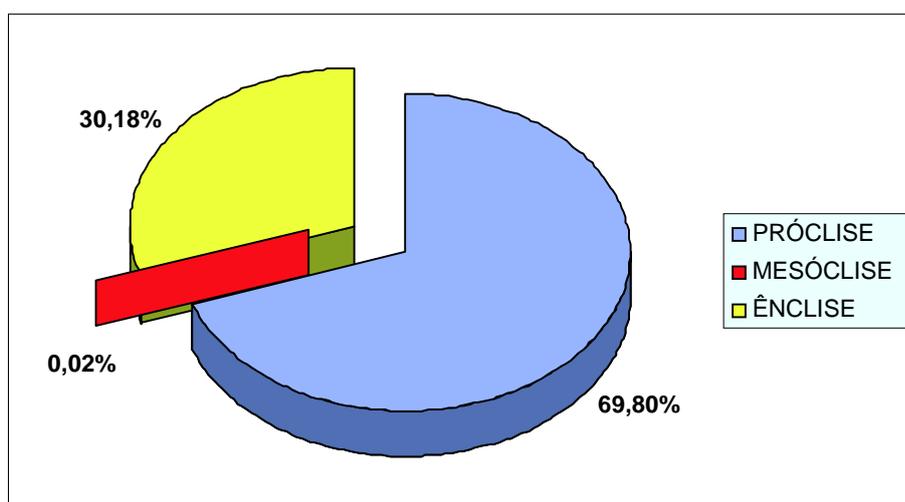
COLOCAÇÃO	QUANTIDADE	GT NÃO	GT SIM
Próclise	6932	2059	4873
Mesóclise	1	0	1
Ênclise	1709	3	1706
<b>TOTAL</b>	<b>8642</b>	<b>2062</b>	<b>6580</b>

A seguir, discutiremos os resultados por *corpus* analisado.

#### 4.3 O *corpus* de língua escrita: os textos jornalísticos e as regras da GT

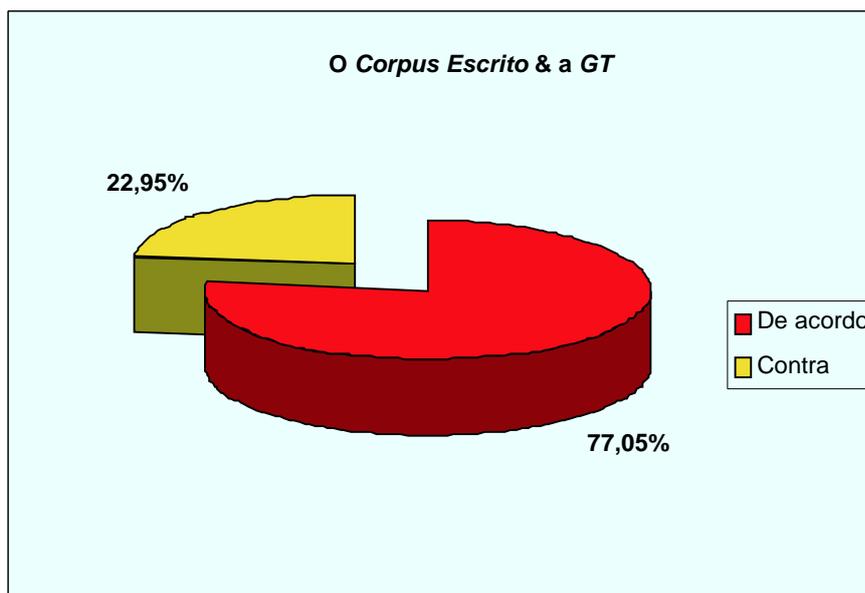
Conforme dissemos, 4311 é o número representativo dos dados de língua escrita. Desses, obtivemos 3009 casos proclíticos, o que corresponde a 69,80% do total, 1301 ocorrências enclíticas, 30,18% de todos os casos, e 01 exemplo de mesóclise, que representa 0,02% dos dados. Em gráfico, obtemos esta visão:

**GRÁFICO 4 – Colocação *Corpus* escrito**



Ao confrontarmos esses dados com o que prescreve a GT, em termos de colocação pronominal, temos a seguinte proporção:

GRÁFICO 5



Na seqüência, veremos esses resultados analisados de acordo com cada colocação.

#### 4.3.1 Os casos de próclise

Dos 3009 casos proclíticos, 2020 estão de acordo com as regras gramaticais, isto é, 67% do total. Os 33% dos casos que se apresentam contra as prescrições da GT, equivalentes a 989 ocorrências, são colocações proclíticas que se fazem em contextos onde a ênclise e/ou a mesóclise são prescritas. Observemos um exemplo colhido na *Revista Criativa*, em uma matéria assinada por uma articulista: “Num mundo em que os amores parecem múltiplos e descartáveis, *me* comoverá para sempre essa reflexão.” (agosto, 2007, nº 220). Note-se que o pronome aparece diante de verbo futuro, depois de pausa, ou seja, em um contexto em que a GT prevê a posição intraverbal.

Examinemos outros exemplos encontrados, em que os pronomes aparecem proclíticos em contextos para os quais a GT prega a ênclise:

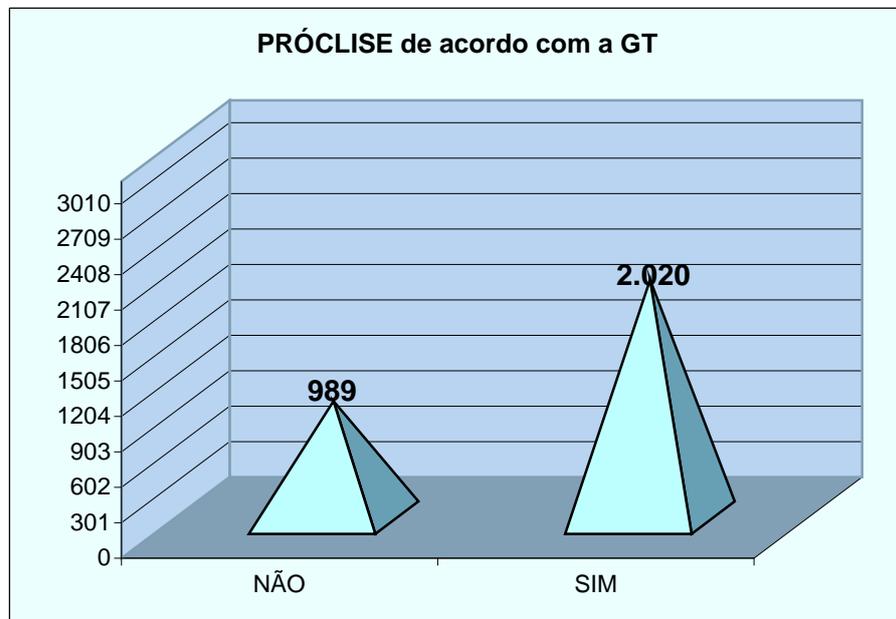
- “Um pouco irritado com o assédio da mídia diante de sua movimentada vida sentimental, ele admite que, dessa vez, os flashes *lhe* foram úteis” (*Jornal Estado de Minas*, 05 de agosto de 2007);
- “O vinho que escolhemos estava em falta. O garçom *nos* indicou outro, aceitamos.” (*Jornal O Globo*, 31 de janeiro de 2008);

- “A África se transformou num Vale do Silício pré-histórico.” (*Revista Superinteressante*, janeiro, 2007, nº 235).

Tantas outras situações similares foram encontradas, em que a próclise aparece forçada, digamos assim, por outras motivações lingüísticas, que não a atração. De todo modo, ainda que isso aconteça em números significativos, a maioria dos casos em que ocorreu a anteposição do pronome ao verbo é respaldada pela GT. Curioso é o fato de esses manuais tradicionais insistirem em propagar a ênclise como a posição normal.

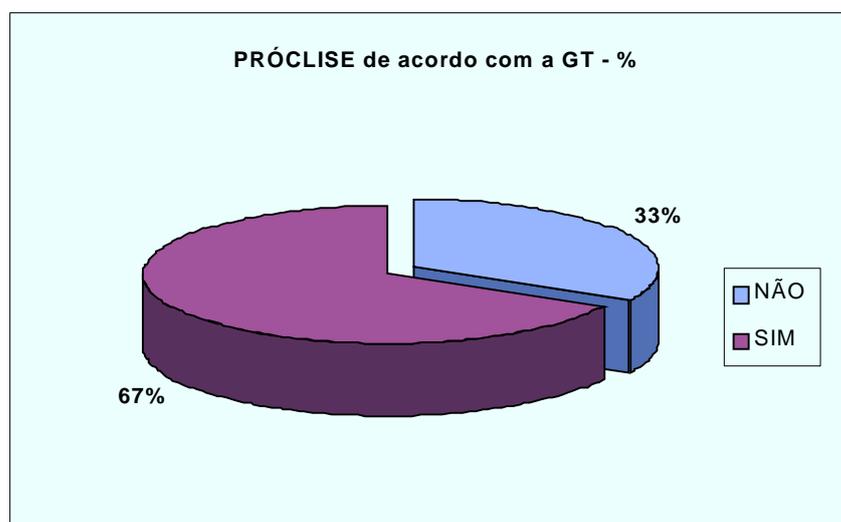
Note-se o gráfico referente ao número de casos proclíticos em relação à GT:

**GRÁFICO 6**



Isso em porcentagens assim fica:

GRÁFICO 7



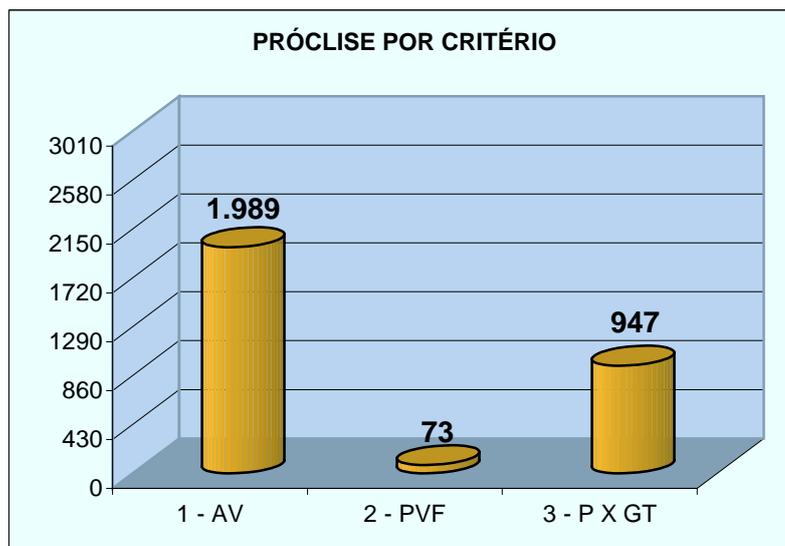
Atemo-nos para a seguinte tabela, em que fizemos a distribuição dos casos de próclise, por critério, em relação à GT:

TABELA 4 – Casos de Próclise (dados escritos)

CRITÉRIO			GT	
1 - (AV) Atração Vocabular	2 -(PVF) Pronomes com verbos no Futuro	3 - (P X GT) Pronomes X Gramática	NÃO	SIM
1989	73	947	989	2020
<b>TOTAL</b>	<b>3009</b>		<b>3009</b>	

Conforme a leitura da tabela, vemos que a atração vocabular, representada pelo número 1, impera entre os casos de próclise, seguida da desobediência à regra canônica, representada pelo número 3, deixando em último o critério referente a verbos no futuro, o de número 2. Aqui, mais uma vez, temos outra hipótese confirmada: a atração vocabular permanece como um recurso que predomina nos contextos de colocação proclítica, é uma motivação lingüística importante, como também o é a preferência brasileira que induz, digamos assim, o escritor a antepor o pronome ainda que não haja termo que o atraia. Talvez, com o passar do tempo, venhamos ter uma preferência proclítica simplesmente por razões de legitimidade no uso, para o que assim, porventura, possamos declarar: a próclise é a posição preferida na nossa língua devido à grande quantidade de seu uso na escrita culta do país. É uma hipótese que os dados nos permitem levantar:

GRÁFICO 8



Devemos pontuar, ainda, a questão do caso de número 2. Como ele foi por nós subdividido, para contabilizarmos sua ocorrência em relação à GT, cabe, aqui, uma discussão à parte. Conforme dissemos na introdução deste capítulo, o critério de número 2 diz respeito à colocação proclítica ao verbo em tempo futuro. Como a mesóclise é, por vezes, a indicada em tempos de futuro, separamos os exemplos em que a próclise se realizava no futuro em consonância com as regras gramaticais e os exemplos em que isso acontecia em desacordo à prescrição da GT, onde, então, a próclise ocorre em lugar da imposição mesoclítica. Reparemos nos seguintes exemplos:

1. “Uma missão fundamental da ciência da informação será reter trabalhadores atuando em casa, sem deslocamentos. Ainda assim, o transporte de massa deve ser multiplicado. Se o mercado não faz políticas públicas, quem *as* fará?” (*Folha de S. Paulo*, 31 de dezembro de 2007)
2. “Mas, aos poucos, *se* desenvolveria um sistema de leis híbrido.” (*Revista Superinteressante*, janeiro, 2007, nº 235).

No primeiro exemplo, temos um caso em consonância com as regras da GT, do critério de número 2, já que o pronome átono em sua forma *as* aparece imediatamente depois do pronome interrogativo, que o atrai, ao contrário do segundo exemplo, do qual a GT discorda: além de ocorrer depois de pausa, o pronome *se* aparece junto ao verbo no futuro, situação propícia para a posição intraverbal.

A seguir, a divisão dos dados encontrados em tabela:

**TABELA 5 - Próclise (dados escritos)**

<b>CRITÉRIO 2 - PVF</b>		
<b>GT</b>		
<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>TOTAL</b>
41	32	73
<b>56,2%</b>	<b>43,8%</b>	<b>100%</b>

Segundo nos mostra a tabela acima, há uma maior porcentagem de discordância desse critério em relação à GT, o que significa um grande número de usos proclíticos em contextos previstos para a construção mesoclítica. Ou seja, evitando a mesóclise, os escritores optam pela anteposição. Mas não podemos deixar de mencionar, ainda, a pequena porcentagem que a esse critério foi reservada, pois, entre os três critérios, o caso de próclise junto a verbos no futuro ocorreu com menor frequência: seria o caso de dizermos que o verbo no futuro tem tido sua utilização restringida a alguns poucos contextos, isto é, está esse caso caminhando para uma possível tendência de diminuição quanto à colocação em textos escritos? Tudo indica que sim, porém não temos dados suficientes para firmar uma possível variação com a devida precisão.

Quanto à preferência proclítica em relação a cada um dos pronomes, temos notadamente sua utilização destacada com o pronome *se*, que aparece proclítico ao verbo 2461 vezes diante das 3009 ocorrências gerais no *corpus* escrito, o que representa 81,79% da amostra proclítica nesse *corpus*. Já o pronome *te* simplesmente não ocorre nos dados de texto escrito e o *vos* aparece uma única vez, em um Ensaio do colunista Roberto Pompeu de Toledo, na *Revista Veja*: “Eu *vos* direi, no entanto, que, quando acaba a esperança, junto com ela acaba a coisa à qual a esperança se destinava.” (agosto, 2007, nº 2022). Consideramos esse caso como obediente às regras gramaticais, já que nos critérios estabelecidos por nós o sujeito pronominal atrai o pronome, ao contrário do que diz o gramático Lima, o qual, para este caso, prescreve a posição enclítica.

Como ilustração desses casos, segue a tabela:

**TABELA 6 – Próclise por pronome**

<b>PRONOMES</b>	<b>PRÓCLISE</b>	<b>%</b>
me	87	2,89
te	0	0,00
se	2461	81,79
o(s) a(s)	268	8,91
lhe(s)	120	3,99
nos	72	2,39
vos	1	0,03
<b>Total geral</b>	<b>3009</b>	<b>100,00</b>

Importa deixar claro que, ainda que essa caracterização não seja alvo de nossa pesquisa, não pudemos deixar de mencionar esses dados, pois que se destacaram durante o processo de nossa investigação.

Passemos agora à análise da colocação enclítica.

#### 4.3.2 Os casos de ênclise

O total de 1301 ocorrências enclíticas encontradas no *corpus* escrito apresentou obediência às regras da GT. Dessa análise, pudemos depreender que, ainda que utilizada em menor frequência do que a próclise, a ênclise permanece como um recurso de que se valem os escritores cultos, conforme provam os exemplos seguintes:

- “Não derrube a auto-estima de um desempregado. Ajude-*o* a se levantar.” (*Criativa*, janeiro, 2007, nº 213)
- “Em algumas ou muitas décadas, o Brasil vai não só crescer, mas tornar-*se* socialmente mais justo, não precisando se embalar nos duvidosos indicadores de poder de compra que tendem a ocultar nossas visíveis e constrangedoras carências?” (*Folha de S. Paulo*, 31 de dezembro de 2007)
- “Use a sua capacidade de persuasão para convencê-*la* das suas boas intenções.” (*O Globo*, 31 de janeiro de 2008)

- “Colocou as obras em ordem e acrescentou-*lhes* capítulos e comentários.”  
(*Superinteressante*, janeiro, 2007, nº 235).

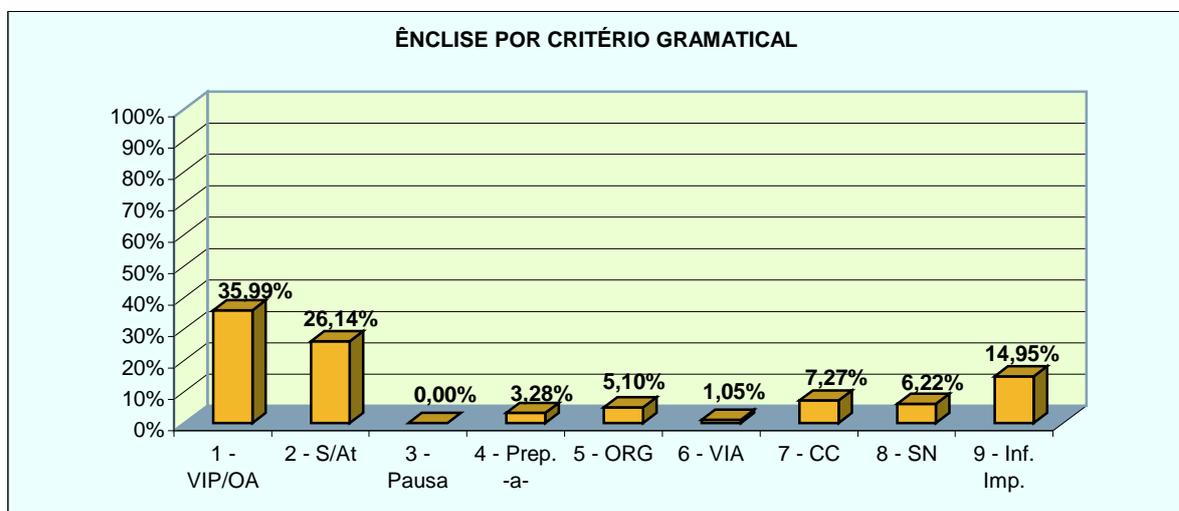
Para analisarmos essa colocação, valemo-nos dos nove critérios explanados no início deste capítulo. Assim, cada critério, selecionado entre 1 e 9, diz respeito a um contexto apontado pelos manuais gramaticais. A tabela seguinte expõe a frequência da utilização de cada critério, qual seja, de cada contexto gramatical, segundo o total de dados colhidos:

**TABELA 7 – Critérios de Ênclise (dados escritos)**

CRITÉRIO									TOTAL
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
VIP/OA	S/At	Pausa	Prep. -a-	ORG	VIA	CC	SN	Inf. Imp.	1301
468	340	0	43	66	14	95	81	194	

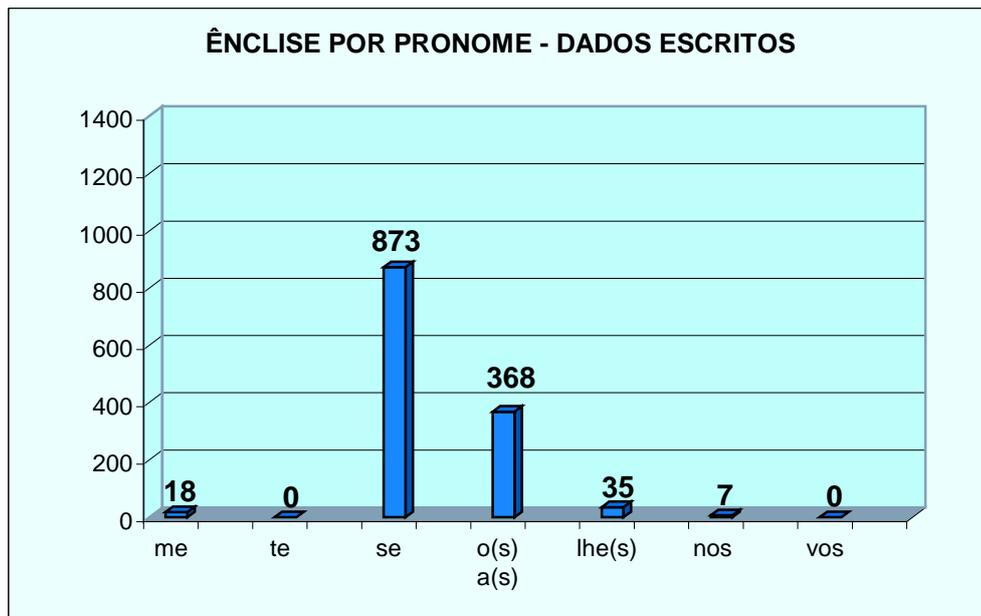
Como mostra a tabela, o critério de número 1, referente à posição em início de período ou oração assindética, é o maior motivador da colocação enclítica, seguido do critério 2, que prevê a ênclise na ausência de palavras ou expressões atrativas. Importa notar, ainda, que, para o critério de número 3, sobre ênclise em situações de pausa entre o verbo e o termo antecedente que “pode provocar a próclise”, não houve uma ocorrência sequer. Isso nos permite inferir que, de fato, a colocação próclítica é a que tem ocorrido depois de pausa. Leiamos a relação percentual no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 9**



Em relação ao tipo de pronome no uso enclítico, temos um uso destacado do pronome *se*, assim como o tivemos em relação à próclise, que aparece 873 vezes na amostra aqui analisada. É o gráfico seguinte que nos esclarece isso:

**GRÁFICO 10**



Assim como nos dados de próclise, na análise da posposição não encontramos ocorrências com o pronome *te* e, diferentemente do (único) exemplo que tivemos com o pronome *vos*, próclítico, aqui isso não ocorreu. Talvez por remeter, essa construção, a um uso excessivamente erudito, que a torna restrita a poucas situações que não se referem propriamente ao domínio jornalístico aqui analisado. Esse fato comprova, então, que tal pronome não se faz comum na escrita culta de nosso português atual. Vejamos a seguir a porcentagem de uso relativa a cada pronome átono:

**TABELA 8 – Ênclise por pronome**

<b>PRONOMES</b>	<b>ÊNCLISE</b>	<b>%</b>
me	18	1,38
te	0	0,00
se	873	67,10
o(s) a(s)	368	28,29
lhe(s)	35	2,69
nos	7	0,54
vos	0	0,00
<b>Total geral</b>	<b>1301</b>	<b>100,00</b>

Discutida a anteposição, apresentemos o singular exemplo mesoclítico.

#### 4.3.3 O (único) caso de mesóclise

Nos 4311 casos de átonos no *corpus* escrito, apenas um exemplo utilizou a construção intraverbal do pronome, o que significa 0,02% do total. Caso que se mostrou raro, a mesóclise que encontramos apareceu em uma coluna do *Jornal Estado de Minas*, escrita por Déa Januzzi, na seção “Bem Viver”<sup>5</sup>:

- “Se aceitarmos essas fases e sentimentos, se os expressarmos sem negá-los, com o tempo, por serem inúteis, *transformar-se-ão* numa total aceitação.” (05 de agosto de 2007).

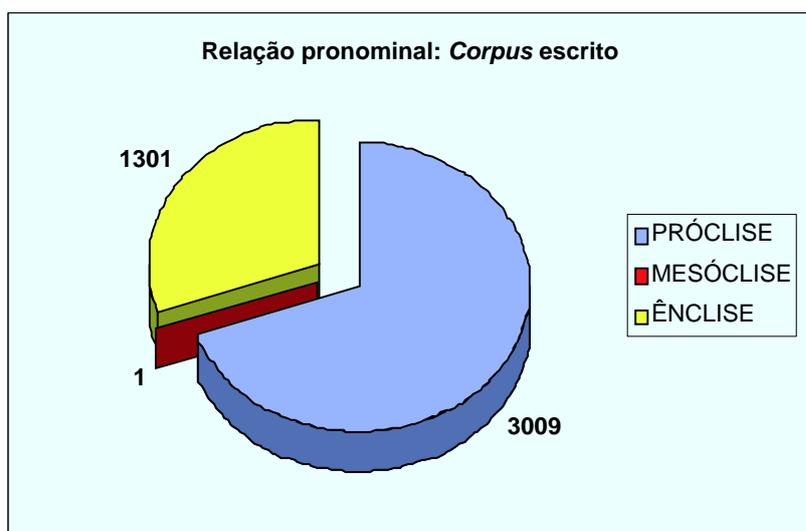
Note-se que a colunista obedece à regra da GT que prega a interposição com o futuro depois de pausa, sem a presença de termo atrativo. Entretanto este foi o único caso em que essa regra foi observada e também aceita. Isso porque, quando não é desobedecida, ela é simplesmente evitada, conforme vimos na análise da anteposição. O que estamos querendo

<sup>5</sup> A princípio, não havíamos selecionado esta seção como participante do *corpus* de nossa pesquisa. Mas, de posse desse dado, optamos por analisá-la, já que se apresenta no estilo culto e parece, ao que tudo indica, referir-se a um gênero assim considerado, qual seja, um tipo de artigo de auto-ajuda.

dizer com isso é que a autora do exemplo não se importou em utilizá-la, nem se preocupou em dela se esquivar.

Porém, como este é um caso isolado entre as demais colocações que encontramos, podemos afirmar que a mesóclise tem sido evitada, quando não, usada com muita parcimônia. O gráfico exhibe isso com clareza:

**GRÁFICO 11**



#### 4.3.4 Algumas conclusões

*“A excelência da palavra, como instrumento de comunicação entre os homens, obriga à seleção pela clareza e elegância. O motivo lógico da clareza e o motivo literário da beleza indicam a preferência.”*

*(A. de Sampaio DÓRIA, 1959. Prefácio.)*

Depois de realizado o estudo da colocação em textos escritos formais, pudemos perceber com clareza a sistematicidade do uso dos átonos em relação à GT. Além disso, os dados são claros e indicam o que de fato se configura como uso fluente, como uso moderado e como uso restrito. Apontam, ainda, uma variação, mesmo que sistemática, do uso proclítico e uma tendência à mudança, isto é, à extinção do uso mesoclítico. A opção proclítica em casos em que a mesóclise é a prescrita leva-nos a crer que o que vemos aqui como variação pode vir a se constituir como mudança, pois, de tão freqüente, esse uso pode se consignar na escrita de tal modo que assim permaneça e, de fato, substitua a interposição.

Ainda assim, podemos firmar a pouca desobediência gramatical em relação às regras (critérios) expostas no início deste capítulo, pois, quando ocorreu, foi também de modo

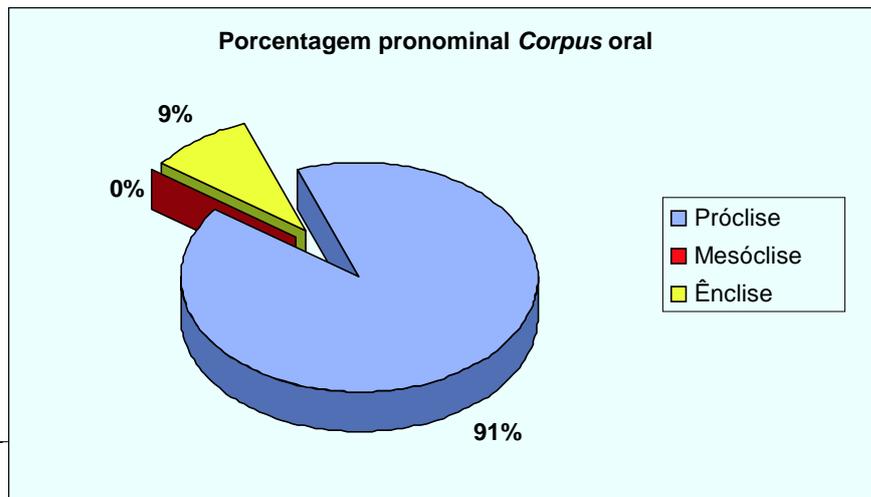
sistemático, como nos exemplos com verbos no futuro, permitindo-nos ratificar, aqui, a hipótese aventada de que nos *corpora* escolhidos é empregada uma modalidade lingüística padronizada, que pode contribuir para a caracterização da norma culta escrita neste país. Aqui, vale uma citação de Perini (1985) quanto ao uso de textos jornalísticos no ensino de língua culta:

Ora, examinando esses textos, encontraremos uma grande uniformidade gramatical: não só as formas e as construções encontradas nos jornais e revistas são as mesmas dos compêndios e livros científicos, mas também não se percebem variações regionais marcadas: um jornal de Recife usa sensivelmente a mesma língua de um jornal de Porto Alegre ou de Cuiabá. Isto é, *existe* um português-padrão altamente uniforme no País; e podemos contar encontrá-la nos textos jornalísticos... É claro que também encontramos obras literárias escritas estritamente segundo esse padrão; mas não podemos contar com isso *a priori*: muitas obras literárias fogem a ele, utilizando variedades coloquiais ou mesmo pessoais. Sou de opinião de que os dados que fundamentarão a gramática devem ser retirados desse padrão técnico-jornalístico. (p. 86-7).

#### **4.4 O corpus de língua falada: os inquéritos do NURC segundo as prescrições gramaticais**

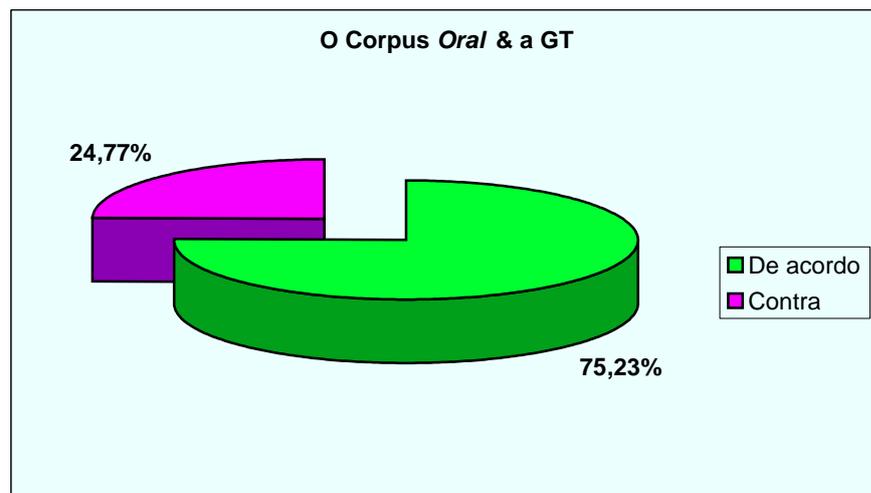
Coletamos um número de 4331 dados de pronomes átonos na língua falada, representada, aqui, pelos inquéritos do Projeto NURC. Desse total, 3923 dizem respeito à colocação proclítica, isto é, a 91% dos dados totais. Os outros 408 dados representam a colocação enclítica, com 9% dos dados totais. Não foi encontrado nenhum caso de mesóclise no *corpus* de língua falada, o que firma nossa hipótese sobre sinais de seu total desaparecimento nessa modalidade – ilustra o seguinte gráfico:

GRÁFICO 12



Em comparação às regras da GT, observamos a seguinte proporção:

GRÁFICO 13



Apresentemos, agora, os resultados por colocação.

#### 4.4.1 Ocorrências proclíticas

Considerando os resultados de próclise paralelos às regras da GT, temos, entre os 3923 exemplos, 2853 casos em consonância com as regras e 1070 exemplos discordantes. Logo, a maioria dos casos realiza-se em obediência à prescrição gramatical, a saber:

GRÁFICO 14



Além de ser a posição a dar destaque, conforme já prevíamos em nossas hipóteses, a anteposição tem sido realizada observando as regras da GT na fala culta, segundo nos dizem estes exemplos:

- “não, tu vês, por exemplo, o peixe, peixe aqui no Rio Grande eu tenho impressão que *se* come peixe, exclusivamente na Semana Santa, porque é um, é um dogma, o padre mandou, seja lá o que for né (ruído de microfone) na Semana Santa, mas não é hábito gaúcho come(r), come(r) peixe.” (PA, D2, INQ. 291)<sup>6</sup>
- “primeira coisa, o primeiro ponto, o homem simplesmente adquire a informação, se ele armazenou aquilo, e devolve da mesma maneira como ele *a* recebeu, ele não fez nenhum trabalho” (PA, EF, INQ. 278)
- “... a minha irmã... essa que você conheceu agora... sai também às seis e meia ÀS VEZES eu *a* vejo de manhã...” (RE, D2, INQ. 174).

Entre as 1070 ocorrências que se mostraram discordantes das regras gramaticais, observamos contextos diversos em que o pronome simplesmente aparece anteposto ao verbo, sem nenhum termo atrativo próximo ou mesmo distante dele (sem pausa):

- “Eu, por exemplo, *me* lembro da minha classificação. A minha classificação era... eh... professor universitário-Química...” (SA, DID, INQ. 283)
- “e ah:: o pessoal *se* incomodou e chamou o MEU marido de grosseiro...” (PA, DID, INQ. 45)

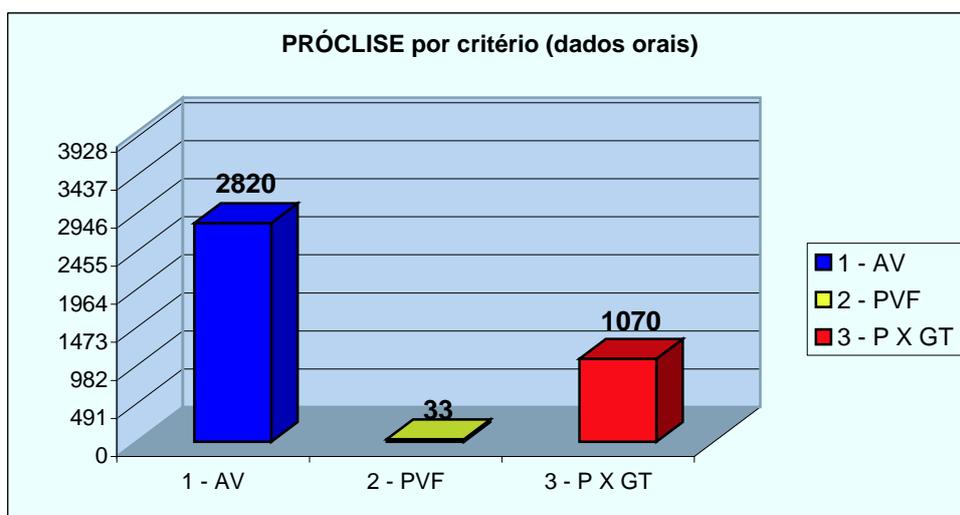
<sup>6</sup> As referências dos dados de língua falada, *corpus* do Projeto NURC, seguem esta ordem: 1º- Estado, 2º- Categoria Textual, 3º- Inquérito (número).

- “também quanto ao processo e quase que sem maior discriminação, se realiza a análise e a síntese” (PA, EF, INQ. 278).

Para esses casos, a GT prega a colocação enclítica.

Pautando-nos nos 3 critérios que estabelecemos para a análise da colocação proclítica, temos a seguinte distribuição:

**GRÁFICO 15**



Podemos notar, segundo o gráfico, que o critério de número 2 representa uma pequena parcela da quantidade de ocorrência em relação aos demais, o que indica, mais uma vez, menor frequência de uso de átonos com verbos no futuro. Como os critérios 1 e 3 já falam por si, referindo-se à obediência ou não às regras da GT, respectivamente, entendemos que, no âmbito da colocação proclítica, na língua falada culta, há grande concordância com a GT (critério 1), um número considerável de discordância (critério 3) e pouca utilização dos átonos em contextos em que aparecem verbos no futuro, assim como naqueles em que a mesóclise é também uma opção (casos facultativos), de forma tal que todos os 33 casos referentes ao critério 2 estão de acordo com a GT.

A próxima tabela atesta esses dados:

TABELA 9 – Próclise por critério (dados do NURC)

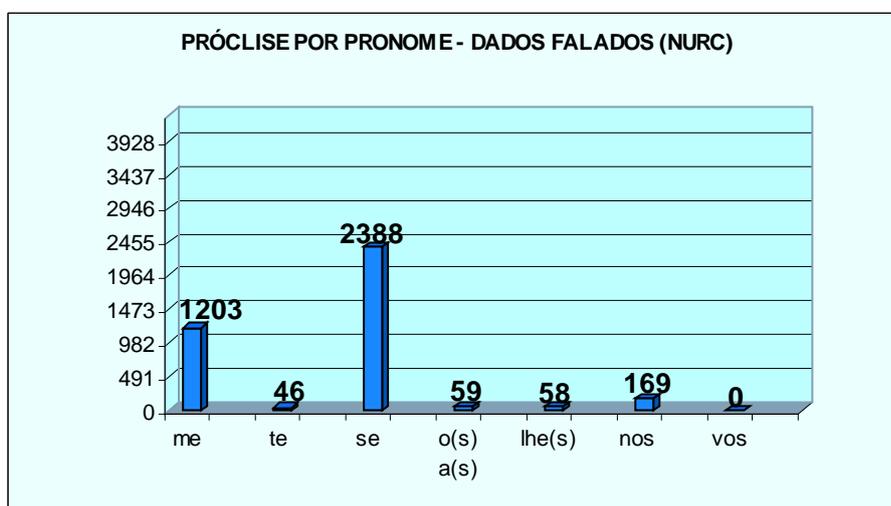
CRITÉRIO	QTDE.	%
1 – AV (Atração Vocabular)	2820	72
2 – PVF (Pronomes c/ Verbos no Futuro)	33	1
3 – Pronomes X GT	1070	27
<b>Total</b>	<b>3923</b>	<b>100</b>

Como todos os exemplos do critério de número 2 estão de acordo com o que prescreve a GT referente à colocação com verbos no futuro, não se fez necessário aqui subdividi-lo, como o fizemos na análise do *corpus* escrito. Ilustram os seguintes exemplos:

- “mas::... preenchidas as condições legais... o fundo de garantia justamente assegura... ao empregado que se retira... um:: certo::... ressarcimento... não é? que pelo menos durante algum tempo *lhe* permitirá a::... a subsistência...” (SP, DID, INQ. 250)
- “não adianta saber a lei, eu quero sabe(r) aplica(r) na hora e aí já vem o caso, os advogados que me ajudem agora, é, mais do que nunca, é preciso fazer uma análise da situação, não *se* poderia fazer uma aplicação, o a advogado perdendo de ser solicitado, agora, no exato momento, não adianta nada fazer uma, não *se* faria uma aplicação sem um estudo do caso, não é isso?” (PA, EF, INQ. 278).

Observando os dados colhidos em relação ao tipo de pronome, temos, sobremaneira, o uso do pronome *se*, assim como ocorreu na amostra de texto escrito. Nos inquéritos por nós analisados, esse pronome apareceu 2388 vezes contra o não aparecimento do *vos*, por exemplo, que deu mostras de extinção na língua falada culta:

GRÁFICO 16



Finda essa posição, falemos sobre o caso enclítico.

#### 4.4.2 Ocorrências enclíticas

Referente a 9% dos dados orais, os 408 casos de posposição foram analisados de acordo com os 10 critérios expostos no início deste capítulo. Lembrando que o último critério foi criado para este caso específico, em que encontramos dados discordantes da GT, ao contrário do que ocorreu na amostra de língua escrita, temos a seguinte tabulação:

**TABELA 10 – Ênclise por critério (dados do NURC)**

CRITÉRIO	QTDE	%
1 - VIP/OA	213	52,21
2 - S/At.	107	26,27
3 - Pausa	8	1,91
4 - Prep. -a-	4	0,96
5 - ORG	8	1,91
6 - VIA	0	0,00
7 - CC	41	10,06
8 - SN	1	0,32
9 - Inf. Imp.	23	5,74
10 - Enc. X GT	3	0,63
<b>TOTAL</b>	<b>408</b>	<b>100,00</b>

Conforme ilustra essa tabela, apenas três casos apareceram discordantes em relação às regras da GT, representados, aqui, pelo critério 10. Exemplo:

- “di! diretor:: do patrimônio... e isso... né? E então a gente:: quando tem também... esses encontros que chamam-se regionais... porque teve esse encontro mundiAL né?” (PA, DID, INQ. 45)

Curiosa a maneira como a informante fez a colocação do *se*, desrespeitando o critério por nós arrolado como a motivação mais influente para a colocação proclítica, que é a atração vocábular. Chamou-nos a atenção principalmente pelo fato de a próclise ter sido a preferida mesmo em contextos propícios para ênclise, em toda a análise e, surpreendentemente, depararmo-nos com colocações enclíticas em contextos previstos para próclise.

Outro caso interessante foi o estabelecido como critério 6, do qual não tivemos uma amostra sequer. Talvez o encontrássemos em outros inquiridos, já que, nos 68 pesquisados por

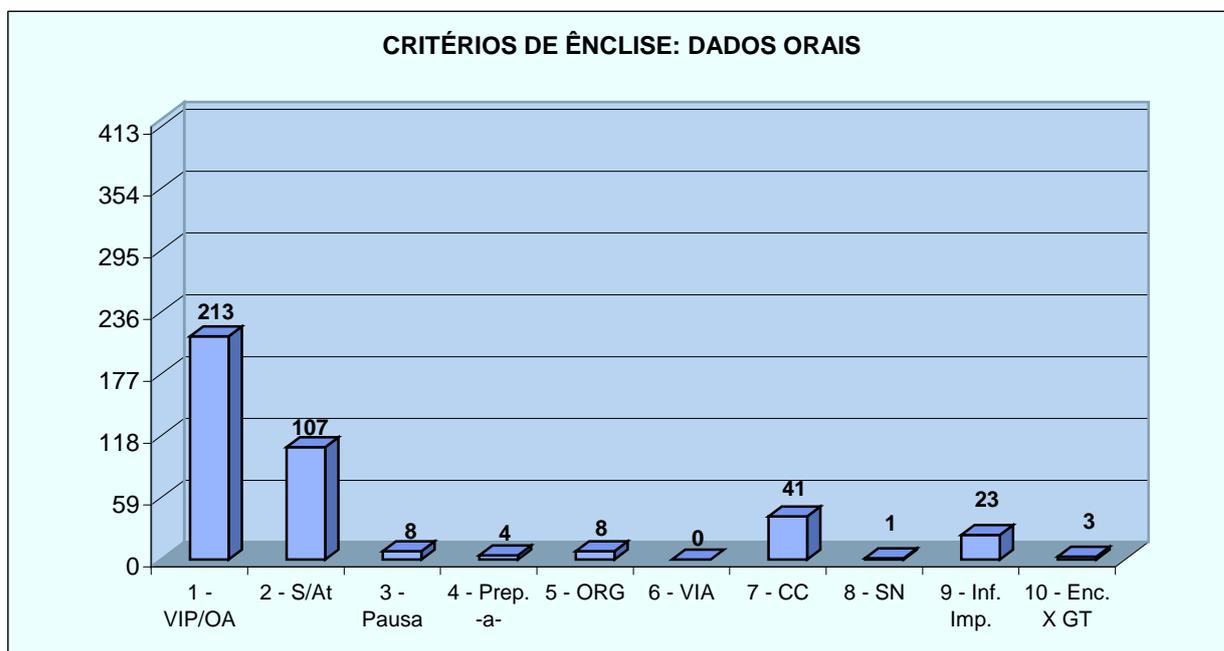
nós, localizamos apenas 408 ocorrências enclíticas que nos permitiram número insuficiente para deduzirmos alguma tendência de mudança, por exemplo.

Mais uma vez reina o critério de número 1 sobre os demais, como o foi na análise do *corpus* escrito, permitindo-nos inferir observância à regra que proíbe a colocação dos átonos em início de período ou oração assindética, sobre o que citamos estas passagens:

- “... Napuolione Buonaparte... era em italiano... e aí... partindo dessa certidão de batismo... a mãe dele era uma italiana... dona Letícia Bonaparte... todo um temperamento... do sul da Itália mesmo... quando Napoleão deu a mão pra ela beijar... depois de coroado... que que ela fez? deu-*lhe* uma mordida na mão... onde já se viu filho... a:... mãe... o filho... a mãe... quer dizer... beijar o f/ ela deu... ele deu... a mão à... à dona Letícia... deu e fez dona Letícia... levar a mão para ele beijar... não é? ela aí... dona Letícia resistiu ao poder... ela não ia beijar a mão do filho... porque o filho é que beija a mão da mãe... deu-*lhe* uma mordida na mão... e ela era italiana temperamental...” (RJ, EF, INQ. 382)
- “tinha-*se* esperanças...em que dona Ana Cândida tendo assumido a procuradoria geral do Estado...em ela sendo mulher...que ela defendesse um pouco mais a:: a classe não?” (SP, D2, INQ. 360)
- “ah::...ah na/ não a testei com::...como::normalmente se faz né? submetê-*la*...a::a uma psicóloga e tudo o mais...mas...pelo que ela...diz e pelo que... como ela::...leva a vidinha dela talvez ela se encaminhe para isso a não ser que haja outras aberturas hoje eu estive vendo...um livro...editado pelo::...Instituto Roberto Simonsen...vocês conhecem?...” (SP, D2, INQ. 360).

A seguir, o gráfico que desenha estes dados:

GRÁFICO 17



Como não obtivemos exemplo algum da construção mesoclítica, passaremos aos resultados desta análise.

#### 4.4.3 Resultados

A análise da colocação pronominal em inquéritos do Projeto NURC permite-nos, de um modo geral, constatações similares às que tivemos acerca do *corpus* escrito, pois a colocação proclítica permanece como a preferência da língua, seguida de algumas poucas ocorrências da construção enclítica, sem nenhum dado mesoclítico. De igual modo, percebemos certa sistematicidade na colocação dos átonos no texto oral culto, ainda que se apresentem, em relação a cada caso específico, como características particulares da fala, maiores discordâncias da GT. Como exemplo disso, temos as colocações enclíticas.

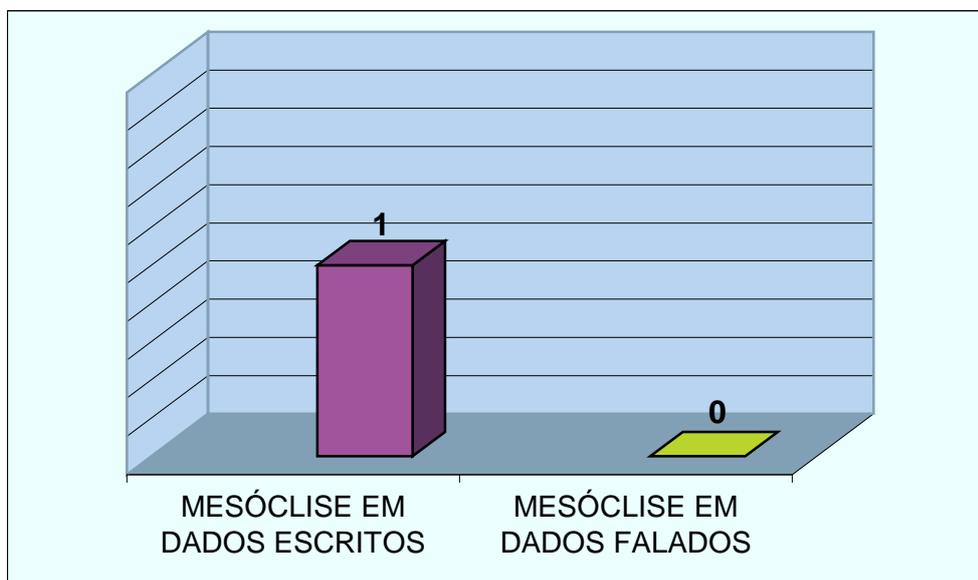
Com esses resultados, acreditamos que, se algum registro deve servir ao estudo das formalidades orais, com fins pedagógicos, este deve se pautar em amostras de língua falada culta, em suas reais condições de funcionamento, para o que temos, aqui, os inquéritos do Projeto NURC, que nos permitem a clareza daquilo que se faz corrente na fala de pessoas cultas, isto é, escolarizadas. É assim que Silva (1995) vê esse projeto, como “um divisor de águas”, “como modelo para o ensino” de normas cultas, motivo pelo qual

Espera-se, portanto, que em futuro não longínquo, o NURC venha a fornecer as bases para novas gramáticas pedagógicas fundadas nos usos reais variáveis de falantes de nível máximo de escolaridade, sem que se desconsiderem as especificidades da escrita, para que se supere a defasagem da tradição normativo-prescritiva e para que os professores disponham de instrumentos de trabalho de maior eficácia. (p. 43).

#### 4.5 Os dois *corpora*: resultados contrastáveis?

Feitas as investigações de cada *corpus*, chegamos à conclusão de que língua escrita culta e língua falada culta aduzem diferenças e similaridades quanto à colocação pronominal. Apresentando, as duas modalidades, casos mais concordantes do que discordantes, de um modo geral, em relação à GT, mostram-se concordantes também no que diz respeito ao uso da mesóclise: em ambos os *corpora*, essa colocação tende à extinção:

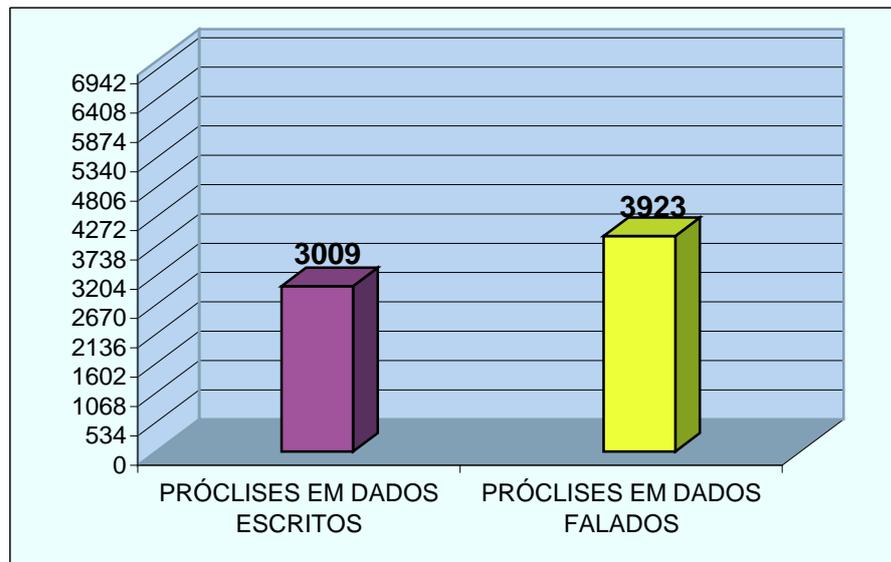
**GRÁFICO 18 – Mesóclise: comparação entre *corpora***



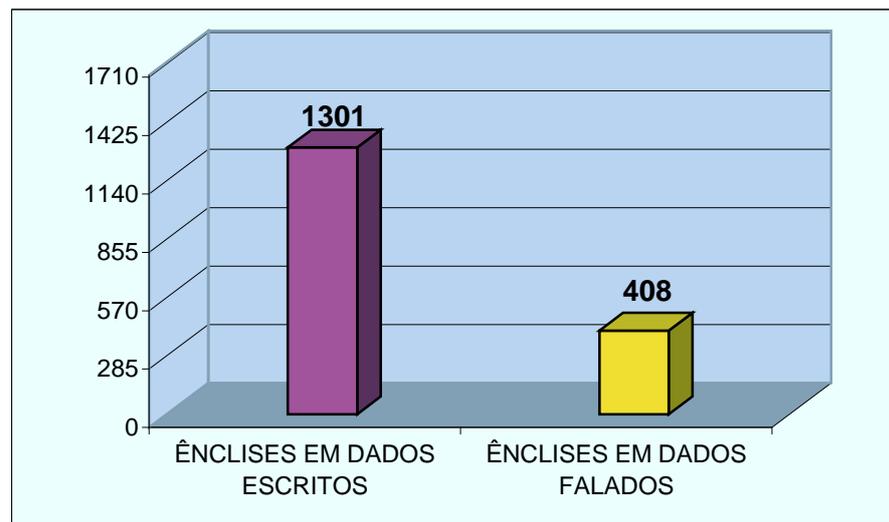
Ainda que se valham de uma mesma preferência proclítica, as duas modalidades expõem contextos e estilos distintos em relação a essa preferência, de sorte que na língua falada a próclise é praticamente a eleita, já que alcança 91% de todas as colocações analisadas. Assim, a ênclise deixa mostras de raríssima utilização nessa modalidade de língua, ao contrário do que ocorre na escrita, em que essa colocação ainda possui seu espaço. A diferença está também na porcentagem quanto à preferência proclítica, já que na escrita atinge

69,80% contra os 30,18% de casos enclíticos, os quais, na fala, representam apenas 9% dos dados. Os gráficos seguintes mostram as comparações de próclise e de ênclise, respectivamente, em cada *corpus*:

**GRÁFICO 19 – Próclise: comparação entre *corpora***

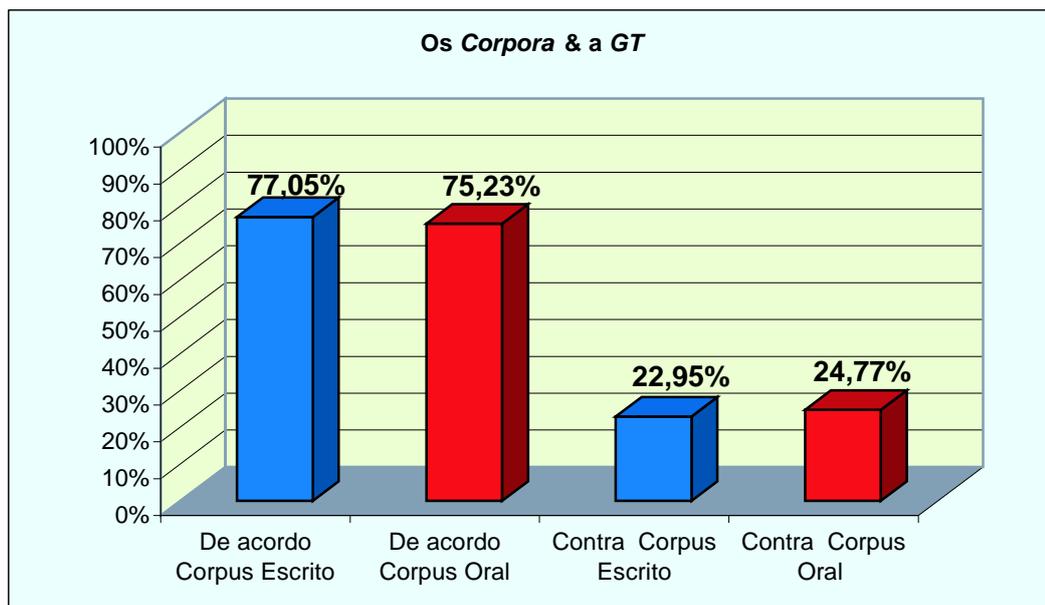


**GRÁFICO 20 – Ênclise: comparação entre *corpora***



Quanto à colocação em ambas as modalidades em relação à GT, os dados exibem resultados próximos, a saber:

GRÁFICO 21



Por tudo isso, entendemos que, de um modo geral, as duas modalidades pesquisadas estão interligadas, de tal forma que parece haver interferências mútuas, já que a escrita parece tender a um uso que a fala já consagrou, como é o caso da anteposição, assim como ambas quase não se valem mais da construção mesoclítica. Mas como a modalidade escrita possui alguns perfis que a estilizam – assim como a fala –, compreendemos que o uso ainda considerável da ênclise diz respeito a especificidades dessa modalidade.

#### 4.5.1 Resultados: indicadores para o ensino

Com base neste estudo, indicamos que a próclise deve ser amplamente estudada, exemplificada no ensino de língua culta, assim como os usos enclíticos devem ser bem entendidos, para que fique bem claro onde e como dele se valer. Quanto à mesóclise, ainda que seja apresentada aos alunos, como questão de curiosidade, digamos assim, deve ser apontada como um caso que tende a obliterar-se, ou seja, não se faz muito indicada em usos correntes, já que os representantes da língua culta de nosso país dela praticamente não se utilizam.

Cabe dizer, ainda, que deve estar claro para o discente que existem modalidades e registros de língua distintos, e que suas relações podem assim ser traçadas:

- Língua escrita culta aproxima-se da Língua falada culta

&

- Língua escrita informal aproxima-se da Língua falada informal

Isso deve estar explícito também em relação ao perfil de organização de cada uma dessas modalidades, junto aos seus respectivos registros: se o objetivo é tratar do estilo culto, que isto seja feito de acordo com o que o representa, seja na fala ou na escrita, para, inclusive, esclarecer aquilo do que se constitui um determinado registro.

## CONCLUSÃO

*“Paradoxo que é constante nas línguas de grande difusão, como é o caso do português, mas que existe em qualquer língua histórica: a necessidade social de unificação, padronização, em face da realidade heterogênea.*

*A heterogeneidade dialetal pode ser mais ou menos intensa e extensa, mas existe em qualquer língua historicamente homogênea; por outro lado, a necessidade da unificação, a história tem demonstrado, se faz essencial pelo menos nas sociedades complexas e letradas ocidentais.”*

*(SILVA, 1995, p. 11).*

Os resultados da análise aqui realizada foram claros: de fato, em termos de colocação pronominal, a próclise abrange o uso mais freqüente, tanto na escrita quanto na fala, a ênclise tende a usos restritos na escrita e a uma diminuição considerável na fala, a mesóclise, por fim, está praticamente inutilizada. Quanto ao que propõe a GT, as comparações mostraram claramente que há pouca discordância em relação às regras, ainda que algumas de suas prescrições não estejam sendo respeitadas, ou tenham sido abolidas do uso, como o caso da anteposição sem a presença de termo atrativo e a obrigatoriedade da posição intraverbal em início de oração ou depois de pausa.

De todo modo, podemos deduzir a validade dos *corpora* aqui propostos para o ensino de língua culta, oral e escrita, uma vez que verificamos sistematicidades com relação ao aspecto aqui estudado. É Rocha (2002) quem comprova estas palavras:

Parece não haver dúvida de que a chamada *língua padrão* existe. [Logo] a fixação das regras que caracterizam o português padrão deve tomar como base o conjunto dos textos redigidos nessa língua padrão, ou seja, os textos da linguagem burocrática, administrativa, técnica, científica, etc. É importante que se leve em consideração aquilo que é freqüente nesses textos, [pois] caracterizam o que se pode chamar de *língua padrão do português contemporâneo* e é desses tipos de texto que devem ser extraídas as abonações que servirão de base para fixação das regras gramaticais que descreverão a língua culta escrita do português do Brasil. (p. 53, 63 e 67).

Entendemos que toda língua, ainda que apresente características regulares, de uma forma ou de outra, passa por estágios de evolução, como afirma Bagno (2000) “*verba volant,*

*scripta manent*”, ou seja, ainda que sofra modificações ao longo do tempo, a escrita, por evoluir de forma mais lenta, possui realizações mais fixas do que a fala.

Destinada a contribuir para os estudos lingüísticos da colocação pronominal, esta pesquisa permitiu ratificar hipóteses de vários estudiosos quanto à sugestão de uma gramática e de um ensino de língua que se baseie na linguagem dos jornais e revistas, como o fizeram Perini (1985), Sena (1986), Possenti (1996), Rocha (2002), Lima (2003c), Marques (2005), Mendes (2006), entre outros.

A esse respeito, indica Neves (2003): “temos de ir da **língua** – da linguagem – para o **padrão** (isto é, do **uso** para a **norma**), e não do **padrão** para a linguagem e para a **língua**”, pois “os padrões não se impõem ao uso, mas, pelo contrário, os usos estabelecem padrões.” (p. 22, 34). É assim que atribuímos aos *corpora* aqui examinados a legitimidade do uso.

No que concerne ao tratamento dado aos gêneros, percebemos o quanto os orais e de usos informais têm sido abordados por alguns estudiosos. Consideramos a importância desses gêneros. Porém nossa preocupação se referiu especialmente à conduta dos gêneros da linguagem culta, escritos e orais, haja vista que, por mais necessário que seja o estudo dos gêneros mais próprios, ou mais comuns na fala coloquial, não podemos negar a importância do exame da escrita e da fala cultas, tanto em análises teóricas como no trabalho prático em sala de aula.

Atentemos para o seguinte depoimento, extraído de uma tese de doutorado de Iveuta Lopes (2004, p. 98, *apud* MARCUSCHI, 2005, p. 28):

Quando nós vivia lá no interior num tinha assim esse negócio de ter tanto papel pra ta em dia, não. Aqui tudo que se vai fazer tem de ser documentado. É uma comprinha besta de nada, pra marcar consulta, pra se ver se consegue os documentos dessas casa. Eu num conto é o tanto de vez que já pediram documento pra fazer esses tal de cadastro, é de luz é de água. A gente fala, mas a palavra tem vez que só vale se for num papel. Com isso eu num vou me acostumar é nunca. Mas tem os menino aí que é quem ajuda fazer essas coisa.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Depoimento de um senhor considerado analfabeto.

Logo, configura-se como dever do professor ensinar a esses “menino”, ao menos, tanto ler como produzir textos de variadas formas, pois, em algum momento, eles precisarão disso, como diz Marcuschi (2005, p. 28): “Segundo observa Gunther Kress (2003, p. 85), tudo indica que numa sociedade altamente letrada como a nossa, o conhecimento dos gêneros da escrita ‘é inescapável’”.

Partir daquilo que os alunos já sabem para trabalhar o que eles não sabem é, de fato, uma estratégia consideravelmente proveitosa. O que não se pode permitir é que o ensino pare por aí. É necessário expandir o conhecimento desses alunos para além daquilo que eles já dominam. Caso contrário, não teria sentido frequentar a escola.

Como os alunos já chegam à escola falando, entendemos ser dever do professor, partindo do que, previamente, esse aluno já conhece, ensiná-lo a trabalhar, a desenvolver, o máximo possível, suas atividades orais. De igual modo, o profissional do ensino não pode negar ao sujeito aprendiz as inúmeras maneiras de se valer da escrita, de conduzi-la, de usá-la, também, a seus propósitos, para o que enuncia Koch (2003, p. 56): “O problema, portanto, é saber como se articulam as diversas práticas de linguagem com a atividade do aprendiz.” A esse respeito, Koch declara que Schneuwly & Dolz (1994)

hipotetizam que é através dos gêneros – vistos como formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais das práticas de linguagem – que essas práticas se “encarnam” nas atividades de aprendizagem, justamente em virtude de seu caráter intermediário e integrador. Por isso, eles são um termo de referência intermediário para a aprendizagem, uma “mega-ferramenta” que fornece um suporte para a atividade nas situações de comunicação e uma referência para os aprendizes. (KOCH, 2003, p. 56).

Para o aluno que já sabe falar (e mesmo escrever um pouco), certamente, o processo da produção escrita é considerado um tanto mais difícil, porque se apresenta como algo novo. Ainda que nossos alunos sejam bombardeados, diariamente, por um sem-número de gêneros escritos, de diversos estilos, a dificuldade de produção – principalmente na linguagem formal – ainda é notável em nossa sociedade. Leiamos isso nas palavras dos próprios estudantes:

\_ A gente LER jornais e revistas todos os dias, é uma coisa, professora. Agora, daí, PRODUZIR um texto, como uma notícia, ou um anúncio, é outra BEM diferente! Principalmente quando a senhora pede para fazer na linguagem formal, igual a gente lê nas revistas, sem ser a parte mais informal – essa é a mais fácil de fazer igual, porque parece muito com a que a gente fala aqui. Agora, escrever e apresentar trabalho parecido com o que o povo do Jornal Nacional faz é MUITO mais difícil! Ah!, se é!...<sup>8</sup>

É o que dizem, diariamente, nossos alunos. E damos-lhes inteira razão: não é tarefa fácil a produção de um texto escrito (ou mesmo uma apresentação oral formalizada). Por isso nossa preocupação com a escrita, mais precisamente, a escrita formal, já que é esta a modalidade aparentemente menos praticada, menos dominada pelos sujeitos educandos. Valemo-nos, aqui, de uma passagem dos PCN, que diz: “Tomar a língua e o que se tem chamado de língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem na escola se justifica, na medida em que não faz sentido propor aos alunos que aprendam o que já sabem.” (2000, p. 30).

Isto posto, compreende-se que tomar os gêneros jornalísticos da linguagem culta como base para o ensino da língua padrão significa partir da realidade – especialmente lingüística – em que se encontra o sujeito aprendiz, oferecendo-lhe a oportunidade de lidar com o que, de fato, perpassa o seu cotidiano, assim como o da sociedade em geral.

Desse modo, pode-se considerar o que é/está como uso real da língua escrita e falada – retratada no Projeto NURC – cultas na sociedade, uma vez que utilizam textos atuais e partícipes desse universo.

---

<sup>8</sup> Comentários genéricos de alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1996.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. dos S. CALLOU, D. M. I. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para estudo*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informante e documentador. s.l. s.d. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/nurc-rj/>> Acesso em: 10 jun. 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática*. Opressão? Liberdade? 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. v. 26. (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. São Paulo: Mercado de Letras, 1997. (Coleção Leituras no Brasil).
- \_\_\_\_\_. *Contra o consenso: cultura escrita educação e participação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. (Coleção Idéias sobre Linguagem).
- BRONCKART, J. Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. (MACHADO, A. R. e MATENCIO, M<sup>a</sup> de L. M., Org.). São Paulo: Mercado de Letras, 2006.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. (UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão, Org.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. (Nova ed. rev. e ampliada).
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: corpus compartilhado*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informante e documentador. s.l. s.d. No prelo.
- \_\_\_\_\_. *A linguagem falada culta na cidade de Recife: corpus compartilhado*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informante e documentador. s.l. s.d. No prelo.

\_\_\_\_\_. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: corpus compartilhado*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informante e documentador. s.l. s.d. No prelo.

\_\_\_\_\_. *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: corpus compartilhado*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informante e documentador. s.l. s.d. No prelo.

\_\_\_\_\_. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: corpus compartilhado*. Elocuções formais; Diálogos entre dois informantes; Diálogos entre informantes e documentador. s.l. s.d. No prelo.

\_\_\_\_\_; PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. v. 1 – Elocuções formais; v. 2 – Diálogos entre dois informantes; v.3. – Diálogos entre informantes e documentador. São Paulo: T.A. Queiroz. 1986-1987.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa: com numerosos exercícios*. 45. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Entre a oralidade e a escrita: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em crianças em fase de alfabetização*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. *Texto, textualidade e textualização*. In: *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação – Língua Portuguesa*. São Paulo: UNESP, v. 1, 2004, p. 1-22.

CRIATIVA. São Paulo, edição impressa de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. São Paulo, edição *on line* de agosto de 2007.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

\_\_\_\_\_. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

\_\_\_\_\_; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Fala, escrita e gramática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.10, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2002.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. *Sintaxe de pronomes*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

ESTADO DE MINAS. Minas Gerais, edição impressa de 01/01/2007.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais, edição *on line* de 05/08/2007.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 37-61.

- FIGUEIREDO, Candido de. *O problema da colocação de pronomes: suplemento às gramáticas portuguesas*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, edição impressa de 31/12/2007.
- \_\_\_\_\_. São Paulo, edição *on line* de 31/01/2008.
- FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; GOSUEN, Adriana de Brito. *A estruturação do enunciado na linguagem falada culta de Porto Alegre e do Recife (Projetos NURC/POA e NURC/RE)*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/resumo-ad.html>>. Acesso em: 21 mar. 2008.
- GALVES, Charlotte, ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de, BASÍLIO, Margarida. *Gramática do português falado*. São Paulo: FAPESP/UNICAMP. v. IV, p. 285-297, 1996. Disponível em: <[http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/abaurre/abaurre\\_galves.htm](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/abaurre/abaurre_galves.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2008.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GÓIS, Carlos. *Sintaxe de construção*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graphica Sauer, 1940.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da Língua Portuguesa*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Contexto, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.
- LEMLE, Miriam. *Heterogeneidade dialetal*. Museu Nacional: UFRJ, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *O que a Lingüística tem a dizer ao alfabetizador*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984b.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003b.

- LIMA, Rosângela Borges. *Estudo da norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico-científicos*. 2003c. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- LOBO, Tânia; LUCCHESI, Dante; MOTA, Jacyra. A norma culta brasileira e as prescrições gramaticais: colocação dos pronomes átonos. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, p. 1-195, n. 11, p. 147-158, 1991.
- LUCCHESI, Dante; MOTA, Jacyra. Análise de variáveis sociolingüísticas na colocação dos pronomes átonos. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, p. 1-195, n. 11, pp. 159-175, 1991.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *DLCV*, João Pessoa, v.1, n.1, p. 9-40, out. 2003.
- \_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). *Gêneros textuais e ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. Cap. 1, p. 19-36.
- \_\_\_\_\_. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir et al. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005. Cap. 1, p. 17-34.
- MARQUES, Rosilene Alessandra. *Estudo gramatical e domínio da norma padrão: contradições no ensino de língua portuguesa e seus reflexos na produção de textos escritos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- MENDES, Fernanda Teixeira da Costa. *Relações entre o desempenho lingüístico-textual e o conhecimento gramatical explícito: estudo aplicado a jornalistas do jornal Estado de Minas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, v. 2 (5ª à 8ª série).
- MOTA, Jacyra, ROLLEMBERG, Vera (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. v. 1: Diálogos entre informante e documentador. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

- NEVES, M<sup>a</sup> Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- O GLOBO. Rio de Janeiro, edição impressa de 04/01/2008.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, edição *on line* de 31/01/2008.
- PEREIRA, Maria das Graças Dias. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*. 1981. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras da PUC/RIO, Rio de Janeiro.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova Gramática do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).
- PINTO, Rosalvo Gonçalves. *A coesão temporal na construção da temporalidade discursiva*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- PRETI, D., URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. v. 4: Estudos. São Paulo: T.A. Queiroz, FAPESP, 1986-1990.
- RISSO, Mercedes Sanfelice. Língua falada – língua escrita: conceitos e preconceitos. In: [s.n.] *Confluência: Boletim do Departamento de Lingüística*. São Paulo: UNESP (Campus de Assis), Faculdade de Ciências e Letras, 1994, ano 3 (nº especial I EELA), p. 55-63.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Como elaborar trabalhos acadêmicos*. 3.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Gramática: nunca mais – o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ROCHA, Maria da Glória. Síncrise pronominal: um confronto de *corpora*. In: *II CNLF(II Congresso nacional de Lingüística e Filologia)*, 1998, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais\\_iicnlf56.html](http://www.filologia.org.br/anais/anais_iicnlf56.html)> Acesso em: 10 jun. 2008.
- RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- SÁ, Maria da Piedade Moreira de. *A linguagem falada culta na cidade do Recife: materiais para seu estudo*. v. 2. Elocuções formais. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE, 2005.
- \_\_\_\_\_; et al. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Recife: materiais para seu estudo*. v. 3: Diálogos entre dois informantes. Recife: UFPE, 2005. No prelo.

\_\_\_\_\_ ; CUNHA, D. de A. C. da. *A linguagem falada culta na cidade do Recife: materiais para seu estudo*. v. 1. Diálogo entre informante e documentador. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glaís S. (trad. e org.) *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. p. 71-91.

SENA, Wagner da Rocha. *Contribuição ao estudo da norma culta escrita do Português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Letras – Língua Portuguesa) – PUC, Rio de Janeiro.

SILVA, M. da C. H. *A variação na posição dos clíticos em relação ao verbo em textos escritos: uma abordagem sociolingüística*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

\_\_\_\_\_. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. (Repensando a língua portuguesa).

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998. p. 53-60.

SOUSA, M. C. Paixão de. *Língua Barroca: sintaxe e história do português nos anos 1600*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, L. V. de. Gêneros jornalísticos no letramento escolar inicial. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 58-72.

SUPERINTERESSANTE. São Paulo, edição impressa de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. São Paulo, edição *on line* de agosto de 2007.

VEJA. São Paulo, edições impressas de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. São Paulo, edições *on line* de agosto de 2007.

VILELA, Ana Carolina Silva. *A mesóclise em textos acadêmicos: frequência, estratégias de esquiva e avaliação*. 2004. Monografia (Bacharelado em Lingüística) – Faculdade de Letras/UFMG, Belo Horizonte.